



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

LUIZ RENATO DIAS GOMES PADILHA

**ANARQUISMO, EDUCAÇÃO E MOVIMENTO OPERÁRIO: a influência do
anarquismo na educação a partir do Movimento Operário Brasileiro**

RIO DE JANEIRO
VERÃO/2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

LUIZ RENATO DIAS GOMES PADILHA

**ANARQUISMO, EDUCAÇÃO E MOVIMENTO OPERÁRIO: a influência do
anarquismo na educação a partir do Movimento Operário Brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angela Maria Souza Martins

RIO DE JANEIRO
VERÃO/2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LUIZ RENATO DIAS GOMES PADILHA

**ANARQUISMO, EDUCAÇÃO E MOVIMENTO OPERÁRIO: a influência do
anarquismo na educação a partir do Movimento Operário Brasileiro**

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, ____/____/____

Prof^a. Dr^a Angela Maria Souza Martins – UNIRIO
Orientadora

Prof^a. Dr^a Angela Maria Roberti Martins– UNIGRANRIO/ UERJ
Membro externo

Prof^a. Dr^a. Nailda Marinho da Costa Bonato - UNIRIO
Membro Interno

Dedico esse trabalho a todos aqueles que lutam por um mundo mais justo, a todos aqueles que fazem da sua vida a constante busca pela construção da sociedade libertária.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as palavras de agradecimentos que mereciam ser escritas aqui, porém, devido ao pouco espaço reservado para esse fim, conto com a compreensão mais uma vez de todos os que contribuíram de alguma forma para a confecção desse material.

Primeiramente agradeço a todos os meus orixás, por estarem sempre me guiando espiritualmente, me protegendo e me dando a serenidade e a criatividade necessária para concentrar-me na superação de mais esta etapa. Assim como agradeço a Dona Maria Padilha, por todas as vezes que se meteu na minha frente, me tornando invisível aos olhos de quem me queria mal, garantindo a minha segurança e me indicando os melhores caminhos para a construção de tudo que eu almejo.

Aproveito a oportunidade também para agradecer aos meus companheiros de militância, que me mostraram a efetividade e a possibilidade da revolução, contribuindo para tornar esse texto coerente e minimamente útil, aos companheiros do GEP- Grupo de Educação Popular e da OATL – Organização Anarquista Terra e Liberdade o meu muito obrigado, sem vocês a revolução seria ainda mais árdua e feia.

Agradeço aos meus familiares e amigos, por sempre terem acreditado e me apoiado, que estiveram ao meu lado em todas as dificuldades que esta experiência impôs a mim, e que brindaram comigo a todas as superações. Que viveram comigo todas as demandas criadas pela vida, por tudo isso, agradeço a Damaris, Carol, Darcy, Luiza e a muitos amigos aos que eu não conseguiria fazer justiça nomeando a todos sem esquecer nenhum.

E mais uma vez, esse texto, assim como muitos outros, não seria viável de existir, sem a doçura, a compreensão, a paciência, o carinho, a amizade e a orientação da Professora Doutora Angela Maria Souza Martins, que em todo esse período conturbado entre greves, manifestações e revoltas populares, sempre se mostrou compreensiva as minhas falhas e faltas enquanto acadêmico. Pessoa que me mostra a cada dia que mesmo dentro do “ninho de cobras” é possível se manter firme, se manter ético e coerente na intelectualidade e nos atos cotidianos, muito obrigado pela oportunidade de pode conviver com pessoa tão maravilhosa que tanto me ensinou sobre a vida, tornando a academia, mesmo com todas as suas insanidades, um espaço verdadeiramente proveitoso para o meu cérebro e meu coração.

Por ultimo, agradeço a todos os funcionários da UNIRIO, trabalhadores incansáveis que contribuem sem o devido reconhecimento, para a formação de diversos jovens que por ali passam. Meu sincero agradecimento também aos funcionários terceirizados que tem suas condições de trabalho tão precarizadas e que tantas vezes são esquecidos pelas demandas das lutas universitárias. Que os mesmos possam vir a compreender que só pela organização da classe trabalhadora se construirá um mundo novo. PODER PARA O POVO.

Ao operário

Operário ignorante e maltrapilho,
 escravo, ilota da moderna idade
 que neste afã perdes a cor e o brilho
 de olhar, fanado a flor da mocidade,
 que vês de fome definhar teu filho
 e de teu lar fugir a alacridade,
 desperta finalmente e segue o trilho
 da rebeldia e da felicidade!

Atenta na objeção em que caíste
 a ardente voz dos teus irmãos escuta,
 pensa na agrura de teu fado triste
 e, sem achares forças que te domem,
 quebra os grilhões, instrui-te e altivo luta
 por seres livres - para seres "Homem"!

Sylvio Figueiredo
 "A voz operária" Campinas, 13/01/1920

Ao escritor

Curto é o período de um dia
 Curto é o espaço de uma vida
 Rápida como páginas lidas...
 Que podem ser longas
 Quando é algo que significa
 Pois possui prolongamento
 Para além daquele tempo
 Em que você as ficou lendo
 É algo que contagia

Ficam em processamento
 Lhe estimulam o pensamento
 Despertam sentimentos
 Que geram movimentos

Apenas papel e tinta
 Podem ser algo mais
 Dependendo do conteúdo

Apenas a breve vida
 Pode ser algo mais
 Dependendo do conteúdo

Aurélio

RESUMO

Esse escrito se consolida como dissertação em um contexto de diversas lutas e revoltas populares, já no primeiro ano do mestrado, deflagra-se uma greve das universidades públicas, quando a luta pela educação pública de qualidade entra mais uma vez em pauta, no ano seguinte, diversos atos de cunho popular, enfrentamentos contra o Estado e contra a carestia fazem com que o texto tome corpo trazendo uma contextualização histórica, porém, extremamente influenciada pelos acontecimentos contemporâneos. O intuito deste texto é demonstrar a influência do pensamento e da prática anarquista na organização do operariado brasileiro. Por conta do tempo e do espaço disponível para uma dissertação de mestrado, faz-se um recorte teórico, no qual foram priorizadas as influências anarquistas exercidas no contexto da COB – Confederação Operária Brasileira, a mesma que surge pela necessidade de se organizar o proletariado a nível nacional. A influência exercida pelo anarquismo na organização e nas lutas do movimento operário no Brasil se refletiu no que o mesmo pensava e construía enquanto educação. Os debates sobre educação foi muito presente no seio do operariado, e tais debates se configuraram na construção de diversos espaços com fins educativos, nos quais a formação do operariado e de seus filhos era compreendida de maneira integral, diferente do que era realizado nos espaços estatais e confessionais. Nesse escrito faz-se um breve resumo do que seria o anarquismo enquanto ideologia política, social e filosófica, almejando também conceituar mesmo que resumidamente o que seria um sujeito anarquista, o que fundamenta sua prática e quais os princípios que consolidam suas ações. Além de buscar também demonstrar com base nos documentos e nos escritos operários, como os mesmos se organizavam enquanto movimento, e quais as suas bases de atuação. Percebe-se como as propostas organizativas do movimento anarquista estavam entranhadas no seio da organização operária, e como seus princípios estavam sendo difundido entre o proletariado. A questão educacional é trabalhada com muito cuidado e atenção, pois compreender como se dava o pensamento e a organização educativa do movimento operário no Brasil e a influência do pensamento anarquista nos espaços educativos do movimento operário se configura como o motivo da existência desta dissertação.

ABSTRACT

This consolidates as dissertation writing in a context of several fights and riots , in the first year of the master's triggers is a strike of public universities in which the struggle for quality public education comes again pauto in the following year several acts of popular movements , fighting against the state and against modern famine make the text take body bringing a historical context , however, greatly influenced by contemporary events . The purpose of this paper is to show the influence of anarchist thought and practice in the organization of the Brazilian working class. Because of weather and available for a dissertation space, makes it a theoretical framework in which the anarchists had prioritized influences exercised in the context of COB - Brazilian Workers' Confederation , the same one that arises from the necessity to organize the proletariat to national level . The influence exerted by the anarchist organization and the struggles of the labor movement in Brazil was reflected in the same thought and built as education. The debates on education was very present within the working class , and such debates are shaped in various building spaces for educational purposes , in which the formation of the workers and their children was understood holistically , different from what we had in the state spaces and confessional . At this writing it is a brief summary of what would be anarchism as a political , social and philosophical ideology , aiming also conceptualize even briefly what would an anarchist subject , which bases its practice and what principles they consolidate their actions . Besides seeking also demonstrate on the basis of documents and writings the workers , how they organized themselves as a movement , and what their bases of operation in this regard what is perceived as the organizational proposals of the anarchist movement was ingrained in the working organization , and how its principles were being spread among the proletariat . The educational issue is crafted with great care and attention as they understand how thought and educational organization of the labor movement gave the Brazils and the influence of anarchist thought that while education in making the whole theory and educational spaces of the labor movement, configures the reason for the existence of this text that follows.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1- O SUJEITO ANARQUISTA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SER REVOLUCIONÁRIOS	18
1.1 – O ANARQUISMO	19
1.2 – A EDUCAÇÃO E O <i>FAZER-SE</i> ANARQUISTA	37
1.2.1 – A FORMAÇÃO DO SUJEITO ANARQUISTA E OS VALORES.....	42
1.3 – PENSANDO A EDUCAÇÃO A PARTIR DA ÓTICA LIBERTÁRIA	46
CAPÍTULO 2 - O MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL: SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E ANARCO - SINDICALISMO	49
2.1 - O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: A INFLUÊNCIA DO ANARQUISMO NO OPERARIADO BRASILEIRO	52
2.1.1- SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO ENQUANTO ESTRATÉGIA DO ANARQUISMO	53
2.1.2 SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO X ANARCO-SINDICALISMO	56
Capítulo 3 – DOS DEBATES À PRÁTICA: REFLEXÕES SOB A EDUCAÇÃO NOS CONGRESSOS OPERÁRIOS E NA IMPRESSA OPERÁRIA	59
3.1 – DOS DEBATES - AS TESES EDUCACIONAIS A PARTIR DOS CONGRESSOS OPERÁRIOS BRASILEIRO DE 1906, 1913 E 1920	60
3.1.1 – Os CONGRESSOS OPERÁRIOS.....	63
3.1.2 – DEBATES SOBRE EDUCAÇÃO NOS CONGRESSOS OPERÁRIOS DE 1906, 1913 E 1920.....	65

3.2 – AS PRATICAS - ESPAÇOS EDUCATIVOS A PARTIR DE “A VOZ DO TRABALHADOR”	71
3.2.1 – OS CENTROS DE ESTUDOS SOCIAIS	79
3.2.2 – AS ESCOLAS MODERNAS	87
Capítulo 4 – A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO REVOLUCIONÁRIO	100
4.1 – A Educação, a consciência de classe e o sujeito revolucionário.....	107
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	112

Introdução

O acúmulo de debates e os estudos pelos quais passei ao longo de minha graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO me levaram a pensar que as concepções educacionais e as práticas educativas devem ser pesquisadas no sentido de compreender o tipo de ideologia e valores que elas veiculam e quais os desdobramentos na prática educativa desses valores ideológicos.

Descobri que a concepção educacional anarquista podia me fornecer categorias que poderiam questionar e desconstruir os valores vigentes na sociedade capitalista por meio da disputa e mudança de mentalidades. As práticas educativas do movimento libertário trabalham com a intenção de mudar profundamente os valores que levam a alienação, combatem o individualismo, para evitar o egoísmo, o conformismo que leva ao comodismo e a opressão do homem pelo homem que resulta na exploração. Buscam fortalecer valores que permitam a liberdade e a solidariedade entre os seres humanos.

O movimento anarquista enfrentou muita resistência e preconceito, aliás, até os dias atuais o termo anarquismo é, por vezes intencionalmente, tratado de forma errônea pelos movimentos que divergem de sua teoria criando afirmações falsas para aqueles que buscam conhecer outras perspectivas de organização social. Muitos acreditam ser um movimento não organizado, porém, estudos mais profundos, nos mostram que os anarquistas possuem modelos organizacionais diferenciados e complexos, os quais permitem que todos tenham o poder de decisão, não há o poder centralizado em direções e vanguardas. Em sua organização social e política, há a divisão de responsabilidades e decisões. Este tipo de atitude faz surgir uma nova concepção de sociedade e, conseqüentemente, de educação, pois sabe-se que qualquer sistema educacional é construído a partir de um modelo de sociedade.

Com base nessa concepção educacional o movimento libertário buscou organizar alguns espaços. Para trabalhar a educação de seus filhos, os operários anarquistas ou não, buscaram a construção de escolas libertárias, as quais seguiam quatro preceitos básicos principais: educação integral, escolas mistas, a construção coletiva da liberdade e métodos racionalistas. Buscavam formar seres aptos a atuarem de forma transformadora, desconstruindo o sistema capitalista, visando à construção de uma sociedade autogerida, pautada por uma ética anarquista e baseada em conceitos de solidariedade e ajuda mútua. A luta pela construção e manutenção das escolas libertárias foram um dos focos principais do movimento libertário, porém, nesse momento, tenho como objeto principal de estudo as experiências educativas estabelecidas entre os trabalhadores

sindicalistas.

Esse escrito traz como proposta o aprofundamento das discussões sobre o histórico da organização do Movimento Operário brasileiro, assim como a reflexão sobre a importância dada a questão da educação pelo mesmo movimento, compreendendo que a inserção dos anarquistas no Movimento Operário contribuiu qualitativamente na construção de uma perspectiva revolucionária entre os trabalhadores e que a preocupação com a questão da educação trazida por esses militantes propiciou diversas experiências de cunho libertário que tiveram grande peso na formação da criticidade nas classes populares a época.

Destaco que o objetivo geral deste trabalho é teorizar sobre a construção do pensamento anarquista e as consequências práticas da inserção do pensamento anarquista no Movimento Operário brasileiro. Identificando como as teorias anarquistas refletiram sobre a organização do operariado enquanto movimento organizado e como tal movimento construiu uma perspectiva educacional a partir dessas teorias.

Este escrito traz como objetivos específicos:

- Refletir sobre a formação do sujeito Anarquista;
- Mostrar as influências do pensamento anarquista na organização do Movimento Operário no Brasil, a partir das resoluções dos grandes congressos operários (1906, 1913, 1920);
- Analisar as propostas educativas a partir dos debates ocorridos nos três grandes Congressos Operários: 1906, 1913 e 1920;
- Compreender os princípios e práticas pedagógicas libertárias entre os sindicalistas brasileiros nas duas primeiras décadas do século XX;
- Analisar como se deu algumas experiências educativas com base nos princípios da pedagogia libertária e a sua influência na construção de um novo tipo de sociedade.

Ao longo da minha graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, tive a oportunidade de participar desde o 2º período até o 9º período, inicialmente como voluntário, posteriormente como bolsista IC e depois PIBIC¹ no grupo de pesquisa que discute a

¹ Ao longo desse tempo tive a oportunidade de publicar alguns artigos e apresentar alguns trabalhos em espaços como a IX Jornada do HISTEDBR; 10º, 9º e 8º Jornadas de Iniciação Científica da UNIRIO, tendo nesta última ganhado uma menção honrosa na edição Augusto Boal do concurso promovido pela Universidade; Seminário Internacional Inclusão em Educação: Universidade e Participação 2; II Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro; I Congresso Sergipano de História; IV Seminário Vozes da Educação; XVI Seminário de Iniciação Científica da UFOP; XII Semana da Educação da UERJ; entre outros. Tive a oportunidade de ministrar algumas palestras em mesas com temas sobre Educação a Distância no XVIII Fórum de Educação: Memória,

temática “História das Escolas Anarquistas no Rio de Janeiro”, orientado pela Professora Doutora Angela Maria Souza Martins. Neste grupo de pesquisa construí meus estudos com o subprojeto “Educação e transformação social: a experiência das Escolas Modernas no Brasil”, que se transformou em minha monografia.

Em minha trajetória enquanto bolsista tive a oportunidade de ampliar meus conhecimentos sobre o tema referente à educação libertária e divulgar o mesmo por meio de meus artigos publicados, apresentações em diversos congressos e palestras ministradas, além disso, tive a oportunidade de pautar minha militância com base na filosofia e ideologia das propostas libertárias, tanto para educação, quanto para sociedade de forma geral. A partir dessas vivências achei por bem aprofundar e ampliar o debate sobre a relação das lutas dos explorados por uma sociedade igualitária e qual o papel da educação nessa luta. Optei pela abordagem histórica, pois percebi que nada melhor do que compreender as relações e estratégias que construíram e consolidaram as lutas no passado para refletir o contexto atual e pensar sobre novas formas de se conduzir as lutas na contemporaneidade.

Entendendo que os estudos sobre o campo libertário, principalmente no que tange a questão da educação, ainda carecem de espaço no âmbito acadêmico e por ter uma necessidade pessoal de ampliar e aprofundar meus conhecimentos sobre esse mesmo campo, resolvi por me debruçar sobre o estudo da educação libertária, objetivando contribuir de alguma forma para alavancar as discussões sobre tal tema tanto no âmbito acadêmico, quanto no âmbito social, tentando fortalecer, ou até mesmo criar vínculos entre esses dois espaços, que por diversas situações ficam tão distantes um do outro, na medida que o conhecimento construído no interior da academia, por muitas vezes, é permeado de falta de senso da realidade das classes populares, sendo assim, construído a partir de uma ótica vivenciada apenas por uma pequena parcela da sociedade.

Essa dissertação de mestrado surge com a intenção de discutir o papel da educação em nosso contexto social. Atualmente, assim como no passado, a Escola é apropriada, por meio de políticas públicas e investimentos privados, pela burguesia como espaço de consolidação da ordem vigente. Durante alguns estudos anteriores, pude ter contato com diversos autores que pensaram educação em épocas distintas, todas essas teorias tinham como base uma perspectiva de sociedade, com a Educação Libertária não é diferente.

Linguagens e Ensino, promovido pela faculdade de Educação da UNIGRANRIO e pelo Conselho Estudantil de Pedagogia desta Universidade; Assistência Estudantil em uma palestra promovida pelo Fórum de Estudantes de Origem Popular, realizada na UNIRIO e em outra palestra promovida pelo DCE – UNIRIO (Gestão EVOLUÇÃO) e mediar uma roda de diálogos sobre Educação Libertária no 31º ENEPe – Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia e ainda pude participar da organização de espaços como o Colóquio 200 anos de Proudhon, um encontro em homenagem ao 100 anos de Ferrer y Guardiã, o 17º, 18º e 19º Encontros Fluminense de Estudantes de Pedagogia, e ainda de diversos outros espaços formativos.

Sabe-se que mesmo a questão do processo educativo vai além do que unicamente a construção de escolas e o movimento libertário esteve atento a isso, promovendo diversos outros espaços. Um dos focos principais desta dissertação são esses espaços, sua organização e funcionamento, fundamentando filosófica e historicamente tais atividades de cunho educativo buscando refletir sobre o possível papel revolucionário que a educação pode cumprir.

O pensar a educação como possível instrumento revolucionário se deu justamente por perceber o papel que a educação vem cumprindo historicamente tanto quando sistematizada e organizada pela burguesia (mesmo os setores mais progressistas), quando sistematizada e organizada pelas classes populares e movimentos sociais. Tanto a educação escolar como a não escolar foram de extrema importância na consolidação de sujeitos ativos num sistema social determinado. Vários movimentos revolucionários consideram a atuação educacional necessária para uma mudança profunda das estruturas sociais.

Construí este trabalho a partir de uma vivência acadêmica e de minha militância junto a movimentos populares como o Grupo de Educadores Populares e a Organização Anarquista Terra e Liberdade. Ao atuar enquanto educador popular fazendo parte de uma organização de movimento popular de cunho anarquista, percebo a importância de buscar bases teóricas que fundamentem uma nova proposta educacional para um novo tipo de sociedade, esta com base nas propostas anarquistas. Sendo assim, nessa busca escolhi os movimentos anarquistas como interlocutores.

A dissertação será composta de quatro capítulos. No primeiro capítulo, discutirei a formação do “sujeito anarquista”, trazendo o conceito de experiência em Thompson, e também a discussão de alguns clássicos do anarquismo como Proudhon, Bakunin e Kropotkin para delimitar as categorias liberdade e ajuda mútua (ou solidariedade) na perspectiva anarquista. Com isso busco discutir que é através das experiências vivenciadas pelos operários que os mesmos se aproximam e assumem para si determinados valores, consolidando assim uma prática cotidiana com base nos princípios anarquistas. Desta forma tornando-se um sujeito que teoriza e pratica o anarquismo no seu dia a dia, sendo assim um “Sujeito Anarquista”.

Para o segundo capítulo busco levantar uma discussão entre sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo, analisando os pressupostos organizativos e ideológicos de ambas as vertentes e delimitando qual dos dois foi mais presente e exerceu maior influência no Movimento Operário no Brasil. Já no terceiro capítulo, discutirei a importância que o Movimento Operário deu para a questão da educação e também como este movimento questionou a educação oferecida pela Igreja e pelo Estado. Destaco as influências do pensamento educacional libertário nos debates sobre educação no seio do movimento operário, tomando como pressuposto principal os debates ocorridos nos três grandes congressos operários: 1906, 1913, 1920.

Ainda no terceiro capítulo continuarei dissertando de forma mais aprofundada sobre os debates relacionados a temática da educação ocorrido nesses mesmos congressos. Buscando a partir das resoluções específicas sobre o tema educacional, compreender a importância dada pelo Movimento Operário no Brasil para esta questão. Dissertando sobre os debates em relação a questão da educação ocorridos nos grandes congressos operários e quais as deliberações sobre a mesma questão saíram desses congressos, mostrando a perspectiva de educação que o movimento operário priorizou. Analisarei ainda nesse capítulo a reflexão sobre os espaços educativos construídos, formulados e organizados a partir dos debates desses mesmos três congressos supracitados, ainda tomando como referência as resoluções e discussões dos congressos e o jornal “A voz do trabalhador”, órgão de imprensa da Confederação Operária Brasileira dentre outras fontes primárias, mapearei algumas experiências e buscarei compreender como se davam esses espaços, a organização, estruturas e sobre quais aspectos pedagógicos tais espaços consolidavam suas práticas educativas.

No quarto e último capítulo trarei algumas reflexões sobre o objeto estudado, refletindo sobre o papel educacional no processo de revolução social, como os trabalhadores entendiam a importância da educação para a consolidação de uma nova sociedade e a possibilidade de se tratar a educação como um instrumento revolucionário.

Para desenvolver esses capítulos, uso como proposta metodológica a pesquisa documental e bibliográfica, a partir de uma perspectiva histórica, priorizando a análise de periódicos anarquistas, das primeiras décadas do século XX. Por se tratar de pesquisa com fonte primária, a análise desses documentos se faz de forma muito difícil, pelo fato de que dada a perseguição sofrida pelos grupos pesquisados, muitos desses materiais estão incompletos talvez por terem sido destruídos, ou mesmo por terem se perdido ao longo dos anos ou estão codificados de alguma forma, além disso, devo lembrar que o objeto de investigação foi marginalizado pela academia, e como os anarquistas sofreram uma forte perseguição de seus opositores torna-se muito complicada a reunião dos documentos. A pesquisa no campo do anarquismo hoje se faz possível por conta do grande esforço de grupos que montaram acervos de grande valia como o da AMORJ – UFRJ, AEL – UNICAMP, Biblioteca Terra Livre em SP entre outros.

Para fundamentar teoricamente minha pesquisa utilizo a abordagem dialética, de acordo com a perspectiva proudhoniana. Para Proudhon a sociedade se constrói com base nas relações das forças antagônicas, criando um equilíbrio entre as mesmas. Segundo esse autor, qualquer proposta de sociedade, deveria ser construída a partir da realidade e não apenas no campo metafísico das ideias, para o mesmo não havia sentido implementar uma estrutura de sociedade sem que os envolvidos naquela sociedade pensasse e organizasse tal estrutura conjuntamente, e tal construção

não tem fim, está em constante transformação regida por forças conflituosas que encontram seu equilíbrio, sem a imposição de uma força sobre a outra.

Como a dialética marxista se tornou referência no campo teórico, para fins didáticos trago como análise comparativa o artigo *La Original Visión Dialéctica de Proudhon* (A original visão dialética de Proudhon – livre tradução), publicado no periódico *Terra Y Libertad* de abril de 2009, escrito por Paniagua. A diferença entre o pensamento de Proudhon e Marx é que

para Marx, igual que para Heguel, el movimiento dialéctico se caracteriza por el enfrentamiento de dos elementos contradictorios (tesis y antítesis) hasta su fusión em una categoría nueva (síntesis). Para Proudhon, no habrá tres elementos sino únicamente dos, que se mantienen uno junto a outro de principio a fin. No hay un final sintetizador, sino equilibrio, una especie de antinomia persistente.² (PANIAGUA, 2009,p.4).

Dessa forma temos o entendimento que não há um sistema único ideal para a formulação do pensamento, o mesmo se constrói com base nos conflitos das forças existentes e não se deve deixar que uma seja sobreposta em relação a outra. Sendo assim a dialética se da no esforço de estar sempre relacionando o objeto em seu contexto e voltando para a reflexão, trazendo o todo para as partes e retornando as partes para o todo. Estando sempre atento as nuances da realidade sobre a qual o objeto esta inserido, e para as reflexões sobre tal realidade e possibilidade de novas realidades a partir do objeto.

Outro autor que guia a minha pesquisa é E. P. Thompson, a partir da seguinte questão: a educação pode ser trabalhada como instrumento revolucionário? Utilizo sua categoria “experiência” para pensar como os homens constroem suas relações sociais. Entendendo como experiência todos os meandros vividos no contexto econômico, político e social da época estudada. Utilizando ainda essa categoria para delimitar a possibilidade do surgimento de um “Sujeito Anarquista”, dialogando com a ideia de “fazer-se” do mesmo autor.

Utilizarei como fonte primária principal o jornal “A Voz do Trabalhador”, que era o órgão de comunicação da Confederação Operária Brasileira (COB), jornal que pelos registros encontrados até então, foi distribuído entre 1908 a 1915 no Rio de Janeiro. Assim como também utilizarei das resoluções dos congressos de 1906, 1913 e 1920 e algumas outras fontes primárias.

Além desses periódicos que podem ser encontrados na Biblioteca Fábio Luz, localizada no Centro de Cultura Social em Vila Isabel, na AMORJ (Arquivo de Memoria Operária do Rio De

² Para Marx, assim como para Hegel, o movimento dialético se caracteriza pelo enfrentamento dos elementos contraditórios (tese e antítese) havendo a fusão em uma nova categoria (síntese). Para Proudhon, não haverá três elementos e sim unicamente dois, que se mantêm um junto ao outro do principio ao fim. Não há um final sintetizador e sim um equilíbrio, uma espécie de antinomia persistente. (livre tradução)

Janeiro), localizada na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), no AEL (Acervo Edgard Leuenroth) localizado na UNICAMP (Universidade de Campinas), no Acervo Pessoal do João Penteadó, disponível na USP, na Biblioteca Terra Livre, entre alguns outros locais, tenho realizado a leitura de diversos materiais de cunho bibliográfico que discutem sobre a teoria libertária e a proposta educacional dos anarquistas, textos que podem contribuir para uma discussão mais qualificada sobre o tema e um aprofundamento das reflexões sobre possíveis formas de transformação social, que percebem a educação como uma das vias principais, porém não única.

Capítulo 1

O sujeito anarquista: o processo de construção do ser revolucionário

Nos debates sobre as estratégias e possibilidades da revolução social, que para os anarquistas se consolidaria a partir do fim do Estado e da construção de uma sociedade autogestionária e igualitária, encontram-se vários pressupostos sobre o processo de instauração da revolução, mas fica em segundo plano a reflexão sobre quem ou o que é ser um revolucionário. Se é almejada a construção de uma nova sociedade, torna-se necessário compreender inicialmente que a sociedade é um conjunto organizado de relações entre sujeitos, por isso considero necessário pensar sobre que tipo de ser humano construirá e comporá essa nova sociedade.

Atualmente, o capitalismo neoliberal é hegemônico, ele orienta e organiza as diversas instituições em nossa sociedade, criando estratégias e táticas para sua sobrevivência. Criando inclusive diversas instituições para disseminação de seus valores próprios, para que dessa forma influenciar a formação dos sujeitos com base na posição social em que o mesmo ocupa no quadro social. Ao almejar a composição de outra sociedade é preciso pensar no papel dos sujeitos que atuam com outros valores e estabeleçam outras estratégias e práticas para organizá-la de modo a enfrentar a concepção hegemônica. Assim, é preciso refletir sobre valores como solidariedade, liberdade e igualdade como contraponto a ideologia capitalista. Partindo desse pressuposto, acredito ser necessário trazer para reflexão a concepção anarquista destes valores supracitados e de organização social.

O anarquismo é uma corrente de pensamento revolucionária que teve uma significativa preocupação com a questão da educação, esta é vista como um importante instrumento para instaurar um processo revolucionário, pois os pensadores anarquistas, em sua maioria, acreditam que o processo educacional é fundamental para a mudança de mentalidade que fomentará a possibilidade de uma efetiva revolução libertária.

De acordo com os anarquistas, é importante que os agentes sociais compreendam a responsabilidade que ser livre exige, pois só compreender-se-á o significado da liberdade numa coletividade. A partir do momento em que as pessoas tenham a busca da liberdade como princípio fundamental nas suas vidas, a revolução será realmente possível e a sua consolidação poderá ser factível.

1.1 – O Anarquismo



Figura que simboliza o anarquismo, não foi encontrado nessa pesquisa registros da sua origem, porém há relatos de que pode fazer menção a máxima Proudhoniana “Anarquia é ordem”, sendo assim, um A de anarquia dentro de um O de ordem.
Retirado de acervo pessoal

Segundo Edgar Leuenroth

Socialismo é o sistema de organização da sociedade que tem por base a substituição do regime capitalista – fundamentado no domínio da propriedade privada e do salariedade, instrumento da exploração do homem pelo homem – por um regime cujo princípio fundamental é socializar, isto é, por em comum os bens sociais, em função dos interesses da coletividade, como produtos que são dos esforços de todas as gerações (LEUENROTH, s/d, p. 75).

Sendo assim, o anarquismo se integraria ao campo ideológico do socialismo libertário³ e se propõe ser revolucionário. Surge a partir de uma defesa das classes populares contra as opressões causadas pelo advento do Capitalismo, ou seja, os indivíduos que se encontram na condição de oprimidos pela estrutura econômica do capitalismo se organizam para desconstruir essas relações de opressão, compreendendo a necessidade de se rebelar contra a burguesia e o patronato. Dessa forma

³ Sobre este tema veja em Anarquismo roteiro da libertação social: antologia de doutrina crítica- história – informações de Edgard Leuenroth, co-editado pelo Centro de Cultura Social – SP e Editora Achiamé- RJ, s/d.

o Anarquismo pode ser entendido como uma das respostas ao Capitalismo, partindo da formulação de ideias com base em uma análise crítica da sociedade apontando caminhos para a mesma, surgindo enquanto pensamento sistematizado a partir dos meados do século XIX e se materializando enquanto movimento social, principalmente operário, ao longo dos dois últimos séculos.

Segundo Gallo (2006), seria um equívoco tanto prático quanto conceitual, compreender o Anarquismo como uma doutrina. Visto que, sendo uma “Filosofia política e prática de ação social” (GALLO, 2006, p. 9) assumiu historicamente diversas perspectivas e caminhos práticos diferenciados. O autor diz

para que entendamos a real dimensão da filosofia política do anarquismo, é necessário que o entendamos como constituído por uma *atitude*, a de negação de toda e qualquer autoridade e a afirmação da liberdade. O próprio ato de transformar essa atitude radical em um corpo de ideias abstratas, eternas e válidas em qualquer situação seria a negação do princípio básico da liberdade (GALLO, 2006, p. 10).

Sendo assim compreender o Anarquismo como uma doutrina fechada e imutável seria incoerente com sua própria proposta filosófica. O Anarquismo é um pensamento social que apresenta diferentes correntes relativas a estratégias e táticas, que seguem os mesmos princípios, porém apresentam metodologias diferentes para o processo revolucionário. Sendo assim, poderíamos pensá-lo como um *principio gerador*⁴, que mesmo partindo de pressupostos em comum, possibilitaria a linha de construção adequada a cada realidade social e histórica em que está inserido.

Em suma, podemos de certa forma, tratar o Anarquismo como um princípio gerador de atitudes básicas que sustentam a luta pelo fim de todo e qualquer tipo de opressão e autoritarismo, buscando a afirmação da liberdade coletiva dentro de qualquer contexto histórico, político e social. Pautando-se sempre por alguns princípios básicos que formulam um *paradigma anarquista*⁵.

Um destes princípios é a *Autonomia individual*, que é a percepção do indivíduo como integrante fundamental de qualquer coletivo, tendo em vista que um coletivo é formado por diversos indivíduos. Sendo assim este não pode, de maneira alguma, ser preterido em nome daquele. A relação entre ambos deve ser de troca, em constante diálogo, já que um só existe em

⁴ Termo utilizado pelo autor Sílvio Gallo em seu livro Anarquismo: uma introdução filosófica e política.

⁵ Segundo Sílvio Gallo em seu texto “O Paradigma Anarquista em Educação”. Disponível em <http://biblinde.110mb.com>. O Paradigma Anarquista seria a síntese dos preceitos ou princípios básicos que fundamentam o princípio gerador de atitudes contra a opressão e a favor da liberdade coletiva. Dando aporte teórico para uma análise político-social, e consolidando assim o Anarquismo como único, sendo destrinchado e formulado de diversas maneiras de acordo com cada realidade histórica.

função da existência do outro, ou seja, numa constante relação dialética. Levando em consideração que a existência de um ser humano enquanto sujeito, só se dá no convívio com outros indivíduos e que a sociedade só se sustenta como tal enquanto agrupamento de diversos indivíduos autônomos.

Outro princípio é o da *Autogestão social*, que levando em consideração o posicionamento anarquista de ser contrário a toda centralização de poder por intermédio de instituições como o Estado e a Igreja por exemplo. A gestão de uma sociedade deve se dar de forma direta, intermediada por todos que nela vivem, com o intuito de consolidar uma democracia direta e participativa, onde todos tenham o mesmo poder de decisão sobre as ações políticas da comunidade, não havendo espaço para os prepotentes, cada um tem a liberdade e a responsabilidade de representar somente a si próprio. Temos como exemplo mais evidente da Autogestão a organização com base no Federalismo⁶, que foi muito presente entre o operariado. Assim também como a criação das Associações Operárias, que inclusive se inserem no contexto do Federalismo e representam a proposta prática que contrapõe a necessidade dos Partidos Políticos e do Estado;

Propõem também o princípio do *Internacionalismo* que nada mais é do que a internacionalização das lutas, tendo em vista que a constituição de unidades geopolíticas enquanto Estados-nação, não passa de uma estratégia política que visa à ascensão do capitalismo e a consequente exploração e dominação do homem pelo homem. A luta pela emancipação humana deve encaminhar-se de forma generalizada, pois a liberdade somente pode ser considerada como tal, se for comum a toda humanidade;

E ainda, como pressuposto mais prático, temos outro princípio que é o da *Ação Direta* que se configura na tática de luta mais comum promovida pelos anarquistas. Os anarquistas acreditam que os oprimidos devem gerir o processo da sua luta por emancipação e liberdade. E somente quando o trabalhador tiver consciência de sua condição de explorado poderá despertar as forças revolucionárias e a necessidade da organização da luta revolucionária. Como exemplo da Ação Direta, existe a constante preocupação do movimento anarquista com a propaganda e a educação, estratégias que possibilitam a tomada de consciência e a transformação das mentalidades, pois acreditam que o espaço de disputa de mentalidades também é um campo de ação revolucionária e autogerida. Um exemplo de tática de luta usada frequentemente pelos anarquistas é a greve geral, pois creem que este movimento é um instrumento importante de luta e conscientização. Os anarquistas sempre lutaram pela negação de toda e qualquer autoridade e pela afirmação da liberdade. As insurreições também são exemplos nítidos de ação direta.

⁶ Tratarei do assunto mais a frente, porém, para maiores informações sobre as diversas propostas de federalismo ver em Do Federalismo de René Berthier, publicado pela editora Imaginário em 2011.

Segundo Malatesta,

o anarquismo nasceu da revolta moral contra as injustiças sociais. Quando apareceram homens que se sentiram sufocados pelo ambiente social em que eram obrigados a viver, que sentiram a dor dos demais como se ela fosse a sua própria, e quando estes homens se convenceram de que boa parte do sofrimento humano não é consequência inevitável das leis naturais ou sobrenaturais inexoráveis, mas, ao contrário, que deriva de realidades sociais dependentes da vontade humana e que podem ser eliminados pelo esforço humano, abria-se então o caminho que deveria conduzir ao anarquismo (MALATESTA, 2009, p. 5).

Malatesta nos coloca o anarquismo como uma alternativa as desigualdades e as opressões que determinada parcela da sociedade sofre cotidianamente. Tal alternativa se constitui no princípio da solidariedade, tendo em vista, que nasce a partir da percepção de alguns sobre as condições de outros e da atitude de tentar construir um mundo mais justo no qual todos vivam nas mesmas condições, e que estas sejam a melhor possível.

De uma maneira geral podemos distinguir alguns pontos que contribuem para compreender o pensamento anarquista, a luta pela conquista de determinados valores éticos que suprima as relações de opressão, a oposição ao Capitalismo e ao Estado e a reflexão sobre novas formas de nos relacionarmos com nós mesmos e com a coletividade. A luta também por uma concepção filosófica racionalista e crítica que possibilite a construção de uma sociedade sem divisão de classes.

Para consolidar a elaboração dessa teoria, é preciso ainda se refletir e pontuar sobre as características gerais da nova sociedade igualitária e livre, ou seja, o que seria a sociedade anarquista, lembrando sempre que os meios para a construção dessa sociedade devem estar em consonância com o que se espera enquanto sociedade, ou seja, os meios devem ser condizentes com o fim, os meios consensuais entre os autores anarquistas são a autogestão e o federalismo, que seriam as bases organizativas da sociedade futura, sendo assim as formas mais efetivas de se estruturar as lutas para a construção da mesma.

O diagnóstico crítico sobre a sociedade capitalista e a descrição da sociedade futura são praticamente consensuais entre os autores que tomarei como referência neste trabalho. Há apenas algumas pequenas divergências secundárias nos posicionamentos filosóficos de cada um, no entanto, as estratégias de construção da sociedade libertária igualitária é o ponto que provoca polêmicas entre os anarquistas em geral. A convergência de pensamento em relação a estratégia dos anarquistas seria a negação da tentativa de conquista do aparato estatal, todos concordam que o mesmo deve ser destruído e que não é válido direcionar esforços em tomá-lo para si. O que inclusive diferencia claramente o Anarquismo de outras vertentes também socialistas.

Uma concepção negativa sobre a questão da Anarquia construída historicamente ainda paira no senso comum de nossa sociedade contemporânea. Etimologicamente o termo anarquia de origem

grega, tem como significado “ausência de governante”, sendo assim podendo ser interpretado de forma positiva ou negativa conforme a aspiração política- ideológica de quem a interpreta. Porém, historicamente, a conotação negativa do termo contribuiu para a criação de um imaginário social que vincula a anarquia a desordem, atribuindo-lhe um sentido pejorativo.

Esse sentido negativo vem desde Platão quando profere críticas a democracia da Atenas de seu tempo, tratando-a como “anárquica” e “multiforme”, pois entendia como necessário a figura de “um governante que conduza o povo para a virtude da justiça” (GALLO, 2006, p. 17), até o advento da Revolução Francesa na qual o termo anarquista era utilizado para deslegitimar adversários políticos nas calorosas discussões no seio da revolução que se configurou burguesa. Posteriormente, mesmo os que se encontravam no campo da atuação revolucionária como Marx e seus adeptos, após os embates com Bakunin na Associação Internacional dos Trabalhadores⁷, passaram a identificar os anarquistas como pequeno-burgueses, defensores da desordem e da desorganização, acusando-os de não compreenderem a necessidade histórica da revolução e imbuindo-lhes a qualidade de reformistas tentando deslegitimá-los enquanto revolucionários.

Somente no século XIX, Pierre Joseph Proudhon conferiu um caráter positivo ao termo “anarquia”. Ele resgatou o termo dando a ele o caráter de máxima ordem, compreendendo que somente em uma sociedade sem governo seria possível se resgatar a ordem natural e a harmonia social em toda sua complexidade. Este autor diz que

(...) o governo do homem pelo homem, sob qualquer nome que se disfarce, é opressão; a mais alta perfeição da sociedade se encontra na união da ordem e da anarquia (PROUDHON, 2008, p. 30).

Proudhon defende que a anarquia é forma mais perfeita de organização de uma sociedade, porque estabelece uma harmonia entre os seres humanos. Antes do século XIX, diversos autores como Godwin, Rabelais, La Boetie fazem referência a necessidade da luta contra a tirania da exploração do homem pelo homem e também da não necessidade de um governante, ou seja, a defesa da igualdade entre os seres humanos é anterior ao anarquismo, assim os pensadores anarquistas do século XIX se inspiraram nestes autores para elaborar sua teoria filosófica e política.

A partir do século XIX surgem alguns teóricos que se tornaram clássicos do Anarquismo e que fornecem as categorias para pensar o anarquismo de modo mais sistematizado. Tomarei como principais referências os seguintes autores: o francês Pierre Joseph Proudhon; os russos Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin, além de contar também com algumas contribuições do italiano Errico Malatesta.

⁷ Criada em 1864, tinha como intuito a organização internacional dos operários em um programa revolucionário em comum. Tornou-se palco vários atritos entre Bakunin e Marx.

Esses teóricos partiram de reflexões filosóficas diferentes para formular o que pensam sobre o anarquismo. Proudhon parte de uma dialética entre ideia e matéria, chamada por alguns de Ideo – realismo, enquanto Bakunin parte de uma perspectiva materialista filosófica, com um teor extremamente crítico a qualquer proposta teológica, já Kropotkin reflete a partir de um cientificismo biológico, entendendo que a ajuda mutua é um instinto básico do homem, que é dificultado por instituições políticas e jurídicas. Apesar de partirem de pontos diferentes, todos criticam o capitalismo e toda forma de opressão, assim como a consolidação de um Estado e da propriedade privada, além de firmarem posição na necessidade de uma sociedade auto gerida e na reformulação de valores primordiais para a consolidação da sociedade anarquista, como a liberdade, a igualdade e a solidariedade.

Para melhor compreensão das interpretações e aplicações do pensamento que se seguiram a partir das teorias desses autores, segue algumas considerações comparativas do pensamento de cada um:



Proudhon (1809 - 1865)

Imagem retirada do texto “Proudhon e a sua contribuição ao Brasil” de Miltom Lopes, disponível em <http://passapalavra.info/2009/06/5479>, acessado em 20 maio 2013

MUTUALISMO

Pierre Josep Proudhon nasceu em Besançon em 15 de janeiro de 1809, filho de Coude-François Proudhon, um tanoeiro e cervejeiro e de Catherine Simonin que trabalhava como cozinheira. Foi camponês durante sua infância tendo trabalhado como pastor de vacas. Estudou no Colégio de Besançon por conta de uma bolsa de estudos conseguida por um ex patrão de seu pai. Mais tarde torna-se tipógrafo, tendo através desse ofício contato com diversas obras, ampliando assim seus conhecimentos. Escreve diversas obras, inclusive ganhando alguns prêmios em dinheiro por alguma delas, o que o sustenta por alguns anos. Vem a falecer aos 56 anos em Paris no dia 16 de Janeiro de 1865.

O Mutualismo tem na figura de Pierre Josep Proudhon o seu principal expoente, o Mutualismo, assim como as outras propostas, surge como uma alternativa ao comunismo marxista e ao capitalismo, defende que o direito a propriedade deva ser substituído pelo direito a posse, ou seja, pelo usufruto. A terra deve ser de quem nela trabalha. Considera que posse pode ser individual (um trabalhador em posse de terra ou oficina -atelier-) ou coletiva, no caso da posse sendo coletiva a mesma se tornaria uma “mutua” (uma unidade de produção em fábrica, terra ou oficina -atelier- com regime cooperativo e autogestionário).

Toma como pressuposto o Federalismo, ou seja, supõe a união voluntária de distintas entidades em um regime em que as decisões partem do entorno (das entidades federadas) para o centro, podendo existir certos órgãos comuns. Existe um livre intercambio entre as mutuas em si, entre as mutuas e os indivíduos e entre os próprios indivíduos, porém mantendo sempre o principio da solidariedade e buscando o beneficio para todas as partes envolvidas. Esta forma de Federalismo foi criticada por futuras gerações de anarquistas, que consideravam que não eliminando as competências entre as Mutuas, voltaria a se gerar desigualdades econômicas, provocando a dominação por determinadas Mutuas mais estruturadas economicamente, voltando ao mesmo problema do Capitalismo. No Mutualismo ainda acreditava-se que as “Mutuas” poderiam desbancar as empresas capitalistas de forma pacífica pelo livre desenvolvimento econômico sem buscar o conflito para a revolução social.

COLETIVISMO



Mikail Bakunin (1814 – 1876)

Imagem retirada do caderno de imagens de “Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo – (1868 – 2012), p. 3 de Felipe Corrêa. Disponível <http://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/caderno-de-imagens-surgimento-e-breve-perspectiva-historica-do-anarquismo.pdf>, acessado em 20 de maio de 2013

Mikail Alexandrovich Bakunin, nascido no dia 30 de Maio de 1814, em Prjamuchino na Rússia. Filho de família aristocrática e proprietária de terras, chega a entrar para o exercito, com comumente acontecia dentre as elites da época, abandona a vida militar pela dificuldade de lidar com a disciplina imposta na mesma. Se afeiçoa a vida dos livros e vai estudar em Moscou e São Peterburgo, a partir de 1836 traduz alguns livros para o Russo, porém, prefere os debates e agitações políticas do que a vida acadêmica em si. Em 1840 deixa a Rússia com destino a Alemanha, onde começa a ter contato com os Hegelianos. Em 1842 escreve o texto intitulado “Reação na Alemanha” no qual fala sobre suas divergências ao absolutismo czarista. No ano seguinte entra em contato na Suíça com alguns radicais russos, poloneses e alemães. Em 1844 conhece Marx e Proudhon em Paris, estreitando seus laços com as teorias revolucionarias. A partir dai tem seus bens confiscados pelo Tzar russo, e é proibido de voltar a Rússia por conta de uma condenação a revelia.

Mais tarde por conta de declarações contra o Tzar russo, Bakunin é expulso da França. Permanece em Paris, mesmo que de forma ilegal, ao ponto de participar no início de 1848 das revoltas populares nesta cidade. Após participar de diversas revoltas em várias cidades europeias em 1849 é preso na Alemanha, condenado a morte, porém tal condenação se reverteu em prisão perpétua. Após alguns anos fora deportado para a Rússia, onde em 1857 foi para os campos de trabalho forçado na Sibéria. Em 1861 consegue fugir, indo para o Japão, atravessando todo os Estados Unidos e retornando a Londres na Inglaterra. Organizou um exército para lutar pela independência popular na Polônia. Depois de uma campanha mal sucedida vai a Suécia, depois para a Itália, onde finalmente se declarava anarquista. Fundou diversos clubes secretos, escreveu algumas obras, e posteriormente se instalou na Suíça, onde participa da Liga Internacional pela Paz e Liberdade, posteriormente da Associação Internacional dos Trabalhadores, onde entre em constante conflito com Marx. Tenta um levante popular em Lyon aproveitando o clima da vitoriosa Comuna de Paris. Morre em no dia 01 de Julho de 1876 em Berna, na Suíça.

Bakunin é um grande crítico do capitalismo, inclusive, tendo no próprio Marx com quem teve diversas divergências e embates sobre os melhores caminhos a se tomar para o processo revolucionário, um interlocutor bem próximo, tendo em vista que aquele concordou em grande parte das críticas feitas ao sistema capitalista feitas por Marx. O russo percebe o capitalismo como o grande atraso da humanidade, colocando tal sistema como a grande causa de toda a miséria que assola boa parte dos seres humanos.

Diferente de Proudhon, para o revolucionário russo, é inviável um processo de transformação social sem enfrentamento, o mesmo não acredita na possibilidade do desenvolvimento pacífico e simultâneo das “Mutuas” no capitalismo. A única forma de se atingir a emancipação e a transformação da sociedade é pelo conflito que se cria a partir da luta de classes, defende que é a partir da luta de classes que o proletariado vai alcançar a conquista dos meios de produção e a derrocada do Estado.

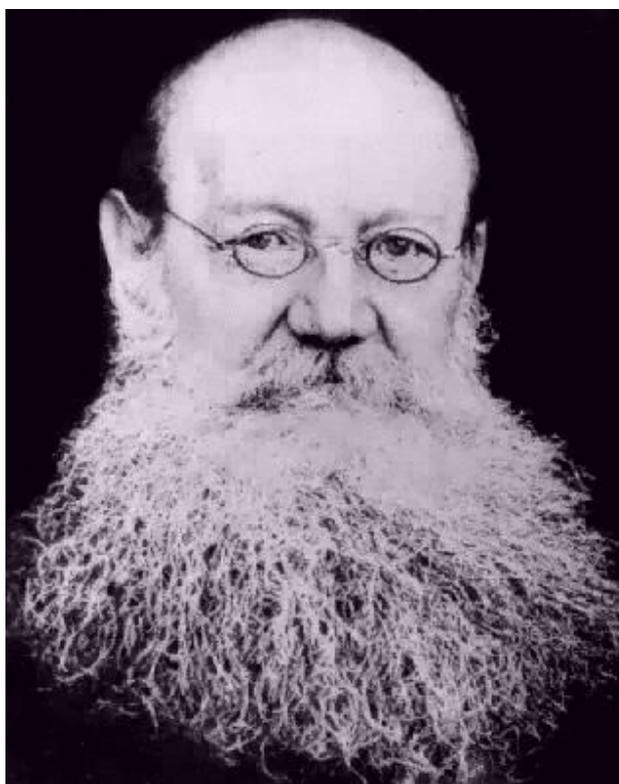
No coletivismo, os meios de produção não se encontrariam sobre responsabilidade das “Mutuas” independentes, mas sim, sob alcunha das “Coletividades”, que seriam formadoras da raiz das associações federalistas das organizações de trabalhadores, dessa forma, não somente podendo, como devendo todas as “Coletividades” federar-se entre si. O que difere as “Mutuas” das Coletividades” é que a primeira teria como único papel, o de organização da produção das riquezas, sendo livre a troca e o comércio da produção entre as diversas mutuas, porém as mesmas seriam isentas de responsabilidades perante a estruturação política da sociedade, enquanto as Coletividades seriam responsáveis tanto pela distribuição das riquezas produzidas, tanto pela regulação da vida política e social das comunidades, tendo como principio a democracia direta, e como prática para a

regulamentação da vida política e social, as assembleias e conselhos. Ou seja, dessa forma há uma vinculação direta entre produção, distribuição da produção e estruturação social da comunidade.

Na proposta do coletivismo, os meios de produção se tornam patrimônio da “Coletividade”, sendo assim, a produção seria distribuída a partir das horas de trabalho de cada trabalhador. Seguindo a linha de raciocínio de que para cada qual deveria ser entregue o produto íntegro do seu trabalho. Sendo deliberado coletivamente qual parte da produção seria destinado a manutenção dos serviços públicos da “Coletividade”. Dessa forma, cada trabalhador receberia enquanto produto o equivalente ao quanto se dispôs a produzir, abrindo mão somente do que fosse indispensável para a continuidade dos serviços gerais necessários a toda comunidade. Dessa forma, não se vincula a distribuição da produção com a necessidade de cada indivíduo, e sim com a capacidade de força de trabalho de cada indivíduo.

COMUNISMO LIBERTÁRIO OU ANARCO-COMUNISMO

Nessa vertente existem dois grandes expoentes, que tiveram em determinado ponto uma pequena divergência, porém, nada de estrutural que pudesse vir a alterar a forma de se pensar a organização da sociedade. Falamos de Kropotkin e Malatesta.



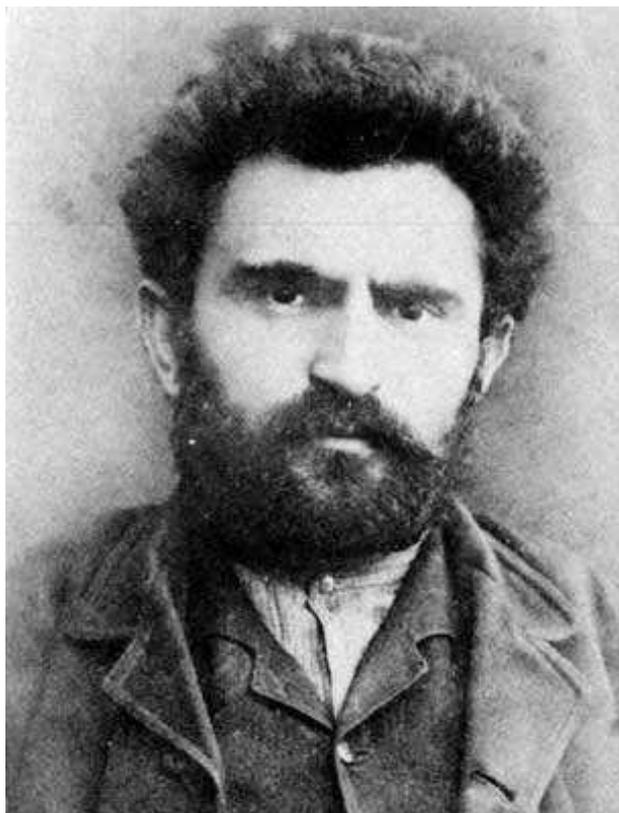
Piotr Kropotkin (1842 - 1921)

Imagem retirada do caderno de imagens de “Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo – (1868 – 2012), p.3 de Felipe Corrêa. Disponível <http://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/caderno-de-imagens-surgimento-e-breve-perspectiva-historica-do-anarquismo.pdf>, acessado em 20 de maio de 2013

Piotr Alekseyevich Kniaz Kropotkin, intelectual e geógrafo russo, nascido em Moscou, filho de família extremamente rica, com fortes ligações com o Tzar da época, seu pai era um general da reserva. Estudou em São Petersburgo, e teve vários tutores durante sua infância que lhe apresentaram a diversos tipo de literatura, tendo assim Kropotikin já aos 12 anos editado uma revista manuscrita junto de seu irmão. Pitir Kropotkin estudou no Corpo de Pajens, escola militar de maior prestígio na Rússia, exclusiva aos escolhidos como possíveis assistentes pessoais da família imperial. Como militar foi servir na Sibéria a próprio gosto percebendo na mesma uma ótima oportunidade de colocar em prática todo seu fascínio e paixão pelas ciências, compreendendo também na Sibéria como um local pouco povoado e explorado, logo, propicio as reformas politicas que o mesmo já vinha refletindo. Dedicou boa parte do seu tempo às ciências ambientais, se tornando um geógrafo respeitado no meio. A influência exercida pelo poeta M. L. Mikhailov lhe proporcionou o primeiro contato com as ideias anarquistas, passando assim a se posicionar enquanto socialista.

Mas tarde viria a pedir baixa do exército, entrando em conflito com seu pai que parara de lhe enviar dinheiro, volta a São Petersburgo onde se matricula na universidade e passou a trabalhar como secretário da Sociedade Geográfica Russa ganhando somente o necessário para uma vida bem simples. Ao longo do tempo Kropotkin foi percebendo a necessidade de se envolver mais nos assuntos revolucionários, sentia-se mal por ver tamanha desigualdade na sociedade. Em visita a Suíça tem contato com A Internacional e diversos revolucionários tanto marxistas quanto os que seguiam as ideias de Bakunin, aproximou-se mais das ideias dos libertários, e de lá sai autodenominando-se anarquista. Volta a Rússia e cria grupos clandestinos de propagação do ideário anarquista, por isso é preso em 1874, quando fica preso na fortaleza de Pedro-e-Paulo, dois anos depois enquanto por conta de uma doença se encontrava no bloco- prisão do hospital militar de São Petersburgo, foge, seguindo novamente para a Suíça, onde participou da Aliança Secreta dentre outros grupos. Mais tarde na França é preso novamente, dessa vez cumpre 5 anos de prisão, ao ser solto, fixa-se na Inglaterra, de onde escreve boa parte de sua obra.

Após a Revolução Russa volta para seu país de origem, no qual rejeita o cargo de Ministro de Educação no governo provisório de Aleksandr Kérenski, critica duramente o autoritarismo bolchevique. Morre em 1921 em Dmtrov, perto de Moscou, tendo seu enterro servido como “armadilha” para diversos anarquistas na época.



Errico Malatesta (1853 - 1932)

Imagem retirada do caderno de imagens de “Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo – (1868 – 2012), p.22 de Felipe Corrêa. Disponível <http://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/caderno-de-imagens-surgimento-e-breve-perspectiva-historica-do-anarquismo.pdf>, acessado em 20 de maio de 2013

Nascido em 14 de dezembro de 1853, na pequena cidade de Santa Maria de Capua Vetere, na província de Caserta na Itália, Errico Malatesta era filho de um rico proprietário de terras. Quando aos 14 anos de idade envia uma carta rei Vittorio Emmanuele II protestando contra a injustiça local, o mesmo é preso pela primeira de muitas vezes, por ajuda de seu pai consegue ser solto, porém, dois anos mais tarde é preso novamente por envolvimento em uma manifestação em Nápoles, é suspenso do curso de medicina e acaba por abandoná-lo de vez.

Torna-se eletricitista e adere A Internacional ao lado de Bakunin, ao qual conhece e tem profunda admiração. Em 1874 participa dos movimentos insurrecionais promovidos por Bakunin e Cafiero, é novamente preso, porém, é absolvido devido pesada propaganda da Internacional. No ano de 1875 vai a Hungria para participar da insurreição de Herzegovina contra os turcos, novamente é preso e entregue a polícia italiana. Em 1877 prepara o movimento que fora intitulado de “o bando de Benevento”, no qual tomaram Lentino por doze dias, entregando armas a população. Atividade essa que culminou na morte de um policial. De volta a Nápoles gasta toda sua herança em propaganda revolucionária, vagueia de país a país por conta das expulsões que sofrera do Egito para

Beirute e de lá para Esmirna. Termina em um navio francês no qual por conta da amizade que fizera com o capitão, o mesmo o acoberta e o leva até Marselha, de onde vai para Genebra para contribuir na propaganda revolucionária, juntamente a Kropotkin publica *Le Revolté*. Torna o ciclo de expulsões e nisso passa por Romênia, França, Bélgica e finalmente fixa-se em Londres na Inglaterra, onde trabalha como vendedor de sorvetes e de bombons até abrir uma nova oficina mecânica. Clandestinamente vai até a Espanha, Bélgica, Espanha e Itália, em todas as ocasiões com o intuito da propaganda anarquista. Ao longo de sua vida participa de algumas insurreições, mas toma como foco principal da sua militância a propaganda, confeccionando diversos jornais e revistas, e a organização operária, contribuindo para a consolidação inclusive da FORA (Federação Operária Regional Argentina) na Argentina. Em 1919 regressa a Itália onde é recebido por uma multidão de admiradores. Participa das ocupações as fábricas em Ancona em 1920, em 1922 a Aliança Do Trabalho, organização impulsionada por Malatesta, declara greve geral. A partir da consolidação do fascismo na Itália, Malatesta é constantemente vigiado, tendo inclusive sua oficina destruída pelos fascistas, passa então a viver com a ajuda de seus camaradas. Suas revistas e artigos são censurados pelo governo e em 22 de julho de 1932 com sua saúde debilitada morre por conta de ataques brônquios- pulmonares.

Os pontos de convergência principal, comum a todo o pensamento comunista libertário, é a crítica a forma de distribuição da produção sistematizada pelos coletivistas. Os primeiros acreditavam na proposta dos últimos, não se levava em consideração os que não tinham possibilidade de assegurar sua própria subsistência através dos próprios meios, tais como por exemplo as crianças, os inválidos e os idosos. E que levando em consideração que o trabalho é uma atividade social e seu produto é fruto de esforços coletivos, não se poderia configurar a distribuição da produção de forma individual, ou seja, a divisão da produção, não teria como ser feita conforme os esforços individuais de cada um.

No texto “Anarquia e Comunismo”, Caifero põe em cheque a teoria coletivista. Diz o autor, que manter uma repartição individual da produção, seria criar diferenças econômicas, devido a acumulação de riquezas pelos mais capazes. Podendo assim, causar desigualdades sociais contrárias a proposta da sociedade libertária e anárquica. Em consonância a essa ideia, Kropotkin também coloca que não há sentido em repartir a produção segundo as horas de trabalho de cada um, pois que para este autor, a produção é um processo social, compreendido como fruto dos esforços de toda a sociedade, portanto, não pode ser dividida de forma individual.

O Comunismo Libertário ainda traz a questão da defesa da abolição da propriedade privada dos meios de produção e do fruto da produção. Este deve permanecer sobre responsabilidade da comuna, pois nas mesmas que estariam integrados todos os membros da sociedade e que seria

regida mediante assembleias, tomando como pressuposto a proposta da democracia direta.

A distribuição da produção seria regida com base na seguinte máxima: A cada um conforme sua capacidade, ou seja, todos podem trabalhar, logo devem fazê-lo na medida de suas possibilidades, e a cada qual segundo as suas necessidades, dessa forma, a produção não se repartiria pelo mérito e sim pela necessidade de cada um.

Como falado anteriormente, há pequenas divergências no pensamento dos dois autores tomados como base aqui do pensamento comunista libertário. Tal divergência se dá quando Kropotkin coloca que a cooperação teria um sentido natural ao homem. O autor estabelece que o êxito de uma espécie depende em grande medida ao grau de apoio mútuo capaz de ser empregado pelos seus componentes. Tomando a espécie humana como umas das mais avançadas entre as espécies, logo, seria também a que teria maior propensão em alcançar um alto grau de cooperação social, tendendo assim, naturalmente ao comunismo. Já Malatesta, coloca que o Comunismo Libertário não pode explicar-se como um produto da evolução natural e sim como produto da evolução e progresso social. Para o italiano, O ser humano se constitui como tal socialmente, sendo assim, não tendendo naturalmente ao comunismo e sim que o mesmo será construído a partir da conscientização do trabalhador.

Fora do contexto dessa pequena divergência, Errico Malatesta ainda se coloca como um grande crítico ao anarco-individualismo, pois considera que esse sistema não tem como garantir que não se repitam as opressões. Compreende que é no Comunismo Libertário em que toda sociedade esta integrada em um todo, garantindo, por meios materiais e sociais a solidariedade entre os indivíduos.

Posteriormente aos autores bases tomados aqui como referência ainda tivemos no campo do Comunismo Libertário, alguns pensadores militantes que consideraram que o comunismo, sendo a sociedade a qual se aspira, não poderia ser aplicada diretamente logo após a derrubada do Estado. Que se fazia assim necessária uma fase coletivista transitória que tendesse progressivamente ao comunismo.

Não contemplado nesse quadro por não fazer parte do campo teórico de nenhum dos autores os quais tomamos como base, também há o Anarquismo Individualista, que tem como um de seus precursores Max Stirner. Gallo diz que

Segundo esta modalidade de anarquismo, qualquer tipo de organização social leva necessariamente ao autoritarismo, à castração da individualidade. Assim, a sociedade só tem razão de existir se for para garantir a sabedoria de cada um dos indivíduos (GALLO, 2006, p. 42)

Essa vertente foi bastante criticada por diversos militantes anarquistas, não diminuindo sua

importância histórica, inclusive foi com base no pensamento do Anarco Individualismo que foi fundamentada a estratégia de luta do que ficou conhecido como os Anarquistas Insurrecionalistas, que no Brasil foi chamado de Antiorganizacionistas, os seguidores dessa vertente foram responsáveis por diversos ataques a reis, governantes e representantes da burguesia.

Corrêa diz que

O “anarquismo insurrecionalista” considera que as lutas populares de massas são inúteis e somente ajudam a fortalecer o status-quo e, por esse motivo, essa estratégia busca somente a revolução; as reformas são condenadas ou consideradas supérfluas, já que afastariam os trabalhadores desse objetivo revolucionário. Essa estratégia considera que o anarquismo não deve ser difundido pelas palavras ou pelos escritos, mas por fatos, considerando, por estes, atos de violência contra capitalistas/burgueses e membros do Estado que deveriam tomar corpo em assassinatos, atentados à bomba ou mesmo insurreições – nesse caso sem base e respaldo popular. Essa estratégia insurrecional, conhecida também por “propaganda pelo fato”, considera que são esses atos individuais de violência, que teriam influência nos trabalhadores e camponeses, gerando, a partir deles, movimentos insurrecionais e revoltas populares, capazes de levar a cabo a revolução social. É importante ressaltar que essa estratégia sustenta a utilização da violência – essa forma de vingança popular – fora e sem o respaldo de movimentos populares amplos, ou seja, uma violência sem respaldo popular difundido fora do âmbito da classe oprimida organizada (CORRÊA, 2012, p. 9).

Essa corrente foi a maior responsável pela imagem do anarquista violento e terrorista vinculado pelas mídias burguesas, pelo Estado e pela Igreja ao longo da história. Sendo esse um dos motivos de críticas entre os próprios anarquistas, tendo em vista que dava margem a marginalização e criminalização do anarquismo. O uso de violência não é renegado por todos, inclusive o próprio Bakunin aderiu a diversos movimentos violentos, porém não sem ressalvas, como vimos em História das Ideias e Movimentos Anarquistas – Volume 1: A Ideia de George Woodcock, quando diz que

mesmo Bakunin, que lutou em tantas barricadas e exaltava a crueldade sangüinária das revoltas camponesas, tinha seus momentos de dúvida, quando afirmava, num tom de melancólico idealismo: “As revoluções sangrentas são frequentemente necessárias, graças à estupidez humana, e, no entanto, jamais deixam de ser um erro, um erro monstruoso e um grande desastre, não só para suas vítimas como para a pureza e a perfeição as causas que se propõem defender (WOODCOCK, 2007, p. 14).

A crença na necessidade do uso da violência não é exclusivo dos insurrecionalistas, a forma como se fazia uso desta que foi pensada de formas diferentes nas estratégias que tomara como base as outras matizes do anarquismo. Essa estratégia teve expoentes como Ravachol, Nicola Sacco, Luigi Galleani, Emile Henry entre outros.

Indo no caminho extremo oposto ao uso da violência, há ainda relatos sobre um Anarquismo pacifista, porém nenhum dos pensadores que são comumente enquadrados nesse campo se definiram enquanto anarquista, pessoas como Gandhi e Tolstoi são vinculados a essa vertente por questionarem a exploração da sociedade em que viveram, assim como por suas atividades de resistência. Não se aceita nenhum tipo de violência nessa vertente, atuando somente no campo do que convencionou-se chamar de “desobediência civil”, conceito criado por Henry David Thoreau.

É importante frisar que essas divisões não são rígidas e nem mesmo pode-se afirmar que estes autores não dialogavam entre essas diversas matrizes, pelo contrário, todas tiveram seu caráter histórico e foram construídas de forma a complementarem-se entre si.

Assim como estrategicamente o insurrecionalismo foi adotado por boa parte dos individualistas, tivemos também como estratégia recorrente no meio das outras matrizes anarquistas, o que convencionou-se chamar de anarquismo de massas ou organizacionismo, que segundo Corrêa

essa estratégia é completamente favorável à organização e defende que a transformação social só pode se dar pelo protagonismo dos movimentos populares, sejam eles construídos nos locais de trabalho (pelos sindicatos ou outras estruturas) e/ou nas comunidades, sempre em torno da necessidade. O anarquismo de massas defende as reformas – desde que elas sejam conquistadas pelos próprios movimentos populares e não vindas “de cima” como obra dos capitalistas ou dos governos –, considerando que elas são os primeiros objetivos da luta popular. Essa luta, que deve constituir-se com a mobilização social, fortalece a solidariedade de classe, aumenta a consciência e melhora as condições do povo, quando há conquista de reformas. Concordando que as idéias anarquistas também deveriam ser difundidas pelos fatos, os defensores dessa estratégia de massas acreditam que esses fatos são as mobilizações populares de massa e não os atos isolados de violência. A violência, também defendida pelo “anarquismo de massas”, não deve ser realizada com o objetivo de criar movimentos insurrecionais, mas deve ser perpetrada a partir de movimentos populares amplos já existentes, e, portanto, ter significativo respaldo popular; uma violência que deve ser levada a cabo pela própria classe organizada. É por meio das lutas em torno das questões de curto prazo e buscando a conquista de reformas que os defensores dessa estratégia sustentam poder construir tais movimentos que poderão, no devido momento, engajar-se na violência revolucionária, gerando insurreições e conquistando a revolução social, sem acabar com um ou outro representante do capitalismo ou do Estado, mas com todo o sistema, construindo um novo. Assim, reformas e revolução não são contraditórias, mas complementares; é na luta pelas reformas que se forjam as condições para realizar a revolução (CORRÊA, 2012, p. 9).

Como pode-se perceber, há uma maior preocupação com a questão da organização das classes populares por parte do anarquismo de massa, esta posição foi adotada e defendida por Malatesta, Bakunin, Buenaventura Durruti, Fernand Pelloutier, Ricardo Flores Magón, entre outros. Historicamente essa estratégia foi majoritária entre o movimento anarquista, mesmo com a

visibilidade negativa dada pela burguesia aos insurrecionalistas, que eram em sua maioria individualistas.

É recorrente que pessoas contrárias ou simplesmente que não compreendem os pressupostos do anarquismo, identifique o mesmo como uma utopia não realizável. Porém se vislumbrarmos “a utopia, não como projeto definitivo, mas como motor de toda transformação individual e coletiva...” (ANTONY, 2011, p. 14) pode-se dessa forma compreendê-la como “... uma das ossaturas de todo pensamento libertário” (ANTONY, 2011, p. 14). Existem exemplos históricos das possibilidades da implementação de uma sociedade igualitária com base nos princípios anarquistas, além disso deve-se considerar que em vários séculos existiram lutas em prol da transformação social.

Segundo Antony

(...) essa utopia libertária é muito original, pois só ela é real e profundamente alternativa e livre ante os mundos reais contra os que ela ergueu-se. É a única a querer uma ruptura total com os modelos anteriores, e notadamente em relação à existência dos governos e do Estado; é a única que repousa sobre a maior liberdade individual e, portanto, sobre a autonomia pessoal e coletiva, em um federalismo livre e voluntário (ANTONY, 2011, p. 17).

A crença na possibilidade de uma nova sociedade traz a necessidade da reflexão de como será e se constituirá o novo sujeito apto a viver nessa nova sociedade. Ainda mais urgente se faz a necessidade de se refletir sobre como se dará a (trans) formação desse sujeito que vive ainda a realidade de uma sociedade opressora em alguém apto a viver em uma sociedade igualitária a qual o mesmo está direta ou indiretamente ajudando a construir. Dessa forma se faz necessário refletir na formação deste sujeito. Ou seja, quem seria, como seria e como se tornaria como tal.

1.2 - A Educação e o *Fazer-se* Anarquista

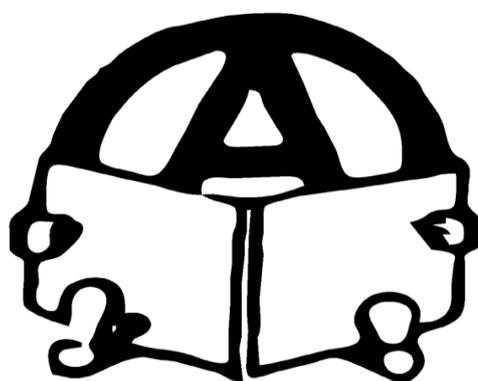


Imagem que faz menção a necessidade de uma fundamentação teórica para a contextualização do que é ser anarquista - Imagem retirada do Jornal Terra e Liberdade n° 6, publicado em Dezembro de 2013

A respeito do questionamento sobre como alguém se tornaria esse agente da transformação social, não se pode negligenciar a importância da educação nesse processo. Dessa forma refletimos sobre as possíveis experiências que o processo educativo pode propiciar a alguém para que este se torne um novo sujeito, entendendo a necessidade de primeiramente transformar-se a si mesmo, para que dessa forma possa atuar de forma coerente na transformação que almeja para o mundo.

Para tratar da experiência educativa na formação do que vamos chamar aqui de Sujeito Anarquista, ou Agente de Transformação Social, utilizaremos a categoria “experiência” do historiador E. P. Thompson. O autor acredita que o que nos permite consolidar e adquirir algum tipo de consciência são as experiências que vivenciamos ao longo de nossas vidas. Entendendo a experiência como um fato vivido que pode ser ou não refletido. Com base na análise thompsoniana, pode-se compreender a experiência em dois aspectos: a “experiência vivida” e a “experiência percebida”. A “experiência vivida” é “aquela resultante das experiências vivenciadas na realidade concreta” (MARTINS, 2006, p. 118) e a “experiência percebida” é a “consciência social, nos termos definidos por Marx” (MARTINS, 2006, p. 118). Ou seja, considera-se como experiência vivida, os fatos cotidianos, que acontecem quase que automaticamente e quem o vive nem o percebe como um fato. Já a experiência percebida seria aquela que vem seguida de reflexão, quando o sujeito que vivencia, reflete sobre a situação e a percebe como um fato político, social ou de qualquer outra natureza.

A “experiência vivida” está sempre se confrontando com a “experiência percebida”. O que “(...) significa que a vivência da experiência não reproduz obrigatoriamente a ideologia dominante; ao contrário, a experiência pode levar a rever práticas, valores e normas e, ao mesmo tempo, pode ajudar a constituir identidades de classe, de gênero, de geração, de etnias” (MARTINS, 2006, p. 118). Dessa forma, percebe-se a importância do processo educativo, tendo em vista que o mesmo propicia as mais variadas vivências e reflexões. Contribuindo para a consolidação de ambos os tipos de experiências e a correlação entre elas.

O princípio da alienação tão presente na sociedade, se dá justamente na dicotomia que se dá entre o que se vive e o que se reflete, ou seja, o distanciamento entre a “experiência vivida” e a “experiência percebida”. Quando dissociada uma da outra permite o distanciamento entre o que se faz e o que se pensa, transformando o ser humano em um “zumbi” moderno, castrando-lhe justamente o que o torna humano que é a capacidade de raciocínio e reflexão.

A reflexão sobre o que se experimenta consolida o que pode-se chamar de consciência social, a partir daí que se constroem conhecimentos, constituindo uma cultura própria e assumindo posicionamentos específicos que podem ser ou não os de luta por uma sociedade igualitária. Quanto

mais experiências voltadas para o desenvolvimento da revolta, mais provável que tal posicionamento seja o de se inserir nas lutas sociais.

Thompson diz que

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isso se dá? Certamente não iremos supor que o ser está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a consciência (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração (THOMPSON, 1981, p. 16).

Todos nós enquanto seres humanos somos dotados da capacidade de raciocinar sobre o que vivemos, dessa forma, toda experiência é determinante para consolidar uma forma de pensamento, e conseqüentemente toda experiência que vivenciamos é pensada, vive-se diversas situações cotidianas as quais são tão naturalizadas que parecem automáticas, porém quando se percebe em uma situação a qual implica alguma ação com base em valores culturais, éticos ou ideológicos, o ser humano vê-se obrigado a parar e analisar os fatos com mais frieza, é nessa reflexão que se constitui o papel da educação com viés libertário, na prática de propiciar reflexões que construam valores éticos com base na filosofia libertária. Pois ao parar para analisar determinadas situações com base nos pressupostos libertários que devem ser apresentados por intermédio dos processos educativos a tendência é que o ser social se construa a partir dessa reflexão, configurando-se um sujeito libertário ou anarquista.

A experiência pura e simplesmente ensina até determinado ponto, situações específicas podem ser compreendidas com base no que se vive, como por exemplo o pescador que percebe pela movimentação das marés se terá maiores ou menores chances de encontrar peixes naquele dia. Porém, se o mesmo não for apresentando aos conhecimentos geográficos acumulados pela humanidade ao longo da história, o mesmo terá seu conhecimento sobre a movimentação das marés, limitado só pelo que ele consegue observar em sua experiência enquanto pescador, ou seja, a experiência pura e simplesmente ensina, mas uma apropriação mais profunda de conhecimentos

filosóficos, ideológicos entre outros, se faz mais efetivo quando se dá de maneira sistematizada.

Tal sistematização não precisa necessariamente ser feita pela escola, mas é importante que ao longo do processo educativo vivenciado e experimentado, possa com base na curiosidade do ser, apresentar-se as diversas teorias histórico - sociais existentes. O ser humano enquanto sujeitos tem a capacidade de refletir sobre o que vive e decidir formas de se viver com base nas suas reflexões. Tal capacidade garante a dialética entre educação e experiência. Pois é a partir dessa dialética que experiência vivida se torna experiência refletida e vice e versa.

O sujeito está inserido em uma realidade determinada social e economicamente, que lhe trará algumas experiências próprias relacionadas a um grupo que vive em condições semelhantes. Dessa forma, o sujeito está inserido numa determinada classe.

Thompson nos diz que:

classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento (THOMPSON, In: MARTINS, 2006, p. 119).

A noção de classe torna-se importante quando pensamos a formulação do sujeito anarquista, este *faz-se* de uma maneira geral a partir de experiências individuais e coletivas que se dão justamente através da luta de classes. As contradições presentes nessa luta contribuem para a formulação de um pensamento libertário, tendo em vista que as opressões sofridas pelas classes trabalhadoras, as desigualdades promovidas pela sociedade capitalista, a percepção das injustiças e da apropriação indevida dos burgueses a riqueza gerada pelo trabalho dos proletários, todos esses fatos se tornam fundamentais para a percepção da necessidade de se lutar pra construir uma sociedade diferente. Dessa forma vem a reflexão sobre como seria tal sociedade e tem-se uma resposta coerente a essa questão nas teorias libertárias. Ou seja, a partir das vivencias das opressões, se vê o desejo de se lutar contra as mesmas e a partir desse enfrentamento se vê a necessidade de refletir sobre as formas de se destruir as opressões e se construir algo novo, e a partir dessa reflexão se chega as propostas libertárias, completando assim todo o elo de acontecimentos na consolidação do sujeito anarquista.

Por vezes integrantes de outros setores da sociedade que não os proletários se aproximam do

pensamento anarquista mesmo sem vivenciar diretamente as opressões. Porém estes conseguem observar as mesmas mesmo não sendo diretamente o alvo, se solidariza com a situação do oprimido, se percebe e percebe o outro enquanto ser humano igual e vê-se a necessidade de adensar a luta contra as mesmas opressões. Se inserindo então a partir daí no processo dinâmico de formação do sujeito anarquista.

Compreendemos, ainda, classe social como um grupo que possui interesses em comum, que vivencia experiências parecidas, consolidando uma identidade através da conscientização e do cultivo de valores semelhantes.

Ainda segundo Thompson,

os valores não são apenas “pensados”, nem “chamados”; são vividos e emergem no interior do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc., necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento), no habitus de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e cessaria toda produção. (THOMPSON, In: MORAES, MÜLLER, 2003, p. 340)

A construção de valores nesse caso se dá pelas relações que o sujeito constrói com outros ao longo da sua vida, principalmente na sua infância, sendo de responsabilidade de todo o corpo social as influências nas quais serão consolidados seus valores. Para a manutenção da sociedade capitalista, a burguesia constrói e se apropria de diversas instituições para reproduzir valores próprios, que a garantam como classe dominante. Ou seja, a mesma através de Escolas e Igrejas por exemplo formulam diversos valores para se inculcar nas classes populares no intuito de mantê-las amorfas dentro da sua condição de oprimidas, valores individualistas e egoístas são a todo tempo disseminados pelas instituições burguesas, como por exemplo a mídia de massa.

Para Thompson,

se dizemos que os valores são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações, não precisamos, por isso, render-nos a um relativismo moral ou cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meio racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão sujeitos (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados (THOMPSON, 1981, p. 194).

Se faz de extrema importância (e o movimento anarquista tem essa consciência), que a classe trabalhadora propicie experiências a seus integrantes, desde os mais jovens até os mais velhos, que possibilitem o contato com outras formas de se viver, ou seja, que sejam apresentados a novos valores. Sendo o sujeito, assim como deve ser, apropriado de sua consciência afetiva e moral, e dono de sua história, o processo de formação do sujeito anarquista só é possível a partir da escolha e apropriação dos mesmos de valores-chaves e pilares no pensamento anarquista, como o de amor pela liberdade (compreendendo a liberdade dentro da própria perspectiva anarquista), o de solidariedade e o princípio da igualdade. Para a consolidação efetiva de tais valores, se faz necessário que o sujeito em questão consiga romper com diversas influências sociais da sociedade atual. Por exemplo: atualmente a sociedade é permeada pelo pensamento machista, porém, o sujeito anarquista que se apropria da noção de igualdade (na qual a questão de gênero não é determinante para que se divida os papéis perante a sociedade), para agir de forma coerente com essa perspectiva, se vê a todo momento tendo que romper com todas as influências machistas da sociedade a qual vive, implicando assim na constante tentativa de desconstrução de tal sociedade.

A forma como o sujeito vivencia suas experiências é o que determina a sua consciência. Para compreendermos a questão da consciência é necessário saber como uma determinada classe está inserida no contexto da luta de classes e como ela lida com os conflitos, mostrando as estratégias e práticas que ela usa para enfrentá-los. Compreendendo o papel da educação nesse processo de construção de consciência, tomamos como pressuposto as experiências que a educação nos proporciona vivenciar.

Sabendo-se que “as crianças, como os adultos, só chegam a sabedoria pela própria experiência e nunca pelos outros” (BAKUNIN, In: MORYON, 1989, p. 44) pode-se crer então, que a prática educativa permite experiências que podem auxiliar os sujeitos no processo de construção da consciência de classe, ajudando-os a escolher com mais clareza os caminhos que podem trilhar no contexto em que está inserido.

1.2.1 - A Formação do Sujeito Anarquista e os Valores

A formação de um Sujeito Anarquista demanda a adoção de novos valores por parte desses, como o amor pela liberdade e a repulsa a qualquer tipo de autoritarismo. Tal amor só se torna possível pelo desenvolvimento do sentimento de autonomia que por sua vez, somente é viável quando há solidariedade e respeito pela vida.

Tais valores estão intimamente entrelaçados, como podemos ver na fala de Proudhon quando diz que “(...) A liberdade é essencialmente organizadora: para assegurar a igualdade entre os homens (...)” (PROUDHON, In: GALLO, 1995, p. 42).

Buscando aprofundar um pouco mais sobre a concepção de liberdade no pensamento libertário, tomamos como base o pensamento de dois teóricos do anarquismo, do século XIX, Proudhon e Bakunin. Para esses pensadores, a liberdade não é, como afirmam os liberais, uma característica nata do homem, ela é, na verdade, uma conquista realizada e construída no coletivo.

Segundo Proudhon, cada ser possui sua própria força interior que se soma às do coletivo constituindo uma força superior que é chamada de liberdade (Proudhon *apud* Gallo, 1995, p.22). Sobre o pensamento de Proudhon, Gallo diz que

(...) do ponto de vista social, quando liberdade e solidariedade se equivalem, o máximo de liberdade significaria o máximo de relacionamento possível com os outros homens, pois desta perspectiva as liberdades não se limitam, mas se auxiliam, complementam-se (GALLO, 1995, p. 23).

Assim, apenas um homem não pode ser considerado livre, pois a liberdade é constituída pelo conjunto de liberdades individuais. Proudhon opõe-se a ideia de que o máximo de isolamento é o máximo da liberdade, pois acredita que quando existe o máximo de relacionamento possível, liberdade e solidariedade se equivalem, fazendo com que exista o máximo de liberdade, já que as liberdades individuais não se limitam e sim se complementam (GALLO, 1995, p.23). Poderíamos então compreender liberdade como comunhão, como socialização solidária da vida entre sujeitos socialmente iguais, mesmo que individualmente diferentes.

Para Bakunin, a liberdade também se constrói como um bem coletivo, assim afirma que: “só serei verdadeiramente livre quando todos os seres que me cercam, homens e mulheres, forem igualmente livres (...) de modo que quanto mais numerosos forem os homens livres que me rodeiam e quanto mais profunda e maior for a sua liberdade, tanto mais vasta, mais profunda e maior será a minha” (BAKUNIN, p. 281, 1971).

Bakunin sustenta que o homem se produz a si mesmo na mesma medida em que produz cultura, e por intermédio dessa produção de cultura que se constrói a liberdade.

A concepção materialista de Bakunin mostra que a liberdade, embora seja uma das facetas fundamentais do homem, não é um fato natural, mas um produto da cultura, da civilização. Em outras palavras, enquanto o homem produz cultura, ou seja, se produz, ele conquista também a liberdade. Deste modo, o homem e a liberdade nascem juntos: um é criação do outro, um só existe pelo outro. É um processo de dupla ação: quanto mais o homem se

“humaniza”, mais livre ele fica, e quanto mais livre, mais humano (GALLO, 1995, p. 24).

Percebemos assim uma aproximação das ideias de construção coletiva de Bakunin com o de “*Fazer-se*” em Thompson, já que os dois teóricos levam a crer que o ser humano se faz através das suas vivências e só se humanizam através do contato humano, se constituindo enquanto coletivo (ou “classe”) por intermédio de experiências semelhantes e construção de concepções de mundo em comum, e é justamente nessa relação do indivíduo com o coletivo que a liberdade se constrói como um todo complexo e amplo que leva em consideração todos os anseios do indivíduo na coletividade.

Além da questão da liberdade, se faz primordial também pensarmos no conceito de solidariedade, já que, como vimos, os mesmos estão entrelaçados, e um só existe em função da existência do outro. Para a constituição de uma sociedade libertária, é necessário a prática do apoio mútuo em todos os aspectos, Kropotkin coloca que

Na prática da ajuda mútua, cujas impressões podemos seguir até os mais antigos rudimentos da evolução, achamos, de tal modo, a origem positiva e indubitável de nossas concepções morais, éticas, e podemos afirmar que o principal papel na evolução ética da humanidade foi desempenhado pela ajuda mútua e não pela luta mútua. Na ampla difusão dos princípios de ajuda mútua, ainda na época presente, vemos também a melhor garantia de uma evolução ainda mais elevada do gênero humano (KROPOTKIN, 2006, p. 134).

Kropotkin nos leva a crer que as espécies que mais se desenvolveram na história do planeta terra, foram as que se organizavam por intermédio da prática cotidiana do apoio mútuo, que seria o máximo de desenvolvimento da solidariedade entre os indivíduos. E com base nesse princípio da solidariedade é que se constitui uma moral sólida e verdadeira, ou seja, a solidariedade é o pilar principal da ética libertária, somente através da mesma se é possível construir uma sociedade livre e igualitária, reforçando assim, o que já foi dito, sobre a necessidade de entrelaçamento de todos esses valores para a construção sólida da sociedade igualitária e do enraizamento dos mesmos nos seres que construirão tal sociedade.

Visando a apropriação de tais valores pelos agentes de transformação social, pode-se tomar como primordial o papel da educação para a revolução social, pois através da mesma é possível fazer as devidas mudanças de mentalidades necessárias para a construção de novos sujeitos aptos a construir e viverem a nova sociedade.

A educação se faz fundamental no processo de construção da liberdade coletiva, da assimilação da necessidade da prática do apoio mútuo e na consolidação da ideia de igualdade entre os seres humanos, pois por intermédio da mesma que os sujeitos tem acesso ao conhecimento

construído ao longo da história da humanidade e também aos valores que são imprescindíveis para a construção de um novo tipo de sociedade.

Na sociedade capitalista torna-se cada vez mais difícil a consolidação de valores como: solidariedade, igualdade e liberdade coletiva, pois grassa neste tipo de modelo societário o individualismo e a competitividade excessiva, tornando as pessoas cada vez mais agressivas e egoístas, o que as leva no sentido contrário da construção da liberdade e da solidariedade.

O movimento anarquista fez reflexões significativas sobre o cultivo e a formação de valores, porque compreende a necessidade de transformar profundamente os valores para construir uma nova sociedade. Por isso, o processo educacional é fundamental para o movimento anarquista, pois há necessidade de se construir uma nova cultura. Para contribuir com a reflexão sobre cultura, citamos Williams que nos diz que cultura

(...) é todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. (WILLAN apud LIMA, disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao8/artigo02.pdf>. acessado em: 16/07/2012.)

Ainda sobre cultura, podemos entendê-la como uma arena de conflitos, tendo em vista as diversas influencias sociais que a mesma sofre, influências por vezes antagônicas, fazendo-se necessário uma profunda reflexão sobre a mesma para compreender sobre quais aspectos se formulará uma cultura própria.

O movimento anarquista sensível à necessidade de se construir uma nova cultura entre as classes populares para que de fato estas estivessem aptas a viver na nova sociedade que se almejava construir, buscou propiciar aos trabalhadores e seus filhos uma educação que garantisse vivências que os permitissem conhecer e assumir a sua responsabilidade perante a luta pela transformação social. Enquanto o Estado promovia uma escolarização que tinha como pressuposto a imposição de uma educação voltada para a adaptação social, os anarquistas resolveram buscar práticas educativas que pudessem propiciar a formação de sujeitos conscientes que lutassem pela liberdade.

Historicamente os anarquistas organizaram diversos espaços para disseminar e propagandear seus ideais, foram criadas diferentes estratégias para educar. Construíram coletivamente diversas metodologias pedagógicas com base nos princípios libertários, metodologias essas que atentavam tanto para a educação das crianças, tanto para a educação do trabalhador, com vias a ajudá-lo a perceber a opressão ao qual estava constantemente submetido e trazer uma nova perspectiva de possibilidade de vida mais feliz. Inclusive mostrando para estes a viabilidade de se pensar e se

relacionar de formas diferenciadas, rompendo com as amarras religiosas as quais eram submetidos.

Utilizaram a estratégia da ajuda mútua que possibilitava aos trabalhadores educarem-se entre si, não havia a figura de um professor iluminado que detinha o conhecimento, aqueles que possuíam um determinado tipo de conhecimento disseminavam para os demais. Assim, o processo educativo se efetivava por intermédio da ação solidária, com base no apoio mutuo entre os trabalhadores. Dessa forma, nas primeiras décadas do século XX, é possível crer que muitos trabalhadores tiveram acesso a debates e conteúdos amplos, ampliando assim seus conhecimentos de forma independente e autônoma, buscando aprender o que a sua curiosidade lhe trazia como necessário, não o que os governantes ou o Estado resolviam que era relevante para as classes populares.

1.3 - Pensando a Educação a partir da ótica libertária

Para darmos continuidade a essa questão faz-se necessário refletir sobre como os anarquistas pensaram o processo educacional. Inicialmente é necessário explicitar que não se pode confundir educação com escolarização, estes são processos que dialogam, porém são diferentes. A escola é um espaço permeado pelo processo educativo, porém este não se resume a esse espaço. A instituição escolar é envolvida por pressupostos ideológicos, e todas as vertentes político-ideológicas tem suas propostas para a consolidação desses espaços, inclusive o movimento libertário. Para os libertários a educação se efetiva pelas relações entre sujeitos e destes com o meio em que vive. Visto que é por intermédio de suas experiências de vida que o sujeito se transforma, por isso o processo educativo é fundamental para a formação do sujeito, pois lhe propicia novas experiências, culminando em novas reflexões e consequentemente em novas transformações individuais e coletivas.

Considerando a educação como peça fundamental para o processo de constante transformação do ser humano, ela implica uma relação do ser humano consigo mesmo, com outros seres e com o ambiente em que vive, só assim a prática educativa pode ser revolucionária. Não existe um processo educativo neutro, por isso os movimentos anarquistas questionaram as iniciativas estatais proposta no interior do modo de produção capitalista relativas a ampliação da rede escolar, mas ao mesmo tempo eles reconheciam a importância de iniciativas escolares que pudessem socializar o conhecimento histórica e socialmente construído e acumulado pela humanidade.

A sistematização, divulgação e o acesso aos conhecimentos acumulados pelos seres humanos, ao longo da história, são fundamentais. Em uma sociedade comunal o acesso ao conhecimento pode ser efetivado por diversas formas e não necessariamente em instituições

escolares, porém é inegável que a instituição escolar tem um papel relevante na sociedade contemporânea. Reconhecendo a necessidade e importância das escolas, os anarquistas, decidiram sistematizar e organizar estes espaços.

Além da escola, o processo educativo perpassa todo e qualquer espaço de convivência entre os seres humanos, desde crianças passamos por processos educativos por meio de exemplos de nossos pais e comunidade na qual estamos inseridos, assim, ao longo de nossa maturação vamos refletindo sobre tais exemplos, porém, somente conseguimos romper totalmente com alguns valores se tivermos a possibilidade de conhecer outras formas de convivência.

Percebendo o processo educativo como as relações que permitem o contato com as mais variadas formas de construção de conhecimento e com a percepção, assimilação e enraizamento de valores, os anarquistas tomaram como primordial para o processo revolucionário a reflexão sobre as questões educacionais e quais valores as mesmas deveriam disseminar.

Tomamos como aporte para esse escrito os pensamento em relação a educação de três dos principais teóricos clássicos do anarquismo, Proudhon, Bakunin e Kropotkin, mesmo que a educação não tenha sido o tema central de suas discussões, elaboraram propostas sobre como formular e consolidar o processo educativo. Não temos a pretensão de aprofundar essas propostas, apenas são destacados os pontos centrais sobre a questão educacional em cada um destes teóricos. Quais são os principais aspectos do processo educativo que devem ser consolidados para garantir a construção de uma sociedade igualitária, solidária e libertária? Esses autores defendem que a educação libertária deve extinguir a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, dão centralidade a questão do trabalho. Sobre esse aspecto, Kropotkin se posiciona da seguinte forma:

Afirmamos que, no interesse da ciência e da indústria, como também da sociedade em sua complexidade, cada ser humano, sem distinção de nascimento, deveria receber uma instrução tal que lhe permitisse unir uma profunda preparação científica a uma profunda preparação profissional. Reconhecemos certamente a necessidade de uma preparação especializada, mas sustentamos também que a especialização venha depois da instrução geral, e que a instrução geral deva compreender tanto a ciência quanto o ofício. À divisão da sociedade entre trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais contrapomos a união de ambos os tipos de atividade; e, em vez de sermos pelo ensino profissional, que subentende a manutenção da atual divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, somos pela *éducation intégrale* ou instrução completa, que implica o desaparecimento de tal distinção nociva (KROPOTKIN, In: CODELLO, 2007, p. 154)

Tal proposta fundamenta a nova divisão social do trabalho, que está presente na proposta societária dos anarquistas. Para Kropotkin, a educação é um processo de continua transformação; reformular as formas de ensinar se faz necessário para que haja a transformação das relações

sociais. Repensar novas metodologias educativas é uma das propostas do teórico em questão, segundo Codello

a metodologia não é nada mais que um fim em movimento, e, no pensamento Kropotkiniano, tudo isso é destacado e evidenciado de modo claro. Dessa forma, torna-se indispensável a “vivência”, a experiência, para poder fundamentar uma educação compartilhada e problematizante (CODELLO, 2007, p. 157)

Antes de Kropotkin, Proudhon já nos mostrava como o fazer e o pensar estão intimamente interligados, por isso apontava também a necessidade de uma educação que vinculasse o trabalho manual e o trabalho intelectual, defendendo que a melhor forma de se garantir o aprendizado seria pela experiência do trabalho, afirmava que todo trabalho tem um caráter artístico. De acordo com Codello,

essa necessidade de iniciar do concreto, da experiência, Proudhon identifica-a com o trabalho, com o fazer inteligente e criativo, com uma dimensão artística do próprio trabalho: todas as ações, os movimentos, os pensamentos, os produtos humanos possuem esse caráter artístico; mas essa mesma arte (...) é desenvolvida pelo trabalho: disso deriva que quanto mais a habilidade do homem se aproxima do ideal, tanto mais ele se lança para acima dos sentidos. Tudo isso que constitui a atração e a dignidade do trabalho é o poder de criar, por meio do pensamento, de livrar-se do automatismo, superar a matéria (CODELLO, 2007, p. 98).

Para os anarquistas a educação cumpre um papel fundamental para o processo revolucionário, levando em consideração que é principalmente através da mesma que se torna possível a mudança de mentalidades e a construção de um pensamento libertário entre os seres humanos. Todos os teóricos do anarquismo formularam propostas educativas que visassem vincular a formação científica ao aprendizado de um ofício, pois eles compreendiam que era de suma importância que os trabalhadores tivessem o domínio da ciência para entender como se efetivava os processos de produção e reconhecessem o seu papel nesse processo para lutar contra a opressão. Somente com o domínio sobre a ciência, os trabalhadores serão capazes de construir e viver em uma nova sociedade.

Para dar conta dessa formação transformadora, o anarquismo defende que todos tenham acesso a uma educação que forme o ser integralmente, levando em consideração os aspectos físicos, morais e intelectuais do sujeito.

Segundo Codello, para Kropotkin

(...) apenas uma instrução integral é capaz de irromper o “mercado de talentos” e permite a toda a sociedade valer-se desses para seu progresso científico, artístico, literário etc. Um conhecimento geral permitirá a todos desenvolverem os próprios

gostos e os próprios talentos. Uma sociedade fundamentada apenas na igualdade econômica (sociedade comunista), sustenta Kropotkin, negligencia o fato de que todos possam ter acesso aos mais diversos interesses, sejam eles artísticos ou de outra natureza. É necessário evitar que se elimine, “na educação, tudo aquilo que pode desenvolver a individualidade”. A sociedade anarquista evitará cometer esse terrível erro “desde que compreenda e procure satisfazer todas as manifestações do espírito humano, ao mesmo tempo em que assegure a produção de tudo aquilo que é necessário para a vida material”. (CODELLO, 2007, p. 156)

Para se garantir o máximo de igualdade entre os seres humanos, é preciso que todos tenham acesso ao mesmo tipo de instrução, pois para uma efetiva transformação social, se faz necessário levar a educação a toda a classe operária. Muitos questionam a disseminação da ciência para todos e a união do trabalho intelectual e manual, pois temem que esta postura possa impedir o avanço das pesquisas científicas realizadas por um grupo seletivo de intelectuais que promovem o avanço da ciência, pois tal procedimento poderia provocar uma involução do trabalho intelectual. Bakunin responde a isso colocando que

longe de temer este eclipse momentâneo da ciência, nós o desejamos fervorosamente, pois ele terá como efeito humanizar os sábios e os trabalhadores simultaneamente, reconciliar a ciência e a vida. E estamos convencidos de que, uma vez conquistada esta base, o progresso da humanidade, tanto na ciência como na vida, excederá amplamente tudo que vimos e o que hoje podemos imaginar (BAKUNIN, 2003, p. 72).

A educação na perspectiva dos anarquistas tem um caráter humanístico. Os anarquistas propõem a instrução integral para todos, com o intuito de promover a igualdade entre os seres humanos, respeitando a individualidade de cada sujeito, a igualdade seria mantida por meio da solidariedade e da construção coletiva da liberdade. Cada sujeito enquanto indivíduo tem suas ânsias, aflições, vontades e desejos próprios, tudo isso há de ser respeitado e levado em consideração, porém, o sujeito enquanto integrante de um corpo social, logo incluso dentro de um coletivo, tem seus compromissos e obrigações perante a manutenção da boa convivência e da manutenção dos espaços em comum. Logo o respeito a individualidade se dá na mesma medida dialética na qual cada indivíduo se propõe a manter o coletivo coeso e saudável. Sendo assim, cada pessoa é única enquanto sujeito individual, porém é igual enquanto sujeito coletivo. Na perspectiva libertária de educação, a mesma deve cumprir com o papel de potencializar o sujeito individual e ao mesmo tempo, construir o sujeito coletivo.

Para Bakunin a educação tem como função principal moralizar o homem, pois

para moralizá-lo, só há um meio: fazer triunfar a justiça, isto é, a mais completa liberdade de cada um, na mais perfeita igualdade de todos. A grande

iniquidade coletiva, que faz nascer todas as iniquidades individuais, é a desigualdade de condições e de direitos, e, como consequência, a ausência de liberdade para cada qual. Suprima-se essa desigualdade de condições e de direitos e desapareceram todas as demais (BAKUNIN, 2003, p. 90).

Os autores anarquistas afirmam que a proposta educacional libertária não pode ser exercida na íntegra em uma sociedade capitalista, pois este modelo societário fundamenta-se em relações de opressão e exploração, por isso é necessária também a luta pela emancipação econômica, que tornaria possível todas as outras emancipações. Reconhecem que o processo de luta econômica pode e deve ser pedagógico, pois nesse processo o trabalhador se forma e se consolida enquanto sujeito. Sendo assim a educação deve ocupar um lugar primordial no processo de emancipação, sendo a luta pela educação dos trabalhadores feita em concomitância a luta dos mesmos pela sua emancipação social, política e econômica.

Percebendo a importância que os anarquistas davam a educação, relacionando com o fato da grande inserção dos mesmos no movimento operário brasileiro, se faz importante compreender como o pensamento educacional libertário permeou os debates sobre educação no seio do movimento operário brasileiro. Buscar analisar o que se debatia sobre educação, é compreender e as concepções pedagógicas e sociais que permeavam o operariado no Brasil.

Capítulo 2

O MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL: Sindicalismo revolucionário e Anarco- Sindicalismo



Concentração de grevistas na Rua da Praia por ocasião da greve de julho de 1917.

Foto retirada de acervo pessoal.

No Brasil, o movimento operário se organizou de forma mais efetiva a partir principalmente do início do século XX. Anterior a esse momento houve sim mobilizações, inclusive com a publicação de alguns jornais de propaganda socialista e anarquista ainda nos anos 90 dos oitocentos, nos quais alguns difundiam as ideias e debates da Associação Internacional dos Trabalhadores. Já naquela década havia a perseguição aos defensores do anarquismo. Ao que consta, o anarquista Polinice Mattei foi a primeira vítima da perseguição do Estado aos anarquistas. No dia 20 de Setembro de 1898, em uma manifestação em São Paulo contra a disseminação do patriotismo italiano em defesa do internacionalismo, o grupo anarquista se deparou com os membros da Unione Meridionale, que tinha como capitão Nicolao Matarazzo, grande inimigo dos socialistas e

anarquistas da época. Os mesmos desfecharam vários tiros contra o grupo anarquista, dentre os quais acertaram Polinice Mattei que não suportou os ferimentos e veio a falecer dois dias depois⁸. Porém nesse momento o Movimento Operário ainda era muito incipiente, assim como o próprio processo de industrialização no Brasil.

A partir das primeiras décadas do século XX, ocorreram alguns fatores que favoreceram a organização e crescimento do operariado, principalmente em grandes capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. Alguns desses fatores foram o advento da industrialização no Brasil, a progressiva extinção do trabalho declaradamente escravo substituído pelo trabalho assalariado e a política de adoção de trabalho estrangeiro para as lavouras e posteriormente para as indústrias (muitos dos próprios estrangeiros que vinham para as lavouras migravam posteriormente para os centros urbanos para trabalhar nas grandes indústrias). Todos esses fatores contribuíram também para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Um fato interessante é que o desenvolvimento industrial se deu principalmente nos locais de grande produção de café, tendo inclusive muitos agricultores atuando também na área industrial. Naquela época ainda era comum uma mesma indústria produzir e revender diversos tipos de produtos de setores diferentes, haviam inclusive também muitos estrangeiros donos de indústrias.

Alguns dados trazidos por Ghiraldelli Jr nos ajuda a perceber como se deu esse crescimento do operariado em determinadas regiões específicas,

A concentração industrial brasileira, como já foi dito, teve seu polo de desenvolvimento principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1907 o Brasil registrou 151.841 operários, sendo que 31 % ficavam no Rio de Janeiro (incluindo Distrito Federal), 14,7% no Estado de São Paulo, 10 % no Rio Grande do Sul e 6,1 % em Minas Gerais. Em 1920 o número de operários no território nacional chegou a 297.006; o Estado de São Paulo acolhia 28,8 % do operariado nacional registrado pelo censo, em seguida vinha o Rio de Janeiro com 24,6%, Rio Grande do Sul com 8,3 % e Minas Gerais com 6,3 %. Essas quatro regiões juntas, de acordo com o censo de 1920, eram responsáveis pelo abrigo de 68 % do proletariado industrial brasileiro (GHIRALDELLI Jr, 1987, p. 37)

A partir desses dados, podemos crer que no período da Primeira Republica, o Brasil assistiu o advento do capitalismo através do desenvolvimento industrial, da consolidação de grandes empresas, e conseqüentemente a esses fatos se deu também a organização do operariado. Assim tal como hoje, naquela época a grande burguesia que se formava já controlava o Estado, porém os que detinham o poder político nessa época ainda eram os grandes latifundiários e oligarcas. O que não impedia as parcerias e ligações com os grandes industriais.

⁸ Mais sobre esse fato ver em A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930 documentos. Volume 1 – O Movimento Operário, de Pinheiro e Hall, dentre as páginas 24 e 25.

A partir do fim do tráfico de negros e da abolição da escravidão, a imigração era incentivada para que pudesse chegar ao Brasil mão de obra apta a ocupar os cargos de menor escalão nas plantações de café dentre outras atividades rurais e nas indústrias. Dentre os imigrantes que vinham assumir o papel do trabalhador, muitos vinham da Itália, Espanha e Portugal, boa parte destes imigrantes eram agitadores socialistas e anarquistas que se aproveitaram da situação para tentar fugir da repressão que sofriam em seus países de origem, culminando também na tentativa frustrada de uma melhor condição de vida, tendo em vista que nesses países a fome e o desemprego assolavam a população pobre. Os estrangeiros, com suas experiências de agitações políticas, tiveram papel primordial na organização do proletariado brasileiro (mesmo alguns deles tendo contato com o anarquismo somente depois de já instalados no Brasil), chegando ao ponto inclusive de serem criadas leis no intuito de expulsar os estrangeiros militantes.

A necessidade dos trabalhadores de se organizar se deu além das questões próprias trabalhistas, também no âmbito da defesa de uma melhor condição de vida. O custo de vida era muito alto, e com os baixos salários os trabalhadores não tinham condições de subsistência própria nem de sustento de sua família. Segundo os dados divulgados em 1919 pelo militante anarquista Edgard Louenroth, o custo de vida mensal de uma família pequena (o casal e mais dois filhos) se dava em média por volta dos 207\$000, incluindo gastos com alimentação, moradia, vestimenta entre outras necessidades. Sendo que o salário base dos trabalhadores de uma maneira geral circundava por volta de 80\$000 a 120\$000, tendo assim para o trabalhador um déficit mensal de por volta de 100\$000 (GHIRALDELLI JR, P., 1987, P. 43)

Em contrapartida, durante o período da Primeira República, alguns avanços no que tange a leis trabalhistas foram conquistadas, por mais que a maioria dessas leis fossem ignoradas pelos patrões em conivência do Estado, as leis existiram. Inclusive em 1907 fora aprovada o projeto de Tosta, que havia sido apresentado já em 1905, o mesmo que visava a regulamentação dos sindicatos, que nessa época já eram uma realidade na vida do trabalhador, sendo regulamentado ou não. Porém, é importante ressaltar que com essa lei, houve além da regulamentação dos sindicatos, algumas artimanhas que buscavam afastar os estrangeiros dos cargos de direção dos mesmos, e tentavam criar um vínculo de harmonia entre sindicatos e patrões, vislumbrando de alguma forma possibilitar mesmo que indiretamente a ingerência dos patrões junto aos sindicatos. Ou seja, de uma maneira geral, as poucas leis trabalhistas que surgiam não eram de fato cumpridas ou mesmo totalmente favoráveis aos trabalhadores. O que de certa forma pode ter contribuído para a ascensão das ideias anarquistas junto ao operariado, tendo em vista que os mesmos percebiam a ineficácia das disputas legais eleitoreiras pelo aparato do Estado.

Esse início de século XX foi um período de grandes agitações e greves, o que ocasionou

também em um aumento da repressão por parte do Estado. A burguesia percebendo que somente o enfrentamento não conseguiria desestabilizar a organização dos trabalhadores, buscou formas também de cooptação dos mesmos, com discursos de solidariedade a dura realidade destes, porém criminalizando o discurso anarquista e socialista em geral, buscando criar uma separação entre trabalhadores dóceis que amam sua pátria, dos agitadores estrangeiros que buscam bagunçar a ordem brasileira.

Ao longo desse capítulo, vamos discutir as influências do pensamento libertário anarquista na organização do Movimento Operário no Brasil, discutindo as diversas estratégias do mesmo, analisando quais estratégias foram mais presentes no Brasil. Iniciando o debate com a diferenciação do Sindicalismo Revolucionário e do Anarco-sindicalismo, tendo em vista que é constante a confusão entre os mesmos. Seguindo com a reflexão sobre as organizações internacionais que influenciaram na forma de se pensar e organizar o movimento operário no Brasil, e como se deu tal influência.

2.1- Sindicalismo Revolucionário: a influência do anarquismo no operariado brasileiro

Vemos muitas confusões sendo feitas sobre a relação do anarquismo com o movimento sindical. Há quem coloque que o Sindicalismo Revolucionário e o Anarco-sindicalismo são a mesma coisa, há quem faça a diferenciação entre os dois, porém admite a influência ideológica do anarquismo em ambos os casos e ainda há quem diga que o Anarco-sindicalismo é uma ideologia específica e que os anarquistas nada tiveram a ver com o Sindicalismo Revolucionário.

Pois bem, não tento esgotar o debate e nem muito menos definir com absoluta clareza a concepção mais acertada sobre os termos. Porém busco nesse escrito traçar algumas diferenciações básicas no sentido de elucidar quais as influências mais presentes no sindicalismo brasileiro, tentando contextualizar as bases filosóficas e ideológicas do movimento operário no Brasil.

Primeiramente cabe frisar que o anarquismo é uma ideologia com princípios sociais, filosóficos e políticos como já vimos anteriormente. Dessa forma não haveria a possibilidade do Anarco-sindicalismo ser também uma ideologia específica, tendo em vista que é criado dentro do contexto do pensamento anarquista. Dessa forma já elimina-se parte da confusão entre os termos, restando então refletir sobre o que seria Sindicalismo Revolucionário e Anarco-sindicalismo.

Um equívoco recorrente é pensar que ambos seriam a mesma coisa. As duas vertentes tem diferenciação em relação a tática, ou seja, formas de ação, porém partem de uma mesma vertente

estratégica, adotada pelo Anarquismo de Massa⁹ ou como chegou aqui no Brasil, os Organizacionistas, que faz o contraponto com os Anarquistas Insurreacionistas¹⁰, ou como chamados no Brasil, os antiorganizacionistas.

Segundo Samis, os Organizacionistas se aproximavam da tese malatestiana, dessa forma “(...) viam no sindicato um excelente meio para unir trabalhadores e fazer a necessária propaganda, objetivando criar uma organização anarquista com base operária sólida” (Samis apud Corrêa, 2011, p. 17). Já a tendência Antiorganizacionista “suspeitava da aproximação excessiva entre anarquistas e sindicalistas. Pensavam os dessa vertente que a constituição de grupos estáveis, com relações sólidas e permanentes, alheios muitas vezes à efemeridade de determinados objetivos, era um desvio da essência mesmo do anarquismo” (SAMIS apud CORRÊA, 2011, p. 18).

Trabalhando com a perspectiva de que tanto o Anarco-sindicalismo, quanto o Sindicalismo Revolucionário são táticas de uma parte do movimento anarquista que tem como estratégia o que pode-se chamar segundo Schmidt e van der Walt, de “*Anarquismo de massas*”, portanto não podendo nenhum dos dois ser definido enquanto uma ideologia específica, tendo em vista que são táticas de uma estratégia do próprio anarquismo.

2.1.1 - Sindicalismo Revolucionário enquanto estratégia do anarquismo

Considerando como um equívoco ignorar a influência do pensamento anarquista na construção do Sindicalismo Revolucionário, tendo em vista que por mais que haja uma disputa sobre as interpretações dos fundamentos ideológicas desse objeto, os preceitos anarquistas se fazem muito evidente na estrutura organizativa dos sindicatos que seguem essa vertente.

Cabe dizer que o “sindicalismo revolucionário estava fundamentado na luta de classes entre trabalhadores e patrões, na luta por conquistas de curto prazo – como a redução de jornada de trabalho e aumentos salariais – e na prática sindical, que ia muito além da teoria” (CORRÊA, 2011, p. 13). Por mais que abarcasse militantes que não eram necessariamente anarquistas tem sua estrutura organizativa pensada historicamente por militantes anarquistas com base nos preceitos políticos ideológicos do próprio Anarquismo.

O Anarquismo surge dialeticamente enquanto ideologia dos movimentos populares e ao mesmo tempo impulsiona os mesmos, tendo em vista que constitui algumas concepções metodológicas e programáticas que dão peso aos movimentos populares, tais como o Sindicalismo Revolucionário por exemplo. Este não pode ser visto como obra única e exclusiva dos anarquistas,

⁹ Anarquismo de massa explicado no tópico 1.1 Anarquismo

¹⁰ Anarquismo Insurreacionista explicado no tópico 1.1 Anarquismo

já que haviam sindicalistas de diversas vertentes de pensamento atuando em seu seio, porém o Sindicalismo Revolucionário se tornou real enquanto movimento popular organizado quando endossou a estratégia anarquista. Esta estratégia impulsionou o Sindicalismo Revolucionário, que em contrapartida só se valeu enquanto uma estratégia eficiente quando adotada por esses movimentos.

Uma das principais bandeiras do sindicalismo revolucionário era a questão da autonomia. Felipe Correa sustenta que o sindicalismo revolucionário teve suas origens na AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores- em 1864, e para compreender esse princípio da autonomia a fala de Bakunin em relação a AIT é esclarecedora

Os fundadores da Associação Internacional dos Trabalhadores agiram com mais sabedoria ainda ao evitar introduzir princípios políticos e filosóficos como base dessa associação, e ao lhe dar, de início, como único fundamento apenas a luta exclusivamente econômica do trabalho contra o capital, porque eles tinham a certeza de que, a partir do momento que um operário põe o pé nesse terreno, a partir do momento que, adquirindo confiança tanto em seu direito como na força numérica, ele engaja-se com seus companheiros de trabalho numa luta solidária contra a exploração burguesa, ele será necessariamente levado, pela própria força das coisas, e pelo desenvolvimento dessa luta, a logo reconhecer todos os princípios políticos, socialistas e filosóficos da Internacional, princípios que nada mais são, com efeito, que a justa exposição de seu ponto de partida, de seu objetivo. (BAKUNIN, 2008, p. 46)

Dessa forma percebe-se que o interesse dessa autonomia, é o de abarcar o maior numero de trabalhadores que por mais que possam ter os mais variados pressupostos políticos, religiosos ou filosóficos, se dispusessem a lutar. Pois, ao estar em contato com as lutas por melhorias econômicas poderiam despertar suas consciências para a necessidade da revolução social. Caberiam aos militantes anarquistas por meio das suas propagandas mostrarem aos trabalhadores em geral os benefícios de uma sociedade anarquista.

Segundo Neno Vasco em um artigo para o periódico A Voz do Trabalhador em seu número 38, a atitude dos anarquistas nos sindicatos deveria ser

em primeiro lugar, devem ali conservar quanto possível a sua liberdade de ação, evitar os compromissos e os motivos de suspeita , - o mais que possam, visto convir dar margem ás contingencias e ciscumstancias especiais. Assim colocados, o seu papel é o de uma minoria atuante e propulsora: favorecer com todas as suas forças a tendencia socialista, anarquista e revolucionaria do movimento economico operario e as formas de ação e organização que a promovem; acompanhar ardentemente o operariado nas suas reivindicações, procurando alarga-las; apontar-lhe sempre o nosso fim e mostrar-lhe infatigavelmente a necessidade da revolução social. Procurar, em suma, que anarquistas sejam, não os astutos, mas os operarios,

se não nas ideias, ao menos nos atos (VOZ DO TRABALHADOR, 1913, p. 1)¹¹.

Outra proposta era que a emancipação dos trabalhadores deveria ser feita pelos próprios trabalhadores, dessa forma, não haveria sentido em não prezar pela autonomia dos sindicatos, já que eles eram um espaço do trabalhador. Segundo Corrêa,

a estratégia anarquista daquele momento previa um estímulo às organizações de massas de trabalhadores sob bases econômicas, não subordinadas a qualquer idéia ou partido político ou religioso – e portanto organizações autônomas, neutras e independentes – que deveriam agrupar trabalhadores da cidade e do campo para, em meio à luta de classes, reivindicar questões de curto prazo e, com o acúmulo de força necessário, promover a revolução social e erigir o socialismo libertário (CORRÊA, 2012, p. 15).

Nesse caso os trabalhadores seriam os principais protagonistas da revolução, não uma vanguarda iluminada, ou os heróis intelectuais e sim trabalhadores enquanto classe autônoma e solidaria. Como o processo revolucionário se daria de forma auto gerida, nada mais coerente do que a sociedade futura, pós revolução, fosse também construída e consolidada de forma auto gerida. A luta por melhores condições de vida a curto prazo, lhes dariam confiança e pratica para a luta a longo prazo, ou seja, a revolução socialista libertária, além do mais, a possibilidade de gerir a própria vida lhes dariam aporte teórico e prático para a construção de uma sociedade auto gerida.

Um ponto importante a destacar é a política de construção por parte do sindicalismo revolucionário de espaços educacionais, mais uma influencia do pensamento anarquista, pois este confere grande importância a educação. O debate sobre a educação, feito pelos sindicalistas, a partir dos congressos operários no Brasil. será visto ainda mais adiante neste texto.

O sindicalismo revolucionário defendia a cotização entre seus membros para a manutenção de seus espaços, defendiam também que fosse evitado ao máximo a utilização de funcionários pagos, porém, em ultimo caso fosse extremamente necessário, que os mesmos não ganhassem mais que um operário. Esses posicionamentos do pensamento anarquista corroboram a influencia do mesmo na construção do sindicalismo revolucionário enquanto estratégia.

O sindicalismo revolucionário defendia também o internacionalismo, pois entendia que só com a emancipação de toda a classe trabalhadora, seria possível se construir uma sociedade livre, tendo em vista que a liberdade é uma construção coletiva, nunca individual. O Sindicalismo revolucionário defende também que a única saída para a emancipação dos trabalhadores se efetivaria através da luta de classes.

¹¹ A grafia foi mantida como no original da época.

Destaca-se que no Congresso Operário de 1906 foi deliberada diversas moções tanto em relação a orientação do sindicato como sobre a organização do mesmo que deixam evidente a adoção pelo modelo do sindicalismo revolucionário. Deliberações essas que foram reforçadas pelo congresso de 1913, consolidando assim a influencia do pensamento anarquista no seio do operariado brasileiro.

Como se pode observar não há como negar a influencia das estratégias de transformação social do anarquismo clássico no sindicalismo revolucionário, por isso este não professa uma ideologia própria. Assim, o sindicalismo revolucionário faz parte de uma estratégia do anarquismo de cunho organizacionista ou “de massas” como chamado por Schimdt e Van der Wal. Sendo que dentro dessa própria estratégia, houveram divergências táticas entre sindicalismo revolucionário e o que convencionou-se chamar de anarco-sindicalismo, que iremos debater a seguir.

2.1.2 - Sindicalismo revolucionário X Anarco-sindicalismo

Entre os anarquistas há os que defendem a participação em sindicatos, a corrente majoritária, e os que são contra esse posicionamento, a corrente minoritária. Mesmo entre os que defendem a participação nos sindicatos não há total harmonia de pensamento, dentro desta corrente há divergências de como deveria se dar essa participação. É sobre essa divergência que será feita uma reflexão para mostrar as diferenciações entre as propostas de atuação nos sindicatos. Existiram duas propostas, uma que historicamente convencionou-se chamar de Sindicalismo Revolucionário, outra que é tratada como Anarco-sindicalismo.

Tanto o Sindicalismo Revolucionário, quanto o Anarco-sindicalismo tem em suas propostas organizativas as influências do pensamento ideológico anarquista, como por exemplo: utilizar a autogestão em sua estrutura, a do federalismo, do internacionalismo e a questão da solidariedade e o apoio mutuo entre a classe trabalhadora, não priorizando uma categoria em detrimento de outra. A não aceitação das vias eleitorais, das negociações fechadas de gabinete, são outros exemplos claros. As táticas de ação se baseiam na ação direta, como as greves gerais e parciais, o boicote e a sabotagem, etc.

Porém no sindicalismo revolucionário, o foco principal são as lutas de cunho de melhorias diretas, melhorias na questão econômica dos trabalhadores como: melhores salários, melhores condições de vida, menor carga horária de trabalho, etc. Sem se posicionar ideologicamente, para que dessa forma pudesse aglutinar o maior numero possível de trabalhadores, se dispendo a ser um órgão dos trabalhadores em geral e não somente dos que compactuam com um viés ideológico

específico. Trabalhava com a perspectiva de que as melhorias econômicas facilitariam a tomada de consciência pelos trabalhadores da necessidade da revolução. Justificavam que nem todos os trabalhadores conheciam o anarquismo e dessa forma como o sindicato deve ser órgão agregador das lutas dos trabalhadores, o mesmo não deveria estar diretamente vinculado a nenhuma ideologia específica, por isso este tipo de sindicalismo considerava que os trabalhadores anarquistas deveriam criar suas organizações de cunho anarquista fora do sindicato.

Já o Anarco Sindicalismo tinha como pressuposto ideológico primordial o anarquismo, o que refletia em sua organização. Sua proposta de ação vai além das questões econômicas, o próprio sindicato já se coloca como responsável pela revolução social de cunho anarquista, sem haver a necessidade dos seus militantes construírem outras organizações. A principal crítica a este tipo de sindicalismo é que ele afasta os trabalhadores que não conhecem o anarquismo ou não se posicionem como anarquistas. Seria um sindicato aparelhado ideologicamente.

Sobre essa diferenciação Schmidt e Van der Walt dizem:

Anarco-sindicalismo é um termo mais reservado ao tipo revolucionário de sindicalismo que é aberta e conscientemente anarquista em suas origens, orientações e objetivos. O exemplo clássico seria a CNT espanhola, que possui suas raízes na seção espanhola anarquista da Primeira Internacional [a FRE] e nas idéias de Bakunin. [...] Sindicalismo revolucionário, por outro lado, é um termo mais reservado para a variante sindicalista que, por diversas razões, não se vincula explicitamente à tradição anarquista, e não percebia, ignorava, minimizava sua descendência anarquista. É típico das correntes sindicalistas revolucionárias negarem seu alinhamento a quaisquer filosofias ou agrupamentos políticos específicos – reivindicarem-se ‘apolíticas’, apesar da política radical que reúnem. A CGT francesa depois de 1895 é um clássico exemplo de um sindicato revolucionário que minimizou suas ligações com o anarquismo (SCHMIDT e VAN DER WALT, In: CORRÊA, 2012, p. 18-19)

Percebe-se que tanto o Sindicalismo Revolucionário quanto o Anarco Sindicalismo são influenciados pelo anarquismo, por mais que abarcassem operários com diversas ideologias, há diversos indícios históricos demonstrando a grande participação e influencia dos operários militantes anarquistas na construção desses espaços.

Cita-se como exemplo a FORA (Federação Operaria Regional Argentina), que já no seu III Congresso em 1903 rejeita o socialismo reformista e, em 1905, a partir do seu V Congresso aconselha todos os seus militantes a aderirem o Comunismo Anarquista, com o intuito de que os mesmos não se detivessem a conquista das 8 horas, e que buscassem a sua completa emancipação.

A essa ideia se deu o nome de “finalismo forista”, que consistia na ideia de que o sindicato deveria ser aberto a todos os trabalhadores, tendo em vista que os mesmos por sua condição de

oprimido buscam o sindicato para se organizar em luta por melhores condições de vida e de trabalho, porém, nas concepções do “finalismo forista”, os operários deveriam ir além dessas lutas e a longo prazo deveriam buscar a sua completa emancipação, que seria conquistada através da revolução social e da construção de uma nova ordem social com base no comunismo anarquista.

A diferença entre as duas perspectivas sindicais consiste que: o Anarco-sindicalismo entende o sindicato como o próprio processo revolucionário, com o fim em si mesmo, o sindicato como a revolução em si, enquanto o Sindicalismo Revolucionário entende que o sindicato é um dos vários instrumentos da revolução. Segundo Malatesta, os sindicatos não deveriam ser um fim em si mesmo, eles deviam dar corpo a um movimento de massas, para que os mesmos acumulassem força suficiente para construir o processo revolucionário, e que o fim a ser atingido seria o socialismo.

No Brasil os sindicatos que se organizaram com base na proposta do Sindicalismo Revolucionário, tiveram diversas ações favoráveis a luta pela emancipação dos trabalhadores. Veremos a seguir algumas das grandes mobilizações organizadas pelo mesmo e as táticas de repressões utilizadas pelo Estado em defesa da burguesia.

Capítulo 3

DOS DEBATES A PRÁTICA: reflexões sobre a educação nos congressos operários e na imprensa operária



Menção a uma escola libertária do início do século XX - Imagem retirada do caderno de imagens de “Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo – (1868 – 2012), p.24 de Felipe Corrêa. Disponível

<http://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/caderno-de-imagens-surgimento-e-breve-perspectiva-historica-do-anarquismo.pdf> ,acessado em 20 de maio de 2013

Muito se debatia sobre a questão educacional no meio operário ao longo do período das primeiras décadas do século XX, no capítulo anterior pudemos perceber que em diversos espaços de debates do meio operário, a questão educacional era lembrada. Do que foi deliberado nos congressos operários até o que se construiu de espaços educativos, redundou num caminho tortuoso a ser seguido pelos que se dispuseram a cumprir tal tarefa. Desde a reflexão sobre o tipo de educação que deveria ser a substituta da que existia, comandada principalmente pela Igreja e pelo Estado, até a elaboração e consolidação de uma proposta educativa que pudesse dar conta dos

anseios de uma parcela do operariado que era sedenta de conhecimento. Era uma tarefa árdua a sistematização, organização e a garantia de espaços que serviriam como difusores dessas propostas educacionais.

Conforme se debatia a questão educacional nos congressos, novos espaços surgiam. Alguns se consolidavam nos próprios sindicatos, aproveitando a estrutura prévia construída, outros se construíam em espaços próprios. Alguns tinham como foco o próprio operário, já adulto, outros tinham como foco seus filhos, alguns até mesmo supriam os dois perfis em horários diferentes e com cursos de instrução geral e técnicos, outros serviam apenas como polo de debates e de leitura coletiva.

Em alguns números do jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão de imprensa da Confederação Operária Brasileira (COB), percebe-se que havia difusão de espaços educativos entre o meio operário. Não era o foco desse jornal tratar especificamente dos espaços educativos, porém, como órgão de propaganda do movimento operário, as experiências construídas pelos mesmos eram divulgadas sempre que possível. A partir desse material fizemos um mapeamento de alguns espaços buscando compreender como algum deles funcionavam na sua prática cotidiana.

Discuto ainda nesse capítulo os debates sobre a importância que era dada a questão da educação pelo Movimento Operário. Dissertando sobre a crítica que os mesmos tinham em relação a educação oferecida pela igreja e pela educação esvaziada que o Estado oferecia que não contemplavam os anseios educacionais do proletariado nem de seus filhos. Levando em consideração a educação como uma das vias de atuação estratégicas para possibilitar a construção de uma nova sociedade baseada nos valores anarquistas e nas propostas libertárias de estrutura social, o Movimento Operário deu ênfase a essa questão em seus congressos, debatendo assim a necessidade de sistematizar e elaborar propostas educacionais próprias, tomando como base as propostas libertárias.

Busco com esse debate, demonstrar a luta e a organização operária como um espaço também pedagógico, levando em consideração a importância dos espaços educativos específicos organizados pelo mesmo movimento, porém, não ignorando a relevância do processo de luta na formação do pensamento crítico e desenvolvimento do sentimento de revolta revolucionária nos trabalhadores de uma maneira geral.

3.1 - DOS DEBATES - As teses Educacionais a partir do Congresso Operário Brasileiro de 1906, 1913 e 1920

No processo de organização do Movimento Operário e dos debates sobre táticas e estratégias

para promover a revolução social, a discussão sobre a questão educacional se tornou central para os trabalhadores. Percebendo o abismo intelectual que existia entre as massas de trabalhadores e outras parcelas da sociedade, os militantes libertários em sua grande maioria anarquistas, primaram pelo debate sobre a questão da educação do operariado e de seus filhos. Grande parte do operariado do início do século XX se encontrava na condição de analfabeto, ficando assim a mercê da solidariedade de companheiros que liam os jornais e materiais libertários em voz alta para os demais, porém, somente esses espaços ainda eram escassos para garantir uma formação efetiva. Dessa forma os operários em geral encontravam grandes dificuldades de acesso aos materiais que os possibilitariam construir uma fundamentação ideológica sólida para sua militância, afastando-os assim, da luta por melhores condições de vida e pela revolução social.

Os grandes congressos operários de 1906, 1913 e 1920 contaram com a preocupação em colocar como um dos temas centrais para os debates a questão de se pensar propostas educacionais e a necessidade de construção de espaços específicos para por em prática tais propostas. A influência dos anarquistas fica clara também nesse momento, as críticas a educação clerical e estatal se faz muito presente nesses calorosos debates. De uma maneira geral, o pensamento educacional anarquista influenciou em grande parte do que se construiu enquanto propostas para a questão da educação pelo operariado brasileiro.

Experiências como a da Escola Moderna de Barcelona, organizada por Francisco Ferrer y Guardia eram exaltadas e de certa forma imitadas. Foram formados Comitês em solidariedade a Ferrer y Guardia, quando ele foi injustamente acusado pelo Estado espanhol de ser o mandatário de um ataque a bomba a uma carruagem oficial. Quando da morte de Ferrer y Guardia em 1909, tais Comitês se tornaram Comitês Pró Escolas Racionalistas, que tinham como intuito a construção de espaços educativos com base nas propostas libertárias do Racionalismo Combatente de Francisco Ferrer y Guardia¹².

O Movimento Operário no início do século XX no Brasil deu uma grande contribuição teórica e prática para o campo da educação. Tal contribuição ainda é muito pouco estudada, até mesmo por se tratar de propostas contra- hegemônicas e de cunho majoritariamente libertário, que tem como intuito desconstruir a ordem vigente. Dessa forma, se faz importante debruçar sobre o tema no intuito de consolidar uma perspectiva diferenciada de educação.

A seguir debateremos as teses educacionais do movimento operário a partir dos grandes congressos de 1906, 1913 e 1920 de acordo com as suas posições políticas (federalismo, internacionalismo, etc). Tais congressos foram tomados como referência por serem os espaços de

¹² Para maiores informações sobre o assunto, ver O Racionalismo Combatente: Francisco Ferrer y Guardia de Ramón Safón publicado pela Editora Imaginário em 2003.

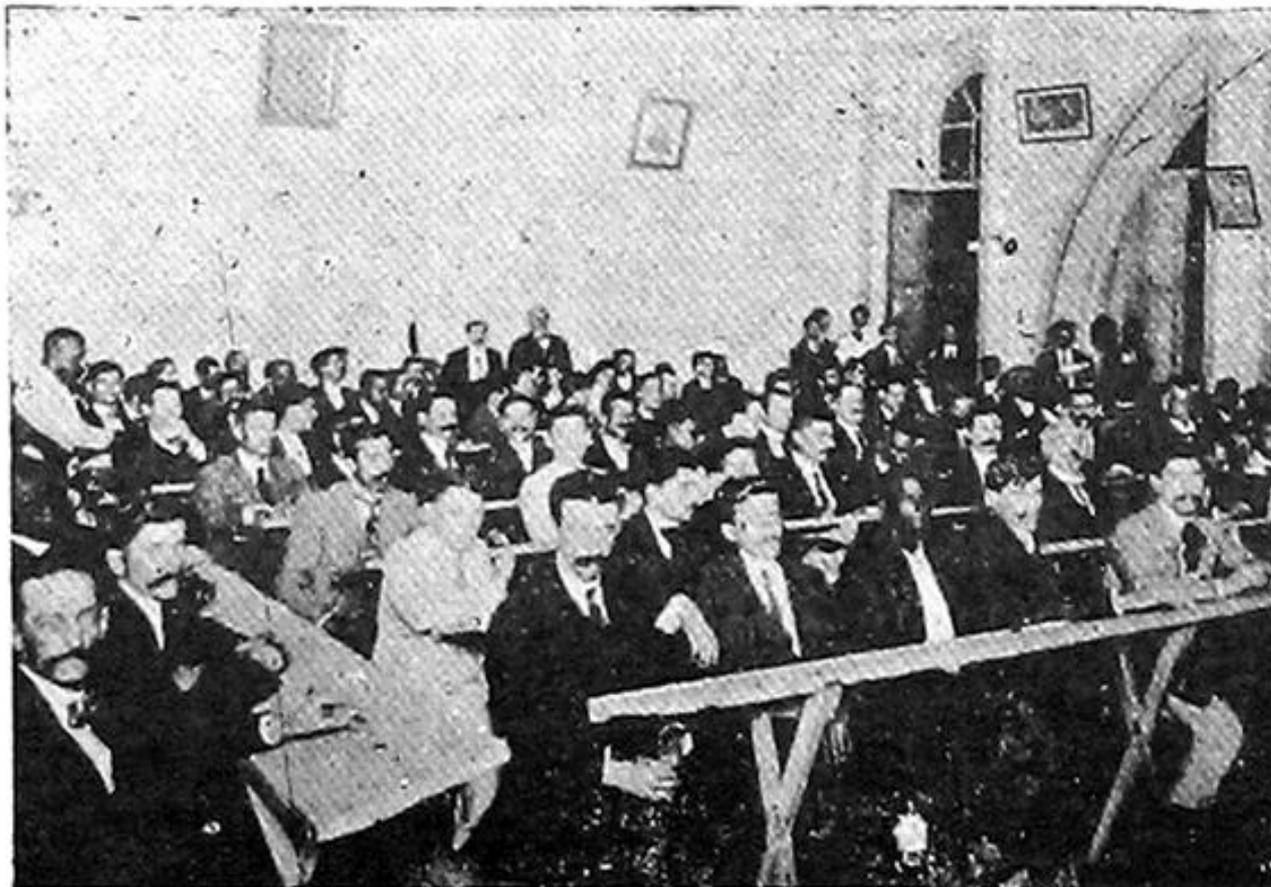
organização da COB (Confederação Operária Brasileira), órgão de articulação a nível nacional dos operários no Brasil, no qual aglutinavam diversos sindicatos e federações e que possibilitava o contato com operários de outros países, mostrando o caráter internacionalista da luta.

Busco também dissertar sobre os debates em relação a questão da educação ocorridos nos congressos operários e quais as deliberações sobre a questão da educação que saíram desses congressos. Qual a perspectiva de educação que o movimento operário tomou para si e sobre quais influencias tais perspectivas foram construídas e consolidadas. Além de dissertar sobre os debates sobre a educação que ocorreram no seio do Movimento Operário, refletindo sobre o que era pensado sobre e o papel que a educação cumpria no processo de luta dos operários no Brasil.



Representação do Logotipo da COB – Confederação Operária Brasileira - Imagem retirada da primeira página do n° 42 do jornal A Voz do Trabalhador, publicado em 01/11/1913

3.1.1 – Os Congressos Operários



3 — Os congressistas presentes á sessão de encerramento

FOTO RETIRADA DE A VOZ DO TRABALHADOR Nº39-40. P. 1 PUBLICADO EM 01/10/1913

Em meio a um clima de lutas e seguidas greves, a classe operária se percebeu desarticulada, viu-se que diversas greves que aconteceram no início do século XX, tais como a greve dos trabalhadores em pedreira em 1901, a dos trabalhadores das indústrias têxteis e a dos cocheiros em 1903, no Rio de Janeiro, em 1905 uma greve geral em Santos e em 1906 a dos chapeleiros em São Paulo, porém elas pouco dialogavam umas com as outras, as categorias se viam isoladas e eram constantemente reprimidas pela polícia e pelo patronato. Dessa forma, ao longo de todo esse processo, algumas associações e federações de classe vinham sendo criadas, mas a nível nacional somente em 1906 alguns dos militantes operários que compunham a Federação de Associação de Classes, fundada em 1903, convidaram diversos outros militantes para uma reunião no intuito de articular as categorias em uma organização que pudesse dialogar e unificar as lutas. Foi assim se consolidando o I Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1906, no Centro Galego no

Rio de Janeiro. De tal congresso surgiu a discussão sobre a criação da COB (Confederação Operária Brasileira) e o jornal que seria o veículo de comunicação dos trabalhadores intitulado de “A Voz do Trabalhador”. Tal Confederação só veio existir de forma prática em 1908, assim como o jornal que a mesma se propunha a construir. Nos anos que se seguiram diversos comícios e greves foram sendo organizadas conquistando algumas vitórias para os trabalhadores, como em alguns casos a tão concorrida pauta de jornada de trabalho de 8 h.

Depois de um período de ascensão a classe trabalhadora se via mais uma vez desarticulada pelas constantes investidas violentas da polícia, pela recessão econômica (que gerou um grande número de desempregados) e pelas calúnias e mentiras disseminadas nas grandes mídias a serviço da burguesia. A COB (Confederação Operária Brasileira) teve suas atividades brevemente interrompidas em 1909, após promover diversos comícios, inclusive contra a execução de Ferrer y Guardia, na Espanha.

Os anos que se seguiram, foram de altos e baixos, tendo breves períodos de revoltas, porém seguido de um grande marasmo. A partir de 1911 algumas novas mobilizações surgiram no seio da classe operária, conquistando algumas vitórias como o aumento salarial dos sapateiros no Rio de Janeiro, mas também com algumas baixas como a deportação de Florentino de Carvalho. Em meio a um período de certa efervescência, a Federação Operária do Rio de Janeiro chamou em outubro de 1912 uma reunião com diversos militantes operários com o intuito de refundar a COB.

Entre 1912 e 1913, houve uma reorganização do movimento operário, foram feitos diversos comícios contra a carestia da vida, a perseguição e violência policial contra os trabalhadores e contra a lei Adolfo Gordo que tinha como único intuito a expulsão de estrangeiros anarquistas do Brasil. Nesse contexto, ressurgiu a COB e reativa-se o periódico A Voz do Trabalhador. Em setembro do ano de 1913 acontece o 2º Congresso Operário, na sede do Centro Cosmopolita¹³. Contou com 117 delegados, representando duas federações Estaduais, cinco federações municipais e cinquenta e dois sindicatos, sociedades e ligas, além de contar também com a participação de 4 periódicos.

Os anos seguintes seguiram-se com diversos acontecimentos, dentre eles a revolução Russa de 1917, que provocaram debates e ações no movimento operário, acirrando as disputas entre anarquistas e socialistas, inclusive muitos anarquistas inicialmente consideravam importante a revolução Russa, percepção que se modificou após o acirramento do “centralismo democrático” preconizado por Lenin e com ascensão da ditadura do proletariado que se instalou na Rússia. Em 1920 a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ), criada em substituição a antiga UGT – União Geral dos Trabalhadores, cuidava dos preparativos da organização do que seria o 3º

¹³ Sindicato dos empregados em hotéis, cafés, restaurantes e similares.

Congresso Operário Brasileiro. Em abril de 1920 acontece este congresso que conta com a participação de 150 delegados de 85 organizações diferentes. Desse congresso não se recia a COB (Confederação Operária Brasileira), optou-se pela criação de uma Comissão Executiva do Terceiro Congresso, essa que teria como atribuições cumprir com as resoluções do congresso e teria mandato até o 4º Congresso Operário que estaria previsto para o ano seguinte, porém que nunca aconteceu.

3.1.2 – Debates Sobre Educação nos Congressos Operários de 1906, 1913 e 1920

A questão educacional sempre foi muito cara ao operariado, principalmente entre o meio libertário. As discussões sobre a necessidade de se formular propostas próprias para a educação esteve presente em toda a história do anarquismo, por isso o movimento operário brasileiro de tendência anarquista preocupou-se muito com as questões da educação no seio de suas organizações. Os operários organizados tinham consciência da importância da educação e percebia como a burguesia utilizava a instituição escola para reproduzir sua ideologia e, conseqüentemente manter a sua dominação, por isso o movimento operário buscava um novo tipo de educação para uma nova organização da sociedade, assim, procurava propor novas formas e propostas de educar. Por isso, a temática da educação foi debatida em todos os congressos operários brasileiros.

No 1º Congresso Operário Brasileiro, em 1906, muitos debates, inclusive os de cunho trabalhista, levavam em consideração a questão da formação do operariado. O segundo tema debatido no Congresso tratou da luta pelo aumento salarial e da redução da carga horária de trabalho, deliberou-se que esta redução seria imprescindível porque possibilitaria ao operário tempo para se dedicar aos estudos e a sua emancipação intelectual. O terceiro tema tratava da importância da propaganda, foi deliberado que a propaganda sindicalista era conveniente, principalmente por meio das conferências, pois estas contribuíam para a formação do trabalhador, inclusive foi sugerida a criação de bibliotecas.

Neste 1º Congresso Operário houve um tema específico sobre a questão da educação, quando os operários criticaram de modo sistematizado a educação formal. Quando surgiram as seguintes resoluções:

Tema 7 – Conveniência de que cada associação operária sustente uma escola laica para os sócios e seus filhos e quais os meios de que deve lançar mão para esse fim?

Considerando que o ensino oficial tem por fim incutir nos educandos ideias e sentimentos tendentes a fortalecer as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais do que o próprio operário tem interesse em formar livremente a consciência de seus filhos; o Congresso aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à

educação que os mesmos devem receber sempre que tal seja possível; e, quando os sindicatos não o possam fazer cada um per si, deve a federação local tomar conta do encargo. (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 53)

Percebe-se a preocupação dos próprios operários de organizarem o processo educacional de seus filhos. A resolução tal como ela é construída demonstra que essa preocupação vai além de uma mera raiva entre as classes, demonstra que há uma reflexão profunda em relação a crítica ao ensino oficial, que tende a inculcar valores da burguesia nos filhos dos operários, o que fortaleceria e acirraria o processo de exploração de uma classe sobre a outra, demonstra também a preocupação com a ajuda mútua solidária no seio da classe operária, pois na deliberação sugere-se que caso algum sindicato operário não tivesse condição de construir sua própria escola, a federação deveria tomar para si essa função. Mas apesar de demonstrar a necessidade de se construir espaços educativos específicos para os operários, a resolução não aponta aspectos pedagógicos que possibilitassem a consolidação das relações pedagógicas nessas instituições.

Em 1908, ano de fundação oficial da Confederação Operária Brasileira (COB), aconteceu em São Paulo o Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo, que seguiu, de uma maneira geral, as resoluções e aconselhamentos do Congresso Operário Brasileiro de 1906, porém com debates mais específicos sobre a realidade paulistana. Nesse congresso a questão da construção de espaços educativos próprios para o operariado também foi debatida, porém, como no caso anterior, as propostas educacionais que fundamentariam tais espaços ainda ficaram em aberto. O Sindicato dos Funileiros de Santos foi quem propôs o tema nessa ocasião.

Coincidentemente o debate sobre educação apareceu também como o sétimo tema deste congresso, que apresentamos a seguir

Não seria de utilidade a criação de uma universidade operária para ilustração e educação do proletariado? (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 90)

Tal tema seguiu-se de um intenso debate contando com intervenções de militantes como Sorelli, La Scala, Durão, Gallo, Rossi, Chiara, Paulino e Grassini. O debate segue no âmbito da necessidade de se construir uma universidade, mas reconheciam que não haveria conjuntura para isso, devido a apatia do operariado, o debate contou também com falas contrárias a formação da universidade e em defesa da criação de escolas elementares para adultos, houve inclusive o debate sobre a concepção do que seria tal universidade. Eis a moção de Sorelli aprovada a partir desse debate:

Considerando que não se pode negar a utilidade de uma universidade operária para ilustração do proletariado; que, porém, o ambiente não permite atualmente que o funcionamento da mesma possa ser posto em prática, dado o espírito do proletariado local e a sua pouca dedicação aos estudos; o Congresso Operário, aceitando por princípio a utilidade de uma universidade operária, opina que os

sindicatos operários procurem auxiliar o desenvolvimento intelectual do operariado aproveitando os meios ao seu alcance e, particularmente, organizando, nos limites do possível, um curso de conferências científicas (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 90).

Percebe-se mais uma vez que a concepção de educação e as formulações pedagógicas dos espaços propostos não entram na resolução, apesar de perpassarem o debate sobre o tema, isso mostra a dificuldade de organizar um espaço mais elaborado devido à condição em que se encontrava o operariado, mas destaca-se a sugestão para se proferir palestras em cursos que aproximassem os trabalhadores dos conhecimentos científicos.

Ainda nesse mesmo congresso, a Liga dos Trabalhadores em Madeira propõe mais um tema relativo à construção de espaços educativos, como constamos a seguir:

Será útil a instituição de escolas livres para os meninos até 14 anos de idade e qual os meios para lhes garantir o funcionamento? (PINHEIRO e HALL, 1979, p 105)

Ruiz, La Scala, Dertonio, Sorelli, Angelini, entre outros, realizaram um debate que criticou a educação “ultrapatriótica”. Ruiz criticou a educação oferecida pelo Estado, apontando as mentiras do ensino religioso, assim propõe a construção de novos espaços educativos para as crianças, mas surgiu uma divergência se a escola deveria ser ou não parte do sindicato. A moção aprovada foi a proposta por La Scala, que diz:

Considerando que de maneira alguma se pode negar a utilidade da criação de escolas livres; que, porém, o funcionamento das mesmas pode variar de conformidade com o ambiente e os meios de que os sindicatos dispõem; o Segundo Congresso Operário Estadual opina que os sindicatos e as federações operárias se façam iniciadores da fundação de escolas livres resolvendo internamente a respeito da forma que devem as mesmas adotar pelo seu funcionamento (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 106).

Mais uma vez a autonomia de cada sindicato é respeitada, devido as distintas realidades de cada localidade, onde os sindicatos se encontram, eles teriam autonomia para deliberar sobre os espaços nos quais funcionariam essas escolas, se seriam em suas sedes ou em outros espaços quaisquer, de preferência o mais próximo possível dos locais de moradia dos filhos dos operários, para que estes não encontrassem dificuldades em chegar nas escolas.

No Segundo Congresso Operário Brasileiro, a Comissão Organizadora solicitou que os sindicatos e federações enviassem relatórios de suas atividades, alguns pontos importantes foram enumerados nesses relatórios, e um desses pontos era justamente sobre as atividades educativas de cada associação, sindicato ou federação, como podemos ver a seguir

5 – Se a associação mantém, e desde quando, ou manteve, e por quanto tempo, algum curso com aulas diurnas ou noturnas para os associados e seus filhos, e qual a média de frequência (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 176).

Esse congresso foi bem concorrido contando com a adesão de diversas organizações de operários, inclusive participou também o Sindicato dos Educadores, que contou com as figuras de Manuel Ferreiro Garrido e Antonio Soares como seus delegados. Durante o tempo de minha pesquisa não encontrei relatos de que a participação dos mesmos possa ter interferido qualitativamente no debate sobre a questão educacional neste congresso, mas é interessante frisar a participação dos educadores junto ao movimento operário tomando parte na vida política da classe trabalhadora.

Assim como o Congresso Operário Estadual de São Paulo, o Segundo Congresso Operário Brasileiro, confirmou muitas das deliberações do congresso de 1906. Mais uma vez a questão educacional mistura-se ao tema sobre propaganda. No tema que se referia aos meios de se empregar a propaganda no âmbito do sindicato, a resolução aprovada faz menção a construção de bibliotecas, representações teatrais e a realizações de conferências e palestras. Pois,

só assim entende o congresso que se poderá tornar efetiva a obra da organização, que, educando os trabalhadores, prepará-los-á para a luta necessária na conquista de melhorias imediatas e para a sua integral emancipação (PINHEIRO e HALL, 1979, p.195)

Demonstrando assim a concepção de educação revolucionária presente nos debates realizados pelos dos operários, que percebiam na educação um modo de mobilizar as massas e também um caminho de emancipação. A educação era um instrumento fundamental para se conseguir maior eficácia na propaganda de um novo projeto societário. Além disso, a educação deveria ser uma estratégia política importante para a formação do operariado, como podemos constatar no tema 17 que se referia a “Educação e instrução das classes operárias” (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 197). Segue na íntegra o texto da resolução aprovada no congresso de 1913.

considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas doutrinas pelas castas aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, que visavam manter o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade, para melhor explorarem-no e governarem-no;

considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas doutrinas positivistas e nas teorias materialistas sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses, os quais metamorfoseam a ciência, segundo os convencionalismos da sociedade atual, e monopolizam a instrução, tratando de ilustrar o operariado sobre artificiosas concepções que enlouquecem os cérebros dos que frequentam as suas escolas, desequilibrando-os com os deletérios sofismas que constituem o civismo ou a religião do Estado;

considerando que esta instrução é ministrada juntamente com a educação

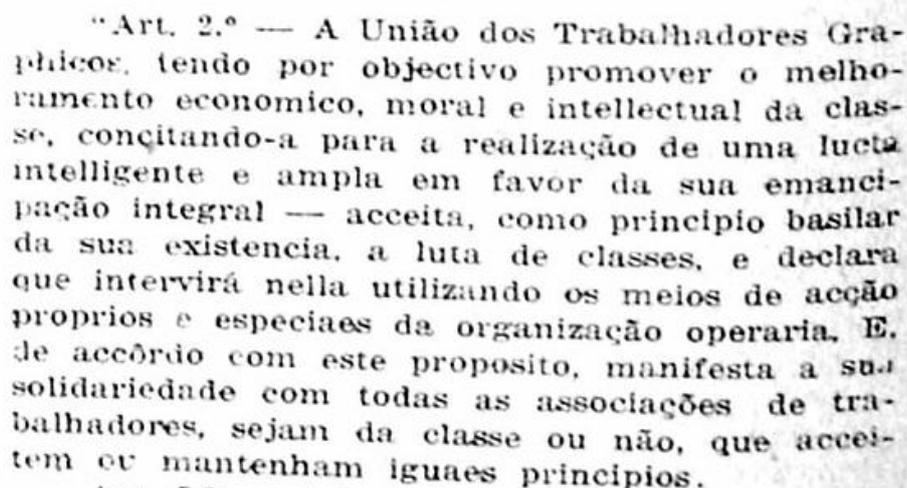
prática de modalidades que estão em harmonia com a instrução aplicada;

considerando que esta instrução e educação causam males incalculavelmente maiores do que a mais supina ignorância e que consolidam com mais firmeza todas as escravizações, impossibilitando a emancipação sentimental, intelectual, econômica e social do proletariado e da humanidade;

considerando que este ensino baseia-se no sofisma e afirma-se no misticismo e na resignação; o Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadores em geral, tomando como princípio o método racional e científico, em contraposição ao ensino místico e autoritário, promovam a criação e vulgarização de escolas racionalistas, ateneus, cursos profissionais de educação técnica e artística, revistas, jornais, promovendo conferências e preleções, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros, folhetos, etc., etc. (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 197-198)

Nestas resoluções, assim como nos debates anteriores, fica evidente a crítica a educação oferecida pelo Estado e pela Igreja. O que difere essa deliberação daquelas dos congressos anteriores, é que ela trouxe uma proposta de princípios educativos que deveriam orientar as práticas educacionais construídas pelos sindicatos e federações.

Ressalvando as mudanças conjunturais, o 3º Congresso Operário Brasileiro de 1920 seguiu a mesma linha dos congressos anteriores, porém, a COB não foi reativada, e as deliberações desse congresso foram divulgadas pelo boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário, órgão criado para executar e sistematizar as deliberações deste congresso. Neste boletim pouco se tem sobre os debates dos congressos, fala-se mais dos assuntos gerais inerentes ao interesse da organização política dos operários, e das lutas a se organizar e pleitear. Percebe-se o cunho educativo presente nessas lutas, e a percepção da propaganda como um instrumento educativo, como podemos perceber no artigo 2º do estatuto da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo:



“Art. 2.º — A União dos Trabalhadores Gráficos, tendo por objectivo promover o melhoramento economico, moral e intellectual da classe, conqitando-a para a realização de uma lucta intelligente e ampla em favor da sua emancipação integral — acceita, como principio basilar da sua existencia, a lucta de classes, e declara que intervirá nella utilizando os meios de accção proprios e especiaes da organização operaria. E. de accórdio com este proposito, manifesta a sua solidariedade com todas as associações de trabalhadores, sejam da classe ou não, que accettem ou mantenham iguaes principios.

Retirado do Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário brasileiro publicado em Agosto de 1920

Além desse artigo que demonstra a importância do desenvolvimento intelectual da classe trabalhadora como um passo primordial para o avanço da consciência e da luta de classes, temos ainda o artigo 5º do mesmo estatuto que estabelece os meios com o qual a União dos Gráficos de São Paulo pretende atingir seus objetivos;

Art. 5.º — A União dos Trabalhadores Gráficos propõe-se a conseguir os fins por ella collimados pelos seguintes meios:

- a) promovendo conferencias instructivas e de propaganda dos meios de emancipação proletaria;
- b) editando publicações de caracter tecnico e de defesa proletaria;
- c) incentivando a organização de uniões similares em todas as localidades do Estado de S. Paulo e circumvizinhanças; e
- d) intensificando a maior solidariedade dos membros da classe graphica, afim de se prestarem reciprocamente o auxilio de que precisarem quando feridos na sua dignidade ou prejudicados nos seus interesses economicos.

Retirado do Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário Brasileiro, publicado em agosto de 1920.

Percebe-se que mesmo não se referindo diretamente a construção de espaços educativos ou até mesmo não elaborando princípios para formulação de experiências pedagógicas, a preocupação com a confecção de materiais que pudessem contribuir para o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores e da troca de conhecimento por intermédio das conferências são demonstrações nítidas da importância que era dada a questão da formação dos trabalhadores, para que através dela os mesmos pudessem compreender os escritos de cunho político propagandista dos sindicatos.

Analisando as deliberações dos congressos operários, tudo nos leva a crer que diversos espaços educativos foram construídos a partir da ação dos sindicatos e federações que estiveram

representadas nesses congressos. Veremos, no capítulo seguinte, as experiências que surgiram a partir desses debates e das deliberações dos Congressos. O que foi elaborado e promovido pelos sindicatos e federações, enquanto espaços educativos tanto para os trabalhadores quanto para seus filhos.

3.2 – AS PRÁTICAS - Espaços Educativos a partir de “A Voz do Trabalhador”

A imprensa foi uma preocupação muito presente no meio operário. Os mesmos compreendiam a propaganda como primordial para a conscientização dos trabalhadores, sendo assim, a confecção de jornais era prática comum entre os sindicalistas, inclusive tendo nos jornais a proposta de formação e disseminação das ideias revolucionárias.

A COB (Confederação Operária Brasileira) não era diferente, já no primeiro congresso operário em 1906 foi deliberado que havia necessidade de se criar um jornal específico deste órgão, este jornal, assim como a COB, somente começaria a funcionar a partir de 1908, surgiu assim A Voz do Trabalhador, cujo primeiro número foi lançado em 1º de Julho de 1908. Neste jornal tinha informações sobre as reuniões e atividades dos sindicatos e federações que compunham a COB, alguns artigos teóricos sobre questões relevantes aos trabalhadores e ao sindicalismo, assim como propagandas de boicotes a determinadas empresas e notícias de greves.

Por ser o órgão de propaganda da Confederação Operária Brasileira, o periódico A Voz do Trabalhador, disseminava as atividades promovidas por sindicatos de diversas localidades, por conta disso, foi escolhido como material a ser pesquisado para que pudessemos identificar as experiências educativas promovidas pelo movimento operário. Este jornal contou com 71 números, dentre esses, identificamos referências a espaços educativos em pelo menos 22 exemplares, sendo que em alguns deles havia referência a mais de uma atividade educativa promovida pelos sindicalistas. Neste jornal não se tem referência sobre o funcionamento destes espaços educativos, visto que a demanda de atividades a serem divulgadas era grande, porém, a partir dele percebe-se que de fato foram desenvolvidas atividades educativas no meio operário, em diversos espaços de diferentes localidades.

A primeira vez que apareceu nesse jornal alguma referência a questão educacional foi no número 16, publicado em 03 de Agosto de 1909, na segunda página, quando foi criada a Liga Operária de Instrução Escolar, que tinha sede no Encantado, falou-se do seu surgimento e da criação por parte destes de uma escola noturna que funcionava com 40 alunos de ambos os sexos. Sobre a Liga Operária de Instrução Escolar, não se teve mais notícias a partir de A Voz do Trabalhador.

O jornal teve seu funcionamento interrompido no número 21 em 1909 por conta das

dificuldades encontradas tanto na manutenção do jornal, quanto por conta das constantes repressões policíacas sofridas pelos operários, depois de um período de cerca de 4 anos de dificuldades organizativas no movimento operário, em 1913, o mesmo volta a se estruturar, quando se confecciona o número 22 do jornal A Voz do Trabalhador, publicado em 1º de Janeiro de 1913.

No número 30, de 1º de Maio de 1913 vemos novamente menção a espaços educativos, porém, não falando sobre as atividades educativas promovidas por estes espaços, mas sim sobre a moção construída por membros dessas organizações educativas pela liberdade dos envolvidos na revolução Mexicana, demonstrando o caráter internacionalista e o envolvimento das organizações educativas com as questões políticas revolucionárias. Os espaços em questão são o Centro de Estudos Sociais (que foi citado pela primeira vez nesta nota, mas que será constantemente mencionado em outros números) e o Grupo Operário de Estudos Sociais Jerminal de Niterói. Segue a nota

A REVOLUÇÃO MEXICANA

O Centro de Estudos Sociais, desta cidade, e Grupo Operario de Estudos Sociais "Jerminal", de Niteroi, resolveram, nas suas ultimas reuniões, enviar ao presidente da Republica Norte-Americana o seguinte protesto contra a detenção, no carcere de Mac Neil Island, dos camaradas Ricardo e Enrique Flores Magón, Anselmo Figueroa e Librado Rivera:

"Nós abaixo assinados, depois de completa investigação no caso do encarceramento dos membros da Junta do Partido Liberal Mexicano, e em consequencia ficaremos convencidos de que se cometeu perjuria pelas testemunhas do governo dos Estados Unidos, exigimos a liberdade de Ricardo Flores Magón, Enrique Flores Magón, Librado Rivera e Anselmo L. Figueroa, que atualmente estão na Penitenciaria de Mac Meil Island, sofrendo uma condenação injusta."

Este protesto, redijido em inglez, foi assinado por todas as pessoas presentes a ambas as reuniões.

A Voz do Trabalhador – 01/05/1913, p. 3.

No número 31, publicado em 15 de Maio de 1913 na página 3, há a primeira menção direta

ao Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, espaço que foi citado por diversas vezes, mostrando a importância da educação operária na cidade do Rio de Janeiro, nesta oportunidade foi mencionada uma atividade promovida pelo Centro de Estudos Sociais em relação a questão do 13 de maio e da abolição da escravatura. No número 32 do mesmo jornal, publicado em primeiro de junho do mesmo ano, na segunda página, fala-se sobre a intenção de alguns companheiros de se criar um Centro de Estudos Sociais de Vila Isabel, que seria federado ao Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro e que faria sua primeira reunião no espaço da Escola 1º De Maio, uma escola também construída por operários e que tinha cunho libertário, ela era dirigida por Pedro Mattera.

Como a educação para o meio operário não era entendida somente como a construção de Escolas, o jornal divulgava inclusive as conferências e palestras proferidas com o intuito de potencializar a formação dos trabalhadores, nesta perspectiva, tem-se no número 33, publicado em 15 de Junho, ainda de 1913, em sua quarta página, uma nota sobre uma palestra que tinha como tema o Neomaltusianismo, proferida pelo acadêmico em medicina Francisco Viotti.

Mais uma vez o Centro de Estudos Sociais foi citado nos números 34 e 36, publicados respectivamente em 1º de julho e 1º de Agosto de 1913, na segunda página do número 34 apresentou-se uma pequena nota divulgando uma sessão sobre a queda da bastilha que ocorreria no referido local, falando também sobre um folheto de mesmo tema que seria publicado pelo próprio Centro. Já na segunda página deste, há outra pequena nota sobre o funcionamento do Centro de Estudos Sociais, sua sede e horário de funcionamento.

Após o segundo congresso operário em 1913, lançou-se, em 1º de Outubro, de uma vez só os números 39 e 40. Neste apresentava-se as resoluções do congresso, como era frequente nesses congressos, foram debatidas e deliberadas moções sobre as questões educacionais, sendo divulgadas na página 4 desses números as deliberações sobre a questão educacional do referido congresso. Já no número 41 de A Voz do Trabalhador, publicado em 15 de Outubro de 1913, em sua segunda página, vê-se uma nota sobre uma atividade em homenagem a Francisco Ferrer y Guardia, que havia acontecido no Centro Operário Primeiro de Maio, pela nota percebe-se que a própria homenagem era utilizada como espaço de formação, a partir do momento que se preocupa em dissertar sobre as propostas de Ferrer, sua vida e sua prática educativa. Ainda na mesma página há uma outra nota intitulada “Conferencias de propaganda”, como pode-se ver a seguir

Conferencias de propaganda

Tem despertado grande interesse a serie de conferencias dominicais, encetada pela Federação Operaria, na sua sêde.

No dia 5 do corrente, o camarada Leal Junior uzou da palavra, desenvolvendo vantajosamente o seguinte tema: *A republica portugueza sob o ponto de vista social.*

Domingo ultimo falou o camarada Jozé Borobio, sobre a beneficencia e ação dirêta e no domingo vindouro o companheiro J. Elias da Silva, secretario jeral da Federação, dissertará dentro do tema: *Análize e critica do cooperativismo do sr. Sarandy Rapozo.*

Todas as conferencias teem sido muito concorridas.

A Voz do Trabalhador, nº 41,15/10/1913, p. 2.

Nesta nota fica evidente a reprodução por parte do operariado brasileiro de uma prática comum a Francisco Ferrer Y Guardia na Escola Moderna de Barcelona, que era a de promover conferências aos domingos, no mesmo horário das missas, para que dessa forma pudesse retirar o máximo de operários possível da influência da Igreja católica, instrumentalizando-os com teorias de cunho revolucionário. Além de demonstrar a percepção sobre a ideia de propaganda, que transcendia a mera divulgação de ideias para uma proposta de inserir no processo de formação política e intelectual dos operários e das operárias as teorias revolucionárias.

Na publicação de numero 42 datada de 1º de Novembro de 1913, na página 3, há a ultima menção direta do jornal A Voz do Trabalhador ao Centro de Estudos Sociais, mais uma vez falando sobre suas atividades, colocando o mesmo enquanto uma agremiação libertária e falando sobre o horário e local de suas reuniões. Não há indícios através deste jornal que o Centro de Estudos Sociais tenha terminado suas atividades nessa época, pelo contrário, em outras notas fica perceptível a influencia do Centro de Estudos Sociais na construção de novos espaços educativos promovidos por outros grupos, porém, nos futuros números do mesmo jornal, não se faz mais menção direta ao referido espaço que constantemente ocupava notas neste jornal.

Mesmo com a ausência de notas diretamente sobre o Centro de Estudos Sociais, outras

experiências educativas eram divulgadas pelo A Voz do Trabalhador, no número 43, datado de 15 de Novembro de 1913 foi divulgada a criação de um espaço de propaganda do ideal anarquista, denominado de Grupo Aurora do Futuro, o jornal traz a seguinte nota

GRUPO AURORA DO FUTURO

Sob o titulo acima acaba de fundar-se um novo grupo que se propõe a divulgar, por meio de conferencias, palestras, publicações, excursões, etc., etc., o ideal anarquista.

Composto de companheiros incansáveis e reunindo também um já relativo numero de companheiras, deve em breve desenvolver uma ativa propaganda.

Comunicando-nos a sua fundação, pedem-nos para chamarmos a atenção e a adesão de todos os companheiros, podendo para informações e admissão dirigirem-se á Eliza Gonçalves, beco do Rio, casa XII, sobrado, Rio de Janeiro.

Imagem retirada da primeira página do n° 43 de A Voz do Trabalhador, publicado em 15/11/1913.

Notas como esta, contribuem para que possamos refletir sobre a grande influencia do anarquismo no meio operário, principalmente no que tange as questões de organização das estruturas dos sindicatos, como na concepção de educação defendida pelos sindicalistas. Diversas menções as organizações anarquistas e as suas atividades em um jornal de cunho unicamente operário, deixa claro a interlocução entre esses dois movimentos.

No numero 44, de publicação em 1° de Dezembro de 1913, fala-se sobre uma série de aulas promovidas pelo Centro Cosmopolita com o apoio do Centro de Estudos Sociais, aulas sobre português, aritmética e geometria eram oferecidas no período diurno pelo Doutor Orlando Correia Lopes, e no período noturno eram oferecidas por Honoré Cemili as aulas de francês, por José Elias da Silva as aulas de aritmética, por João Gonçalves da Silva as aulas de português, por Carlos de Lacerda as aula de geografia e por Myer Feldman as aulas de inglês.

A influencia de Ferrer y Guardia na concepção de educação do operariado brasileiro se demonstra cada vez mais presente, no numero 46 do jornal A Voz do Trabalhador, publicado em 1º de Janeiro de 1914, traz um artigo que ocupa duas colunas e meia da segunda página, escrito por Florentino de Carvalho, que tem como titulo “Necessidade do Ensino Racionalista”, neste artigo o autor disserta como alguns pontos do ensino racionalista foram apropriados pelo Estado, por serem inevitáveis para o processo educativo de qualidade, mas deixando claro que mesmo se apropriando de alguns dos princípios da pedagogia racionalista a educação proferida pelo Estado, seja ele qual for, nunca terá o mesmo intuito, visto que o Estado por essência é opressor, e a pedagogia racionalista tem como intuito desconstruir todas as formas de opressão. A reserva de um espaço específico para esse debate no jornal porta-voz da COB demonstra que há entre o operariado uma grande preocupação em formular e disseminar teorias educacionais próprias. Ainda nesse mesmo número, na terceira página, fala-se sobre a futura criação do Ateneu Operário, onde se esperava que servisse como sede de diversas associações operárias federadas, e que pudesse funcionar nesse espaço uma escola de artes, do ofício e da instrução.

A publicação de numero 48, em 1º de Fevereiro de 1914, em sua oitava página faz referência a duas experiências educativas, cada uma com uma proposta diferente. Este número do jornal referiu-se também as Conferências de Propaganda, que serviam como contraponto as missas dominicais, com temas propícios ao desenvolvimento intelectual dos operários, além de trazer também uma nota intitulada de Ensino Racionalista em São Paulo, que falava sobre a Escola Moderna nº2.

Os números 51 e 52 foram publicados conjuntamente no dia 1º de Abril de 1914, esta publicação menciona a criação de uma nova escola, denominada Primeira Escola Popular, esta seguiria os princípios racionalistas, seria direcionada para o curso primário, diurno, para ambos os sexos e teria como professora uma diplomada pela Escola Normal de São Paulo, cujo nome não foi divulgado. A sede da liga anticlerical era a referência para maiores informações, nos levando a crer que a mesma deve ter apoiado a criação dessa nova escola.

O jornal A voz do trabalhador só foi destinar espaços para a questão educacional novamente em seu número 67, publicado em 1915, no primeiro dia do mês de fevereiro. Na terceira página deste numero tem uma nota intitulada de “Uma Conferencia”, que disserta sobre uma conferencia que contou com alguns temas tais como os referentes a moral positivista e a moral anarquista, na mesma oportunidade foi feito um histórico de algumas greves entre outras coisas. O evento aconteceu na sede da Federação Operaria do Rio de Janeiro e contou com a presença de Orlando Correia Lopes como um dos conferencistas. Ainda nesse numero faz menção na página 4 a existência do Sindicato dos Educadores, divulgando uma sessão comemorativa de sua fundação.

No número 69, de 07 de abril de 1915, há menção de mais um espaço educativo promovido pelos operários, faz-se referência, nas páginas 1 e 2, a experiência da Escola Nova, na primeira página há registro de uma conferência ocorrida no local, proferida por Saturnino Barbosa. Na segunda página, encontra-se a notícia sobre a Escola Nova, segue a nota que fala de forma mais detalhada sobre o funcionamento, cursos e pessoas envolvidas com essa experiência.

ESCOLA NOVA

Na capital do Estado de S. Paulo foi ultimamente instalado, em confortavel predio da rua Alegria, 26 (sobrado) um instituto de instrução e educação para meninos e meninas, cujo titulo encima esta noticia, estando já funcionando as respectivas aulas diurnas e noturnas, a qual serve-se dos metodos racionais e científicos da pedagogia moderna.

As materias são: Para o curso primario — Portuguez, aritmetica, jeografia, botanica, zoologia, caligrafia e dezenho.

Curso médio — Portuguez, aritmetica, jeografia, mineralojia, botanica, zoologia, fisica, quimica, jeometria, historia universal, caligrafia, dezenho, etc.

Curso superior — Aritmetica, aljebra, botanica, zoologia, mineralojia, jeometria, fisica, quimica, historia universal, jeologia, astronomia, dezenho. — Idiommas: portuguez, italiano, espanhol, etc.

Os cursos primario e médio acham-se a cargo dos educacionistas Florentino de Carvalho e Antonia Soares.

O curso superior está sob a direção de pessoas de reconhecida competencia, figurando entre ellas o professor Saturnino Barboza, dra. Roberto Feijó, Passos Cunha, A. de Almenda Rego e Alfredo Junior, os quais lecionam materias de sua respectiva especialidade.

Para outros esclarecimentos os interessados devem se dirijir á séde da aludida Escola Nova, á rua Alegria, 26, S. Paulo.

A Voz do Trabalhador, n° 69, 7/04/1915, p. 2

Além de falar sobre a Escola Nova, esse número faz novamente menção ao Sindicato dos Educadores, em uma nota na qual o secretário geral do referido sindicato faz uma convocação

para que todos os educadores se esforçassem a comparecer nas assembleias do sindicato, deixando o indicativo que tais assembleias eram divulgadas no periódico *Correio da Noite*. No número 71, publicado em 8 de junho de 1915, último número do qual se tem notícias de *A Voz do Trabalhador*, tem uma nota sobre uma sessão de propaganda que fora realizada na Escola Moderna nº 1, que contou com a participação de João Penteadó e José Romero, mais uma vez vinculando a propaganda libertária com a instrução do operariado e seus filhos.

A partir do levantamento desses registros do periódico *A Voz do Trabalhador* pode-se perceber que os debates sobre a questão educacional que ocorriam no meio operário refletiram na construção de espaços de práticas educativas com base numa perspectiva diferenciada, racionalista e voltada para os operários e seus filhos e filhas, preocupando-se com a formação integral das classes populares, possibilitando outro tipo de formação para o operário e seus filhos, buscando o afastamento das escolas confessionais e estatais. Percebe-se que a educação é entendida em um sentido amplo, observa-se que foi pensada a necessidade de construção de diferentes tipos de espaços para atender as diversas demandas de formação dos operários e filhos e também foram criadas estratégias para dar conta de toda uma gama de realidades dos operários. Propaganda, conferências e aulas eram utilizadas para atender a construção de um espírito crítico e libertário no seio da classe operária no Brasil.

Para compreender a importância do trabalho educacional realizado pela classe operária no Brasil no início do século XX, a reflexão de Martins e Neves nos auxilia:

A indissociabilidade entre educação política e educação escolar impossibilita a ideia de uma separação entre escola e prática cultural e social. A prática escolar reproduz majoritariamente as práticas culturais dominantes na sociedade. A escola é uma instituição incorporativa das relações de dominação. Esta incorporação se estabelece por meio do currículo escolar e da ação dos seus profissionais em educação, das famílias e, mais recentemente, dos meios de comunicação de massa e da internet. Para caminharmos na direção da emancipação humana, temos de mapear essas influências e construir projetos educacionais e práticas pedagógicas opostos a esse modo de ser e de viver. (MARTINS e NEVES, 2013, p.357)

A classe operária no Brasil, percebendo esse papel político da educação, buscou a construção de uma teoria própria para fundamentar seus próprios espaços educativos.

A partir dessas diversas estratégias e espaços, consideramos interessante dissertar sobre o funcionamento de alguns espaços criados pelos operários para atender as demandas educativas, porém devido as limitações de tempo que nos são impostas pela realidade acadêmica, tomamos apenas dois espaços para um breve aprofundamento.

Optamos por aprofundar brevemente como se efetivava o funcionamento e as

intencionalidades do Centro de Estudos Sociais e das Escolas Modernas, visto que cada espaço tem uma especificidade e se dirige para públicos distintos, o primeiro dedicava-se aos operários, enquanto o segundo teria com foco principal as crianças, de preferência filhos e filhas dos operários e operárias. Diversos espaços foram mapeados nesse texto, porém tomaremos esses dois como referência, sabendo que apesar de cada espaço criado ter suas especificidades, todos tinham o intuito de cumprir com a mesma função, a instrumentalização e desenvolvimento intelectual das classes operárias e de seus filhos e filhas, com o intuito de fomentar um pensamento crítico que os levassem às lutas sindicais e posteriormente se possível às lutas revolucionárias.

3.2.1 - Centros de Estudos Sociais

Em meio a uma conjuntura de debates sobre a questão da educação e da organização operária, o movimento pró-educação no meio operário se tornou cada vez mais efervescente principalmente nas primeiras duas décadas do século XX no Brasil. Foram pensadas e criadas a partir dos sindicatos, diversas modalidades educacionais e propostas para a construção e implantação da pedagogia libertária no Brasil, com ajuda das federações e confederações sindicais, dos pais das crianças envolvidas nas atividades, dos militantes sindicalistas que em grande parte eram anarquistas e de simpatizantes livre pensadores anarquistas ou não.

Foram pensadas modalidades de ensino diferenciadas para suprir a demanda educacional da classe operaria, na qual boa parte não tinha acesso a uma instrução sistematizada. Nesse contexto foram criados os Centros de Estudos Sociais, órgão que contribuiria para facilitar o acesso aos estudos para os operários. A criação desses Centros era de certa forma simples, pois só necessitavam do espaço físico e de assinaturas de diversas revistas e jornais para a instalação de uma biblioteca social, sem maiores formalismos que por mais que reduzidos se tornavam necessários para a construção de escolas.

A educação do trabalhador adulto nesses espaços se dava por intermédio do ensino mutuo, das conferencias, das bibliotecas, dos jornais, salas de leitura, leituras coletivas e etc, era um espaço onde os militantes tentavam também demonstrar aos demais operários a importância da revolução para se alcançar uma organização social mais igualitária e justa trazendo leituras e discussões sobre temas libertários e dessa forma aproximando-os das lutas dos sindicatos.

Por conta de certa facilidade que havia em sua construção, os Centros de Estudos Sociais proliferaram em uma velocidade incrível em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, inclusive existiam em alguns bairros mais de um Centro de Estudos Sociais. A influência do anarquismo se faz tão presente no meio operário dessa época, que alguns dos centros eram

construídos especificamente para debater este tema, suas propostas e formas de atuação. De uma maneira geral os sócios dos Centros de Estudos Sociais, eram operários e entre eles buscava-se difundir e propagar tais espaços, porém, por diversas vezes, pessoas oriundas classe média também frequentavam esses espaços, mas todos simpatizantes e de alguma forma atuantes no meio revolucionário.

Muitos imigrantes foram importantes na construção destes Centros, essas pessoas estavam à frente das atividades sindicais, muitas vezes proferiam palestras, dirigiam as discussões e faziam contato com as diversas editoras estrangeiras para conseguir materiais como: livros e assinaturas de jornais e revistas.

Antes mesmo dos principais congressos operários, a necessidade da construção de Centros de Estudos Sociais, já era uma realidade percebida entre os libertários, a percepção de que este poderia ser um espaço alternativo positivo às lutas operárias já era debatida desde o século XIX, num trecho de um artigo intitulado Tática Conveniente constata-se tal preocupação.

(...) Um pequeno ponto de apoio poderia ser a criação de um Centro de Estudos Sociais, aonde o operário trocará seus hábitos de tavernas, Igreja e jogos de todas as classes, trindade estúpida que o embrutece e o desmoraliza, pelo estudo constante da Sociologia. (Tática conveniente, O Despertar, Rio de Janeiro, n° 3, publicado em 03/12/1898 apud GHIRALDELLI JR, 1987, p. 118)

Percebe-se que a questão da educação a partir da construção de tais Centros, cumpria também com a função de afastar os operários de vícios como: jogos, bebidas e até mesmo da Igreja, fatores vistos como prejudiciais a organização da classe trabalhadora, pois considerava-se que muitos trabalhadores se envolviam com jogos e bebidas por conta da vida sofrida que levavam, o que se tornava uma forma de fuga das opressões que os envolviam, enquanto a Igreja cumpria com a função de dar falsas esperanças aos trabalhadores. Sendo assim, a criação de espaços como os Centros de Estudos Sociais era de grande importância, no sentido de dar uma alternativa de lazer aos trabalhadores, aproximando-os dos debates libertários e os instrumentalizando-os para a ação revolucionária.

A imprensa operária teve grande importância também na fundação de tais espaços. Com certa frequência grupos editoriais construíam seus próprios Centros de Estudos Sociais, por vezes acontecia também o contrário, já que a propaganda era considerada pelos libertários uma das armas principais para a emancipação dos trabalhadores, tal prática se fazia coerente com sua proposta. Como exemplo disso, trazemos a experiência dos militantes do periódico O Amigo do Povo, que em 1904, ou seja, antes mesmo do Primeiro Congresso Operário, construíram o Centro de Estudos

Sociais e Ensino Mútuo¹⁴. Na publicação do numero 43, de 30 de Janeiro de 1904 foi reservado um espaço para a divulgação de tal espaço. Que segue

O Centro de Estudos Sociais e Ensino Mútuo com sede na Rua Bento Pires, 19, de iniciativa, como já dissemos, do grupo editor de O Amigo do Povo, começou a funcionar regularmente no dia 22 do corrente, organizando o programa seguinte: Lições – 3ª e 5ª às 7 da noite; domingo às 3 da tarde; palestras de sociologia aos sábados às 7 da noite; leitura nos das restantes às 7 da noite. (Centro de Estudos Sociais e Ensino Mutuo. In: O Amigo do Povo, São Paulo, nº 43, 30/01/1904 apud GHIRALDELLI JR, 1987, p. 118.)

Apesar da existência de alguns centros antes mesmo dos debates do I Congresso Operário, não há como ignorar a importância desses debates neste congresso, com o intuito de consolidar e ampliar essas experiências. Após o I Congresso Operário, estes centros se espalharam por diversas localidades, inclusive a construção destes espaços extrapolou os limites do movimento operário, atingindo outros movimentos sociais como, por exemplo: em 1920, o Centro Feminino Jovens Idealistas, vinculado ao movimento feminista, com o apoio da Liga Operária da Construção Civil publicou em 25/02/1920, no periódico “O Grito Operário”, editado por essa Liga, seu manifesto e as atividades do Centro, cuja proposta era construir escolas gratuitas para jovens e meninas e também uma biblioteca.

Encontramos também um centro intitulado Centro Libertário de Estudos Sociais Pioneiros da Liberdade, fundado em 1911 que defendia a ideologia anarquista, funcionava no Rio de Janeiro e tinha como prática as Excursões de Propaganda, nas quais mobilizavam diversos militantes para propagandear o anarquismo pelos bairros.

Para contemplar a necessidade dos operários, normalmente esses Centros concentravam suas atividades na parte da noite, pratica que nem sempre funcionava, tendo em vista que a luta pela jornada de 8 h de trabalho ainda era uma conquista de apenas algumas categorias. Mesmo com todas as dificuldades a proposta de se aproximar cada vez mais dos trabalhadores era alcançada, as mais diversas metodologias foram pensadas para tornar isso uma realidade.

Normalmente a criação desses centros era efetivada sem maiores formalidades, geralmente por meio de uma reunião de militantes interessados, eles escolhiam uma pequena sala, algumas assinaturas de jornais e revistas de cunho operário e libertário, e através dos jornais operários solicitavam a ajuda de alguns companheiros para consolidar as tarefas dos centros. Alguns centros iam além, pois construía programas de atuação, como o Centro de Estudos Sociais Jovens Libertários, que funcionava quase como uma escola de adultos. No jornal Novo Rumo, do Rio de

¹⁴ Ensino Mutuo faz referência a uma terminologia utilizada pelo pensador e militante anarquista do século XIX Kropotkin, posteriormente foi utilizado pelos liberais no Brasil o termo método mútuo que traz uma proposta e uma fundamentação teórica diferente.

Janeiro, em 18 de Agosto de 1906, encontramos uma nota sobre este centro que dizia:

1. O Centro de Estudos Sociais, fundado em 30 de Agosto, será composto de número ilimitado de sócios de ambos os sexos, que pagarão a quota mensal de 2 \$ (provisoriamente). Enquanto seus membros assim o julgarem, e tem por fim:

a) propagar as ideias de emancipação humana pelos seguintes meios: pela criação de uma biblioteca contendo obras de sociologia, ciência e arte, assim como escolas para o ensino racional;

b) realizando conferências sociológicas, literárias e representações teatrais, por todos os meios ao seu alcance.

2. O Centro é solidário com todos os movimentos operários de caráter reivindicador.

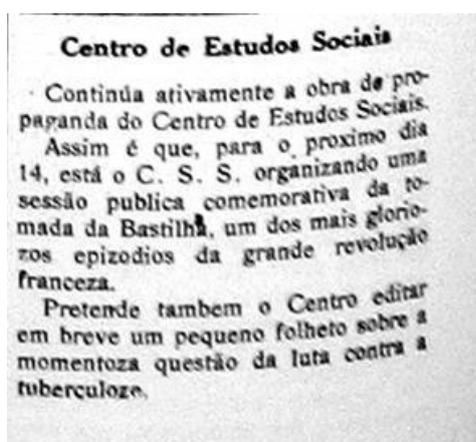
3. A administração do Centro compor-se-á de um secretário, um tesoureiro e dois bibliotecários aclamados em assembleia.

4. Todos os assuntos concernentes ao Centro serão discutidos entre os associados, e resolvidos de comum acordo, conforme as circunstâncias.

O expediente do Centro será das 7 às 10 horas da noite, em sua sede, à Rua da Constituição, n. 54, 1º andar, para onde podem se dirigir todos que a ele queiram pertencer ou oferecer obras à sua biblioteca.

Aulas noturnas: aritmética: segundas e quartas-feiras, das 7:30 às 8:30. Português e Geografia: terças e sextas-feiras, às mesmas horas. Palestras às quintas-feiras (Centro de Estudos Sociais. Novo Rumo, Rio de Janeiro, 18-10-1906 apud GHIRALDELLI JR, 1987, p. 120)

O centro que aparentemente tem um maior vínculo com a COB é o Centro de Estudos Sociais, que funcionou no Rio de Janeiro, na Sede do Centro Cosmopolita, não se sabe a data correta da fundação deste, porém, foi o único que teve espaço reservado no Jornal A Voz do Trabalhador, que era o órgão de imprensa da COB. A primeira vez que este periódico citou o Centro de Estudos Sociais foi na publicação de número 34, de 1º de Julho de 1913, levando a crer que a criação deste Centro se deu um pouco antes desta data, a nota diz:



A Voz do Trabalhador, n° 34, 01/07/1913.

Nessa ocasião, o Centro de Estudos Sociais, não foi tratado especificamente como um espaço educativo, mas sim como espaço de propaganda. Esta propaganda tratava da perspectiva

libertária para determinados acontecimentos históricos, inclusive mencionava um material que procurava esclarecer o trabalhador sobre a questão da luta contra a tuberculose, doença muito comum à época, dessa forma, mesmo não sendo definido como espaço educativo, esse caráter fica evidente.

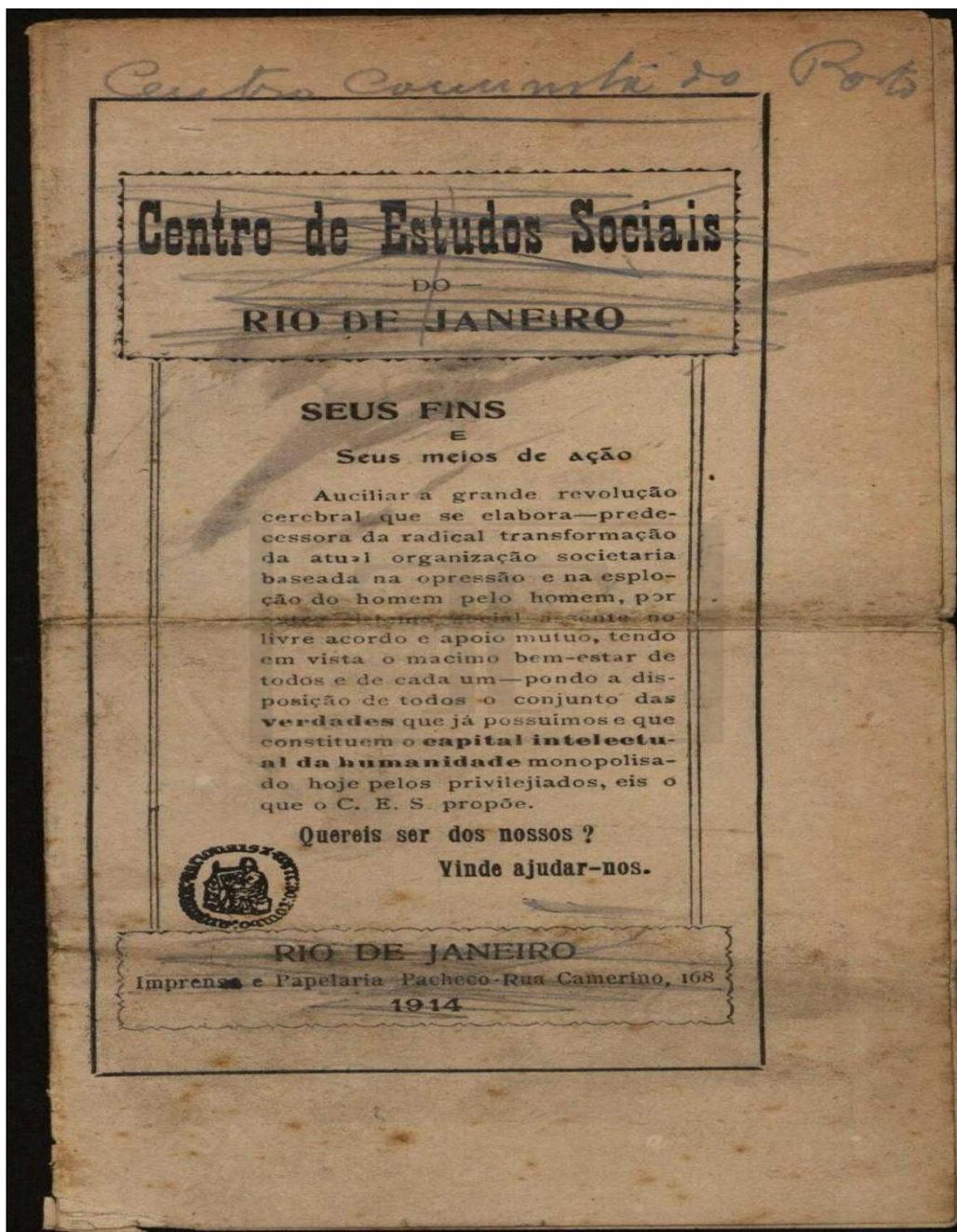
Em 1º de agosto de 1913, no número 36, mais uma vez figurava nas páginas de A Voz do Trabalhador, uma nota referente ao Centro de Estudos Sociais, desta vez, a nota referia-se a sua localidade e periodicidade de reuniões. Segue a nota.



A Voz do Trabalhador, n°36, 01/08/1913.

Nesse jornal, não havia informações sobre a finalidade do Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, porém, num folheto publicado pelo mesmo em 1914, conseguimos obter informações sobre sua finalidade e meios de ação.

De acordo com o folheto, o Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro tinha como finalidade enfatizar a importância da transformação intelectual dos trabalhadores, esta deveria ser anterior à revolução social, pois permitiria a desconstrução da opressão de classe vivida no sistema capitalista. Combatem também o monopólio dos conhecimentos efetivado pela burguesia, como um fator para a manutenção e reprodução da sociedade de classes. Segue a capa do panfleto.



Material retirado de <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4470015> , acessado em 16 de dezembro de 2013.

Ainda sobre a finalidade do Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, o panfleto explicita que ele

(...) - é constituído com os fins de: facilitar aos espiritos livres e curiosos que desejem conhecer a <<questão social>> os meios indispensaveis para tal consecução; despertar e estimular principalmente entre a mocidade das

escolas e os trabalhadores manuais, industriais e intelectuais, o gosto e o interesse pela leitura e pelo estudo das diversas escolas sociológicas e das questões filosóficas e científicas que mais interessam a cultura geral; finalmente a contribuir para a difusão das modernas ideias de emancipação humana, sancionadas pelos mais formosos espírito de cientistas, filósofos e artistas e sustentadas pela parte sã e consciente do proletariado universal. (CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, 1914, p. 3 e 4)

Destacamos que esses fins podem ter sido estabelecidos com base na influência do pensamento anarquista no meio do operariado brasileiro, levando em consideração que desde o século XIX o movimento anarquista já mostrava a importância da educação e do desenvolvimento intelectual dos trabalhadores para promover a revolução. Assim, os anarquistas tinham consciência que os trabalhadores precisavam compreender como se estruturava a sociedade em que eles viviam, para enfrentar as contradições e conflitos da mesma, focando seus esforços na construção de outro tipo de sociedade.

Para execução de suas ações, o Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro

(...) propõe-se a estabelecer cursos livres de ciências sociais; promover conferências públicas, sociológicas e literárias, na sua sede e na das outras agremiações desta Capital que ponham as suas salas, para esse efeito, à disposição do Centro; efetuar leituras comentadas de obras filosóficas ou científicas; organizar uma mesa de leitura contendo livros, folhetos, jornais e revistas e demais publicações, preferentemente de caráter social, quer nacionais quer estrangeiras; realizar ou contribuir para que se realizem festas, como saraus literários e artísticos, com obras dramáticas de propaganda social; promover excursões pelos arredores da cidade em larga distribuição de trabalhos de propaganda e em visita de confraternização com as sociedades congeneres; publicar ou divulgar e auxiliar a publicação de livros, folhetos, manifestos, jornais e revistas de propaganda doutrinária que, pelas suas tendências largas, radicais e independentes, sejam julgadas dignas de apoio e de auxílio material do Centro (CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, 1914, p.4).

Além de propor criar um espaço para a formação e discussão dos trabalhadores, com debates, leituras, discussões, festas e peças de teatrais, o Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro também se dispunha ser um espaço de ajuda mútua entre seus membros, onde estes poderiam ver supridas as condições mínimas de sobrevivência. Desse modo, o Centro praticava a solidariedade, um princípio muito difundido pelos anarquistas e praticado entre o operariado brasileiro.

O Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro ainda se dispunha a contribuir para a criação de outros espaços que buscassem os mesmos fins, se colocando também à disposição para o constante diálogo com outras agremiações tanto em território brasileiro, como as que se localizavam

em outros países. A perspectiva revolucionária dessa experiência se faz presente em todas as suas propostas de atuação, esta perspectiva estava presente em todos os espaços que fossem construídos no intuito de promover a emancipação integral humana, ou seja, a emancipação econômica, social, intelectual e moral. Dessa forma o Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, de certa forma, apoiou as escolas racionalistas e as universidades populares criadas e sugeria-lhes sempre que se possível estas funcionassem junto às salas das coletividades operárias.

Para ser sócio do Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, bastava apenas pagar uma cota mensal de mil réis, este espaço era aberto a todos os sexos, raças e nacionalidades. A própria quota mensal não era obrigatória, caso o sócio em questão por algum motivo não se encontrasse em condições de pagá-la, as quotas não eram cobradas retroativamente, para garantir que todos pudessem usufruir dos benefícios daquele espaço, aqueles que pudessem cobririam as quotas daqueles que estavam impossibilitados de pagar, para que assim o Centro pudesse continuar funcionando.

A Comissão Administrativa do Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro era composta por: um secretário, um tesoureiro e um bibliotecário, todos tinham suas nomeações deliberadas em assembleias e seus mandatos durariam o tempo que fosse julgado oportuno pelos sócios. A função dessa Comissão Administrativa era dar conta de todas as deliberações das assembleias que não fossem direcionadas a uma comissão específica.

A Comissão Administrativa decidiria em comum acordo com seus membros a melhor forma de cumprir as tarefas que porventura lhe fossem submetidas. As assembleias gerais tinham periodicidade semanal, sendo assim, a cada semana surgiam novas demandas e poderiam ser trocados os membros da comissão administrativa, tal como poderiam ser criadas novas comissões caso assim fosse deliberado pelos sócios. O Centro permanecia em funcionamento caso contasse com pelo menos cinco membros atuantes.

Por influencia do movimento anarquista, a existência e criação dos Centros de Estudos Sociais era uma constante no meio operário, mesmo com a perseguição ao sindicalismo revolucionário entre as décadas de 1920 e 1930, tais centros ainda se mantiveram com a mesma proposta revolucionária de contribuir com a emancipação, principalmente intelectual, da classe trabalhadora. Mas os operários, além de pensar a educação para si, também percebiam a necessidade de construir espaços de educação para seus filhos, dessa forma diversas escolas libertárias e racionalistas eram criadas, inclusive com o apoio e a solidariedade de diversos Centros de Estudos. Na continuidade desse escrito, vamos direcionar nossa atenção para uma das experiências de maior êxito com a educação dos filhos e filhas dos operários, as Escolas Modernas.

3.2.2 – As Escolas Modernas

Como já demonstrado anteriormente, entre o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, encontra-se registros de várias críticas feitas pelos anarquistas no Brasil ao ensino confessional e estatal, principalmente no que tange ao seu caráter conservador, destacava-se também que somente a elite tinha acesso à educação, enquanto os filhos dos operários não tinham espaço na educação formal, ficando clara a utilização da educação como instrumento para a segregação social, a escola era tida como um artigo de luxo.

O movimento operário, pela influencia dos anarquistas colocava que a educação oferecida tanto pelo Estado como pela Igreja pautava-se por práticas autoritárias, deixando claro seu intuito de servir a imposição de ideais às crianças, de modo que estas não tivessem a oportunidade de potencializar todas as suas habilidades, e desta forma se desenvolvessem enquanto seres apáticos e sem a possibilidade de fomentar uma mudança nas estruturas sociais quando se tornassem adultos. Essas críticas foram importantes para que os anarquistas começassem a discutir cada vez mais a questão educacional, formulando novas propostas e pensando novas estruturas para a educação das crianças.

O 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906 foi de grande importância, pois a partir da preocupação com a temática da educação, foram criadas diversas iniciativas para atividades que visassem à construção de escolas de cunho libertário. Tais escolas tiveram forte influencia da experiência do Orfanato de Cempuis (1880 a 1894) realizado por Paul Robin (1837 – 1912) e do racionalismo combatente proposto por Ferrer y Guardia (1859-1909), em sua experiência com a Escola Moderna de Barcelona.

A influencia do anarquismo no movimento operário se refletia também em suas propostas pedagógicas, as experiências educativas operárias no Brasil assumiram para si quatro preceitos básicos propostos pelo Programa Educacional divulgado em 1882, criado com a participação de diversos nomes do movimento anarquista como os de Kropotkin, Élisée Reclus, Louise Michel entre outros muitos. Tais preceitos eram que as escolas deveriam ser

Integral, isto é, favorecer ao desenvolvimento harmonioso de todo o individuo e fornecer um conjunto completo, coerente, sintético e paralelamente progressivo em todos os domínios do conhecimento intelectual, físico, manual e profissional, sendo as crianças exercitadas nesse sentido desde os primeiros anos;

Racional, isto é, Fundamentado na razão e conforme os princípios da ciência atual, e não na fé; no desenvolvimento da dignidade e da independência pessoal, e não na piedade e na obediência; na abolição da ficção divina, causa de eterna e absoluta servidão;

Misto, isto é, favorecer a co-educação sexual numa comunhão constante, fraterna entre meninos e meninas. Essa co-educação, ao invés de constituir um perigo, afasta do pensamento da criança as curiosidades malsãs, e torna-se uma ocasião para sábias condições que preservam e asseguram uma alta moralidade;

Libertário, isto é, numa palavra, consagrar em proveito da liberdade o sacrifício progressivo da autoridade, uma vez que o objetivo final da educação é formar homens livres que respeitem e amem a liberdade alheia. (KROPOTKIN apud LUIZETTO,1986,s/p)

Ainda de acordo com este Programa, os interessados nos assuntos educacionais deveriam estar dispostos a abdicar de três práticas comuns dentro do espaço escolar: a disciplina, por fragmentar o conhecimento, gerando assim a dispersão e a mentira; os programas, por limitar o trabalho, anulando a iniciativa, a responsabilidade e a originalidade dos educadores e as classificações, por trazer comparações gerando inveja, rivalidade e mal-estar entre os estudantes.

Essas escolas, tomando como base a Escola Moderna de Barcelona de Ferrer y Guardia, buscavam formar seres aptos a atuarem de forma transformadora, desconstruir o sistema capitalista e por fim acabar com a exploração do homem pelo homem, elas visavam a construção de uma sociedade autogerida, baseada em conceitos de solidariedade e ajuda mútua.

A luta pela construção e manutenção de tais escolas foi um dos focos principais do movimento operário. Antes mesmo do congresso operário supracitado, já haviam algumas experiências sendo formulada pelos operários. Uma das primeiras experiências de educação libertária no Brasil, de acordo com os moldes do ensino racional e organizada pelo movimento operário, foi à construção da Escola Libertária Germinal, inaugurada em 19 de Maio de 1902 em São Paulo, na Rua Sólón, 138, no bairro operário do Bom Retiro, tendo tido o protagonismo de Angelo Bandoni para sua consolidação. Como de costume diversas festas e palestras eram organizadas para a manutenção do espaço, e suas atividades eram divulgadas nos jornais operários. Em 1904, o jornal O Amigo do Povo divulga uma nota no seu numero 63, publicado em 26 de Novembro na qual falava sobre a Escola Libertária Germinal.

Há 15 meses que funciona com êxito verdadeiramente surpreendente no Bairro do Bom Retiro (Rua Solon, 138) uma escola elementar racionalista, para ambos os sexos. A praticabilidade e a rapidez dos métodos aplicados nesta escola souberam despertar tantos interesses e tantas simpatias que, hoje, um bom núcleo sempre crescente de homens de boa vontade assegura-lhe o material escolar para distribuir, gratuitamente, todo o ano, aos alunos e – com uma cota mensal de 500 réis a título de incitamento - permite reduzir o pagamento mensal de cada criança a 2\$500 réis. Quem duvide da superioridade do ensino libertário sobre quaisquer outros métodos, é convidado a visitar a nossa escola, das 9 horas ao meio-dia e da 1 às 3 da

tarde. Trabalhadores: Pensai no futuro de vossos filhos. (O Amigo do Povo, n° 63, 26/11/1904).

Percebe-se por essa nota a exaltação que se dava aos métodos libertários para educação no meio operário. Porém, esta escola teve diversos problemas, desde o financeiro até a falta de qualificação técnica dos professores, percebia-se a falta de preparo pedagógico e de embasamento teórico em alguns panfletos e documentos que apresentavam os objetivos da escola. Em 1903, criou-se uma Comissão Pró-Escola Libertária Germinal encarregada de angariar fundos para a escola, com uma forte atuação de José Reguera, mas mesmo com todo esforço em 1905 a Escola Libertária Germinal não consegue mais dar continuidade as suas atividades.

Mesmo com alguns esforços anteriores a 1906 para a efetivação de espaços libertários de educação, ainda é a partir do 1° Congresso Operário Brasileiro que as associações e sindicatos operários tomam para si a responsabilidade sobre a construção destes espaços. Percebe-se a partir dessa data uma grande proliferação de Escolas racionalistas de cunho libertário, diversas agremiações espalhadas por boa parte do território nacional, conseguiram dar cabo desta tarefa. Em Porto Alegre, por exemplo: existiu o Grêmio Instrutivo Eliseu Réclus, que juntamente com o Sindicato dos trabalhadores em madeira e o Clube Recreativo e Instrutivo 1° de maio, construíram entre os anos de 1907 e 1911, algumas escolas em bairros industriais. O Grêmio Instrutivo Eliseu Réclus conseguia inclusive manter a própria escola, segundo uma nota no jornal A Luta, em seu número 52 de 01 de Junho de 1910,

O Grêmio Instrutivo Eliseu Réclus, que tem por fim a instrução e a educação proletária, comunica aos operários desta capital que acham-se funcionando as suas aulas à Rua Conceição, n. 22. Lecionam-se as seguintes matérias: Primeiras Letras: Diariamente das 7 às 9 da noite. Português e aritmética: segundas, quartas e sábados das 8 às 9 da noite. Desenho: segundas, quartas e sextas das 8 às 10 da noite. Palestras: Domingos das 9 às 12 horas do dia. (A luta, n° 52, Publicado em 01/06/1910)

Apesar das escolas libertárias estarem sendo construídas por iniciativa do movimento operário, para especificamente dar cabo da educação dos filhos dos operários, as mesmas contavam com a apreciação de diversas pessoas, inclusive algumas de outras classes sociais. Na Escola Livre 1° de Maio, em Vila Isabel, bairro operário localizado no Rio de Janeiro, tinha-se como diretor, o operário Pedro Mattera, porém, contava com o apoio do estudante de medicina Vincente Wanderley, que tinha como tarefa, lecionar biologia.

Além desta, outra experiência educativa que conseguiu se manter por um tempo relevante, foi a Escola Social, que se localizava em Campinas, que era um grande centro industrial. Essa escola surgiu a partir da mobilização da Liga Operária local e foi dirigida por Adelino de Pinho, este

que viria posteriormente ser o diretor da Escola Moderna nº 2, na capital paulistana. Inaugurada em 1907, seguia a proposta da pedagogia Ferrer y Guardia, tinha como método a abolição dos exames e a extinção dos prêmios e castigos, seu objetivo era o processo do ensino e não necessariamente a avaliação. Havia inclusive a preocupação que os alunos da Escola Social, ao receber seu diploma, continuassem a aplicar seus conhecimentos no mundo do trabalho, tendo em vista que a Escola Social formava primeiramente para o alfabeto e em seguida para o trabalho. Almejava-se que os estudantes dessa escola não viessem a se tornar burocratas. Sobre isso Adelino de Pinho dizia,

Mas, retorquir-me-ão, o diploma dá vantagem, oferece probabilidades de se poder alcançar um emprego, de se poder deixar o trabalho manual, a oficina, a fábrica, a viver com menos esforços, com mais conforto, mais bem acomodado.

Sim, o diploma é a condição para concorrer a tudo isso, mas os trabalhadores devem cogitar em não fazer de seus filhos burocratas. Os trabalhadores devem esforçar-se sim, mas em fazer de seus filhos bons trabalhadores manuais, bem sábeis nos seus misteres, bem aptos em seus ofícios, capazes de viver trabalhando e lutando (...)

O trabalho é uma fonte perene, inexaurível de vida. (...) Ele é a mola propulsora de todo o progresso, de toda a civilização, de toda a felicidade. (Pinho, 1909, S/P)

Ao longo dos anos, diversas associações e sindicatos operários construíram suas escolas. A Liga Operária de Campinas construiu, em 1907, a Escola Livre; a Federação Operária de Santos, também em 1907, construiu a Escola Noturna e em 1912, criou a Escola União Operária de Franca; em Pernambuco, no ano de 1914, uma Escola Moderna foi criada pelos Operários da Construção Civil; em 1920, a União Operária em Fábricas de Tecidos mobilizaria a construção das Escolas Profissionais; no mesmo ano, os Operários em Fábricas de Tecido de Petrópolis fundaria a Escola Livre; assim como em 1921, a Liga da Construção Civil de Niterói criou a Escola da Liga da Construção Civil.

Ao final da primeira década do século XX, quando do fuzilamento de Francisco Ferrer y Guardia, pôde-se identificar um grande empenho dos militantes em busca da construção de mais uma experiência pedagógica, essa que viria a ser a experiência de maior expressão na história da educação operária, a mesma contava com uma estrutura bem organizada e com maior consistência teórica e ideológica. A proliferação das Escolas Modernas no Brasil teve grande peso na consolidação da educação do operariado. Além das Escolas Modernas nº 1 e nº 2, em São Paulo foram criadas também a Escola Moderna de São Caetano, dirigida por José Alves, em Cândido Rodrigues teve outra, dirigida por Elvio Nervi, a de Bauru foi mantida pelo professor e marceneiro

Joseph Jubert. Posteriormente a forte repressão obrigou diversos militantes anarquistas a se espalharem pelo Brasil, identifica-se na década de 1920 a criação da Escola Moderna do Pará, que tinha como referência o militante operário João Plácido.

Voltando a 1909, quando em 17 de Novembro, houve uma grande assembleia que deliberaria sobre a criação do Comitê Pró-Escola Moderna, composto por integrantes de diferentes correntes ideológicas e classes sociais, como: o guarda livros Leão Aymoré, o negociante José Sanz Duro, os industriais Dante Ramenzoni e Pedro Lopes, o artífice Tobias Boni e os jornalistas Luigi Damiani, Eduardo Vassimon, Edgard Leuenroth, Orestes Ristori e Neno Vasco, esses três últimos eram considerados anarquistas. Posteriormente uma comissão semelhante a esta foi estabelecida no Brás e contava com os nomes de Álvaro Moreira que era um proprietário; de Aniello Pasciullo que era negociante; Egistro Coli, que era um artista e da professora Ana Pasciullo.

O foco central desse comitê era a construção da Escola Moderna nº 1 (1912 a 1919), este Comitê tratou de providenciar os recursos econômicos para o funcionamento da escola. Algumas das formas encontradas para se levantar fundos para a fundação da escola foram a excursão que Orestes Ristori fez ao interior, realizando palestras e exibindo filmes em divulgação da iniciativa e distribuindo listas de subscrições em favor da Escola Moderna e a publicação de diversas palestras realizadas pelos simpatizantes do ensino racionalista e das costumeiras festas e peças teatrais.

Buscou-se também a instalação da escola em um prédio adequado, foram conseguidos os equipamentos necessários, o material didático adequado e ainda foi garantido que a escola não sofreria com a perturbação das constantes investidas policiais, além disso, houve a preocupação em entregar a direção nas mãos de alguém que tivesse a competência técnica para tal cargo, e se identificasse com o ideário libertário, tal perfil foi encontrado na figura de João Penteado. Ele obteve inclusive a licença do Diretor Geral da Instrução Pública do Estado para a instalação e funcionamento da escola. Foi produzido um documento, com as “Exposições de motivos feitas pelo Comitê e dirigida a todos os homens emancipados” (A Terra Livre, 1910 apud Luizetto, 1986), nesse documento nota-se o acúmulo de conhecimentos sobre a questão da revolução social e da educação por parte dos integrantes do Comitê. Esse documento explicava o desejo que a Escola Moderna tinha de

Libertar a criança do progressivo envenenamento moral que por meio de um ensino baseado no misticismo e na bajulação política, lhe comunica hoje a escola religiosa ou a do governo; provocar, junto com o desenvolvimento a inteligência, a formação do caráter, apoiando toda concepção moral sobre a da solidariedade; fazer do mestre um vulgarizador de verdades adquiridas a livrá-lo das peias das congregações ou do Estado, para que sem medo e sem restrições lhe seja possível ensinar honestamente, não falseando a história e

não escondendo as descobertas científicas {...} Enfim, a Escola Moderna propõe-se fazer da criança um homem livre e completo, que sabe porque estudou, porque refletiu, porque analisou, porque fez a si mesmo uma consciência própria e não um dos tantos bonecos laureados por repetirem como fonógrafos as verdades de Moisés e para se curvarem sem dignidade ao Direito Romano (A TERRA LIVRE, 1910 apud LUIZETTO, 1986, s/p).

A disponibilidade de recursos para a escola demonstrava o caráter variado da composição socioeconômica do Comitê, a inclusão de pessoas de outras classes além das classes populares, que se identificavam com a proposta da pedagogia ferrerista, facilitou a resolução de problemas de cunho financeiro, como por exemplo: em 1918, a escola passou por graves dificuldades, obrigando João Penteadó a pedir auxílio a diversas instituições, e sendo atendido por elas, mas sempre mantendo a autonomia política e filosófica da escola. Porém, as tradicionais festas, conferências, quermesses entre outras táticas para arrecadar fundos, não foram abandonadas.

Mediante tantos esforços do comitê supracitado, em 13 de Maio de 1912, foi fundada a Escola Moderna nº 1, na cidade de São Paulo, instalada no bairro de Belenzinho, inicialmente na Rua Saldanha Marinho, 66 e a partir de 1915 na Rua Celso Garcia, 262 e que durou até 19 de Novembro de 1919. Servindo de base para as futuras atividades educacionais do movimento em São Paulo e, assim como já falamos anteriormente, foi dirigida por João Penteadó em quase toda sua existência (menos no ano de 1917, quando se ausentou da cidade e quem ocupou o seu posto foi o militante anarquista Florentino de Carvalho). Enquanto a Escola Moderna nº 2 se encontrava na Rua Muller num primeiro momento e depois na Rua Oriente.

Na Escola Moderna nº 1 eram oferecidos os cursos primário, médio e adiantado, no período diurno, de 11h e 30 minutos às 16h e 30 minutos e no noturno, de 19 h às 21 h. O curso primário ministrava as disciplinas: Aritmética, Rudimentos de Português, Caligrafia e Desenho; o curso médio ministrava: Gramática, Aritmética, Caligrafia, Desenho, Geografia e Princípios de Ciências; o adiantado ministrava: Datilografia, Desenho, Caligrafia, Geometria, História, Noções de Ciências Físicas e Naturais, Geografia, Aritmética e Gramática. O jornal A Plebe de 1917 informava que havia cursos de trabalhos manuais: Costura, Bordado, etc.

Mesmo com o dinheiro levantado inicialmente pelo Comitê, viu-se a necessidade de uma cobrança mensal para a manutenção da escola, conforme o curso no qual o aluno se encontrava matriculado, a mensalidade variava entre \$3, \$4, \$8. As listas de subscrição também eram utilizadas, sabe-se de duas, uma em italiano, chamando os trabalhadores a contribuírem com o equivalente em dinheiro a um dia de trabalho, e outro em português, que convidava os simpatizantes da proposta a contribuírem com algum valor mensal de acordo com as posses do contribuinte.

Como de costume nessas experiências educativas, e seguindo os pressupostos da importância dada ao caráter pedagógico conferido pelos operários aos periódicos, os alunos da Escola Moderna nº1 tinham seu próprio jornal, denominado de “O Início”, era bem modesto, porém bem caprichado. A ideia de João Penteadado com esse jornal era justamente estimular a prática da solidariedade e da ajuda mútua com base na cooperação entre os alunos. A responsabilidade de Redator Secretário era do aluno Aníbal Galo e a Comissão de Redação era composta pelos alunos: Abílio Bento, Samuel de Souza e Virgínia Cezare.

A proposta do jornal era publicar e divulgar os trabalhos produzidos pelos alunos, e os acontecimentos da própria escola, como quermesses, reuniões, ou outras atividades. Os próprios alunos se responsabilizavam pelo custeio do jornal, recebiam ajuda de outras pessoas também, como explica uma nota no segundo número do jornal:

Concorreram para a publicação do presente órgão as seguintes pessoas: prof. José Jubert, que dirige a Escola Moderna de Bauru, 6\$000; Abílio Bento, \$2000; Edmundo Mazzone, \$600; Pedro Passos, \$600; Antonieta Galiano \$300; Antonieta Morais, \$200; Domingos Passos \$100; Bruno Bertolaccine \$200; Virgínia Cezare, \$400 [todos alunos da escola]; Sargento Albano 1\$500 – Total – 9\$900. (O Início, nº2, publicado em 04/09/1915)

No primeiro número da publicação percebe-se a pretensão de que saísse uma publicação mensal, porém, com todas as dificuldades, foi possível apenas a publicação de três números. O primeiro, em 5 de Setembro de 1914; o segundo, em 4 de setembro de 1915 e o terceiro, em 19 de Agosto de 1916.

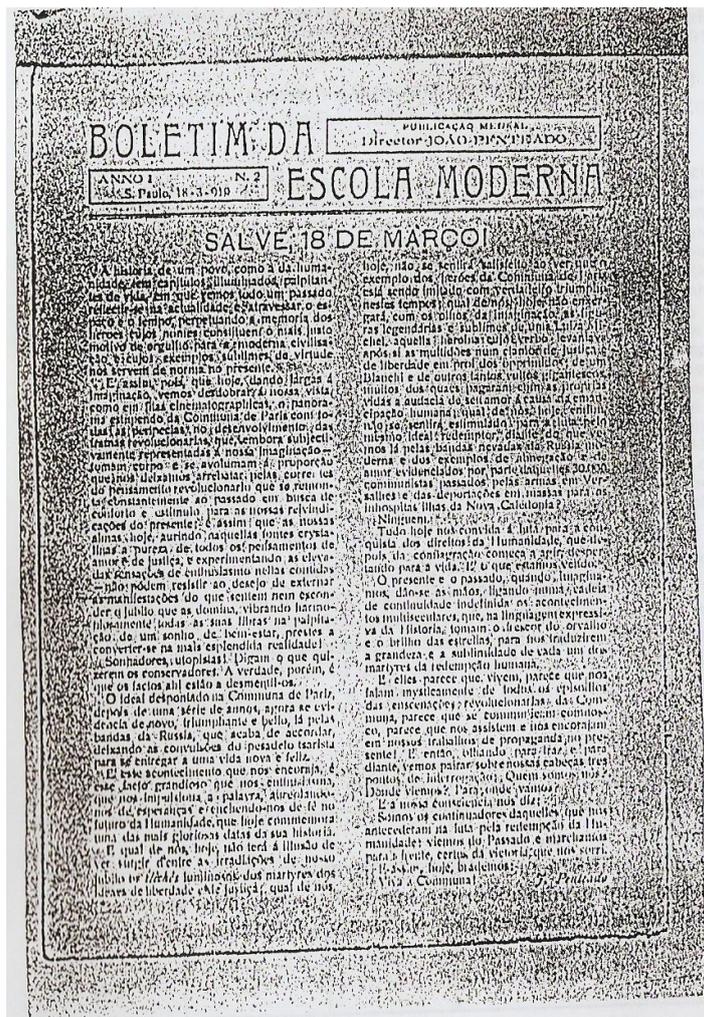


“O Início” publicação de 19 de Agosto de 1916. Fonte: Acervo Pessoal.

Outra publicação da escola foi o Boletim da Escola Moderna, esse dirigido pelo próprio João Penteadó, cessando de vez a publicação de O Início, tendo em vista o alto custo para o sustento de duas publicações. A proposta do Boletim era fazer a propaganda da iniciativa educacional dos anarquistas e, assim como O Início, também tinha a pretensão de ser uma publicação mensal, porém tiveram apenas quatro números publicados, sendo que o terceiro e o quarto foram publicados de uma só vez. Nos Boletins eram publicados dados quantitativos da escola, como por exemplo, balancetes financeiros, lista de alunos, frequência dos mesmos, dias letivos, entre outros. Mas em sua maior parte foram publicados textos com conteúdos teóricos sobre a proposta educacional da Escola Moderna n° 1.

No primeiro número do boletim, foi publicado o texto “Racionalismo Humanitário” de Ferrer y Guardia, texto que resumia as ideias racionalistas para a educação deste autor, e uma nota de elogio assinado por Pinho de Riga – possível pseudônimo de Adelino de Pinho. O segundo número teve como texto de primeira página, “Salve 18 de Março”, de João Penteadado, falando sobre a Comuna de Paris, assim como um breve artigo de Beato de Azevedo intitulado “A passos largos”, falando sobre como a sociedade caminhava para o ideal propalado por Ferrer y Guardia.

Os números 3 e 4 do Boletim da Escola Moderna foram publicados juntos, em 1º de maio de 1919, totalizando vinte oito páginas, constava na primeira página, um longo texto de Edmundo de Amicis, intitulado de “Salve 1º de Maio”, logo em seguida um artigo de Adelino de Pinho e um texto de Elmano de Andrade, ambos sobre a defesa da Escola Moderna, em outra página, um pequeno texto de Astrojildo Pereira, com nome de “Lição Fecunda”, traçando um paralelo entre os caminhos de luta e de morte injusta de Ferrer y Guardia e Tiradentes. Na página 6, um conto de João Penteadado, “O Dinheiro”. Neste Boletim é publicado também um texto de Reclús sobre a evolução, “Tudo Muda” e uma nota de Álvaro Palmeira, “Missão social da escola”.



Boletim da Escola Moderna em Flávio Luizetto, retirado de O Movimento Anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna n° 1 (1912-1919), Revista Educação e Sociedade, N°24. Ago 1986 – Cortez Cedes/ SP, p. 40.

Entre os pertences de João Penteadó foi encontrado um inventário, que era um texto escrito nas páginas do caderno de um ex-aluno, Cesário Cavassi,

Entre os 59 itens assinalados, constam: 1 projectoscópio, 1 giroscópio, 1 coleção de sólidos, globos geográficos, manuais de botânica, mineralogia, química, astronomia, zoologia, dicionário (C. Figueiredo), livros de gramática histórica e expositiva, vários atlas geográficos, atlas zoológico, vários mapas, cadernos de caligrafia, livro de ginástica, material para ginástica (barra fixa), material para recreação (balanço), cadeiras, mesas, 27 carteiras, estantes e, naturalmente, um retrato de Francisco Ferrer. (LUIZETTO, 1986, s/p)

Dentro da rotina escolar existiam as praticas de “exercícios epistolares”, descrições e excursões, dando ênfase à questão da leitura e escrita e a comunicação entre as crianças. Todas as atividades sempre focavam o crescimento intelectual dos alunos. Inclusive com espaços dentro dos periódicos para publicações dos próprios alunos sobre os mais diversos assuntos, inclusive os de cunho sociais e políticos, como sobre a guerra.

A Guerra Européia – Um desses dias conversava eu com um dos meus amigos sobre a guerra, e ele me perguntou:

– Qual é a tua opinião sobre esta guerra infernal?

– Eu, meu querido amigo, que queres que eu te diga? O meu desejo é. Em primeiro lugar, acabar com esses governadores, imperadores, reis e finalmente com burgueses de todas as classes, que são os causadores desta monstruosa catástrofe, na qual tantas pessoas inocentes morrem deixando suas famílias num mar de tristeza e desconsoações, como por exemplo acontece às famílias desses que foram d'aqui para aquele tremendo matadouro. Deixaram aqui mulheres e filhos na mais espantosa miséria. E por quê? Para que? Para defender o que? - nada! ... Somente para morrerem como cães naquele matadouro infernal, onde sucumbem milhares e milhares de seres humanos por causa desses vagabundos de que te falei.

Esta é minha opinião.

São Paulo, 9 de Agosto de 1916.

João Bonilha, (16 anos) (O Início, nº3, 19/08/1916)

A partir desse texto fica perceptível o grau de criticidade desenvolvido pelos alunos da Escola Moderna nº 1, deixando evidente que se consolidava de forma prática a defesa das escolas feita pelos militantes operários sobre a necessidade de se tomar as rédeas da educação dos filhos dos operários. Importante frisar que filhos de militantes como Edgar Louenroth, como: Nilo e Germinal Louenroth também foram alunos desta escola.

A seguir exponho um quadro com a relação quantitativa dos alunos matriculados em seus respectivos turnos, de 1914 a 1919 (devido à falta de material, não foi possível montar esse quadro contando a partir da fundação da Escola Moderna nº 1, em 1912). Este quadro demonstra o

crescimento da escola, e como, de certa forma, repercutiu entre as classes trabalhadoras.

ANO	DIURNO	NOTURNO	OUTROS CURSOS	TOTAL
1914	34	—	—	34
1915	36	18	—	54
1916	37	19	—	56
1918	45	24	17	86
1919	48	16	8	72

Quadro de relação de alunos matriculados em Flávio Luizetto, retirado de O Movimento Anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna nº 1 (1912-1919), Revista Educação e Sociedade, N°24. Ago 1986 – Cortez Cedes/ SP, p. 42.

O fim da experiência da Escola Moderna nº 1 foi em 1919, quando diversas outras escolas libertárias também foram fechadas. Neste ano, por ordem do Diretor Geral da Instrução Pública do estado de São Paulo, Oscar Thompson, João Penteadado recebeu um ofício que comunicava a cassação da autorização de funcionamento da Escola Moderna nº 1, inclusive intimando-o a fechar também a Escola Moderna nº 2, que estava instalada na Rua Maria Joaquina nº 13 e tinha como diretor Adelino de Pinho. A justificativa para o fechamento era que essas escolas descumpriam o artigo 30 da lei 1.579, que tratava das normas gerais para a concessão de licença para funcionamento de estabelecimentos de ensino particulares, porém ignorando os artigos 31 e 32 da mesma lei, que definiam a aplicações de penas mais brandas antes da proibição definitiva do funcionamento escolar.

Uma situação que contribuiu para essa repentina preocupação do Estado com as Escolas Modernas foi uma explosão, em 19 de outubro de 1919, em uma casa da Rua João Boemer nº 305. Segundo as investigações policiais nessa casa residia José Prol, e no momento da explosão estavam com ele Belarmino Fernandes, Joaquim dos Santos Silva e José Alves, este último diretor da Escola Moderna nº 3, todos tidos como anarquistas, e segundo a polícia a explosão se deu devido a um acidente enquanto aqueles manipulavam material explosivo no intuito de algum atentado terrorista. Além disso, a partir de 1915 a conjuntura política adquire um forte tom nacionalista e a República começou a investir na escola como uma instituição que deveria passar esse valor.

Ao receber a intimação, João Penteadado recorreu tanto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual não obteve resposta positiva, quanto ao Supremo Tribunal Federal, onde mesmo contando com o apoio do ministro Sebastião Lacerda, teve sua tentativa frustrada pela negação do Supremo ao seu

Habeas-Corpus, fazendo-se valer a vontade da burguesia e da Igreja.

O movimento anarquista e operário foi fortemente perseguido e reprimido tanto pelo Estado (fazendo uso das forças de repressão, prendendo, deportando e assassinando seus militantes), quanto pela Igreja. Como exemplo, segue um escrito publicado no jornal A Gazeta do Povo no ano de 1910, retirado do livro A Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira de Neiva Beron Kassick e Clovis Nicanor Kassik, publicado no ano de 2004:

(...) todo o mundo já sabe que em São Paulo trata-se de fundar uns institutos para a corrupção do operário, nos moldes da Escola Moderna de Barcelona, o ninho do anarquismo de onde saíram os piores bandidos prontos a impor suas idéias, custasse embora o que custou. Ora uma tal casa de perversão do povo vai constituir um perigo máximo para São Paulo. E é preciso acrescentar que não somos só nós, os católicos, que ficaremos expostos á sanha dos irresponsáveis que saíssem da Escola Moderna. Brasileiros e patriotas, havemos todos de sentir o desgosto uma vez realizados os intuitos da impiedade avançada, de ver insultada a pátria, achincalhadas as nossas autoridades, menosprezadas as nossas tradições de povo livre, por estrangeiros ingratos que abusam do nosso excesso de hospitalidade e tolerância. (...) A escola Moderna vai pregar a anarquia, estabelecer cursos de filosofia transcendental, discutir a existência de Deus e semear a discórdia... Depois, será a dinamite em ação. (KASSICK e KASSICK, 2004, p.39-40)

A derrocada da Escola Moderna, apesar de ser um capítulo trágico na história da educação libertária e popular no Brasil, serviu para deixar claro as diferenças entre os diversos grupos que atuavam no campo educacional nessa época. Grupos pequenos burgueses como aqueles que constituíram as Ligas Nacionalistas, diziam ter interesse na extinção do analfabetismo entre os trabalhadores, mas na verdade, o principal intuito era garantir a dominação sobre a educação dos trabalhadores, enquanto que o movimento operário buscava a emancipação dos trabalhadores.

Devido à grande repressão, muitos registros se perderam, por isso ainda há algumas dúvidas sobre como se dava o funcionamento da Escola Moderna no Brasil. Porém, não podemos duvidar do caráter revolucionário de tais experiências, o que nos traz a esperança no processo educacional e a certeza de que é possível mesmo dentro de um sistema corrompido como o do capitalismo, a construção de uma Escola que forma o ser em toda sua totalidade, ou seja, de forma integral.

Ainda na atualidade percebe-se que assim como no século XIX e início do século XX a mídia de massa (ou mídia burguesa) é utilizada para naturalizar na sociedade a repressão a qualquer tipo de movimento que busque romper com a exploração promovida pela burguesia e consolidada pelo Estado. Vê-se que o Estado, controlado e dirigido pela burguesia faz uso de fortes estruturas e instituições construídas com fins ideológicos para se manter na condição de dominante, alienando e

oprimindo o povo cada vez mais. E a Escola é tida como uma das instituições mais eficazes do Estado para esse fim.

Capítulo 4

A Educação como instrumento revolucionário

Em nossa pesquisa descobrimos algumas obras que nos fez avançar e dar prosseguimento a nossos estudos. Aprofundamos nossa compreensão sobre as experiências de educação formal e não formal. Concluimos que o ato de educar deveria possibilitar a formação de seres críticos e reflexivos, mas infelizmente, na prática, constatamos que o processo educacional não tem sido estruturado para cumprir esse objetivo.

Observamos que no sistema social vigente, a educação¹⁵ é utilizada como instrumento de manutenção do status quo, sem se preocupar com a construção da consciência crítica, sua intenção tem sido apenas formar o ser produtor e principalmente consumidor, com a intenção de inseri-lo no mercado de trabalho e moldá-lo para o sistema do capital.

A prática educativa mantém os valores do modo de produção capitalista e seu principal objetivo é conservar a maioria da população alienada. Daí decorre uma educação elitizada, sem a qualidade necessária para a formação complexa. A maioria da população recebe uma educação superficial, acrítica, que forma seres apáticos e reprodutivistas sem a reflexão sobre sua condição de oprimido.

Quando falamos em educação nesse sentido, direcionamos nossa fala para a questão dos espaços construídos para a função de disseminar os conhecimentos construídos socialmente. Sendo assim, levando em consideração a questão da educação escolar, percebemos que ainda nos tempos de hoje a escola é vista como o principal espaço onde perpassam os conhecimentos social e historicamente produzidos. Há diversas discussões sobre o como ensinar, inclusive discussões progressistas, com propostas diferenciadas sobre as diferentes formas de ensinar, porém o debate sobre a real utilidade da instituição escola e da educação, em nossa sociedade, é muitas vezes, colocado em segundo plano.

Não pretendemos nesta dissertação reduzir a questão da educação somente ao seu sentido escolar, porém, é importante frisar o papel que tal instituição cumpre para a consolidação de cada projeto societário. Sempre que se pensa em uma proposta de organização da sociedade, se pensa em como formar pessoas aptas a viver e conviver com base nos princípios de cada projeto ideológico de sociedade. Dessa forma se faz necessário refletir sobre a construção de espaços de educação que vão viabilizar a formação desses sujeitos, e até o atual momento histórico, a escola vem sendo tal

¹⁵ Enquanto instituição Escola.

espaço, não pelo seu caráter meramente conteudista, ou seja, de disseminar os conteúdos dos conhecimentos que foram construídos pela humanidade até aqui, mas por ser um espaço específico para a reflexão sobre o ensinar e o educar, no qual a formação e a transformação são postas em cheque a todo o momento.

Sobre a educação de uma maneira geral, compreendemos que o processo educativo se dá em todas as relações humanas, tanto do sujeito consigo mesmo, tanto com outros sujeitos e com o meio em que habita. Da mesma forma que o processo educativo, as relações de poder também estão inseridos no cotidiano de qualquer sujeito e faz parte da consolidação de qualquer ser humano enquanto sujeito. Dessa forma, tais relações devem ser compreendidas em sua dialogicidade com o processo educativo, pois ambas estão intrinsecamente vinculadas com o que cada sujeito se tornará.

Refletindo sobre um projeto societário fundamentado na ideologia anarquista, as relações de poder devem ser questionadas em busca da construção de relações horizontais que não permitam a submissão de um pelo outro. A construção coletiva da liberdade nada mais é do que a percepção de cada sujeito para com a complexidade do que é ser livre e a tomada para si da responsabilidade que é garantir a sua própria liberdade tal como a dos que estão ao seu redor, ou seja, as relações de poder vão gradativamente diminuindo de intensidade conforme cada sujeito vai percebendo a sua responsabilidade para com a manutenção da sociedade enquanto coletivo solidário e igualitário.

É na construção dessa liberdade que se encontra o máximo grau de educação na perspectiva libertária. A formação de sujeitos que estejam aptos a construir a liberdade em cada momento, ou seja, que tenham total clareza dos princípios da solidariedade, para que dessa forma possa fazer do apoio mútuo, prática comum e recorrente em sua vida, e da igualdade, para que dessa forma possa compreender que mesmo com as especificidades e vontades individuais de cada sujeito individual, todos são iguais enquanto sujeitos coletivos, sendo assim, todos têm as mesmas responsabilidades e compromissos com a manutenção do bem estar de todos os que convivem na sociedade.

Para consolidar a educação necessária à formação de sujeitos aptos a viver na sociedade anarquista, se faz necessário superar os princípios da sociedade capitalista, ou seja, refletir sobre as possíveis formas de transmitir aos sujeitos os princípios libertários, mesmo tendo que enfrentar os valores vigentes no capitalismo.

Compreende-se que o processo educativo deve ser por essência, um instrumento fundamental na luta pela transformação social, logo, a escola é um dos espaços que se propõe a ser o catalizador dos conhecimentos socialmente construídos pela humanidade e um local onde se pode construir uma nova moralidade¹⁶, ou seja, a educação pode ser um instrumento para a transformação social, assim ela pode participar de um projeto revolucionário. Porém, no contexto do capital, por

¹⁶ Moralidade enquanto conjunto de princípios e valores ao qual cada sujeito fundamenta suas reflexões e ações.

mais progressista que seja a prática educativa de alguns/mas educadores/as, a educação transformadora somente se efetivará se for desconstruído o sistema educacional que serve a lógica do capital. Assim, para pensar em práticas educativas escolares transformadoras, deve-se ter a consciência sobre o que se quer transformar e principalmente para que se quer transformar. Só assim, pode-se pensar em utilizar a educação como um instrumento revolucionário.

A sensibilidade sobre a questão educacional esteve presente ao longo da história das lutas das classes populares. Pudemos ver, ao longo deste trabalho, como houve a constante preocupação do movimento operário com a educação. O pensamento anarquista, nas primeiras décadas do século XX, exerceu forte influência na organização dos sindicatos e também na questão educacional, pois considerava a educação uma estratégia de politização das classes populares. Para a disseminação do ideal anarquista precisava-se de um operariado letrado, para que este tivesse acesso aos textos de propaganda revolucionária.

Dessa forma, a questão educacional foi muito presente no meio anarquista. Podemos afirmar que o anarquismo trouxe uma importante contribuição para o movimento operário no Brasil, porque contribuiu para o avanço da consciência dos trabalhadores, pois sua preocupação educacional possibilitou oferecer ao operariado acesso a educação e, conseqüentemente ao conhecimento social e historicamente acumulado, o que incentivaria a formação da consciência crítica e a politização.

Este tipo de estratégia era fundamental porque a classe dominante percebeu que controlando o sistema educacional de massa por intermédio da construção de escolas, controlaria também os valores e os conhecimentos que seriam inculcados no meio social, ou seja, se definiria um tipo de cidadão para estar apto a atuar em um determinado tipo de sociedade.

Segundo Gallo,

a luta de classes está presente também no processo educacional, e se é verdade que a instrução é de certo modo utilizada pela classe dominante para manter-se em uma posição de supremacia no contexto das relações sociais de poder e de dominação, enfraquecendo as ações revolucionárias das classes menos favorecidas e fortalecendo-se a si própria, não é menos verdade que as classes ascendentes são sensíveis a isso, e procuram conquistar e alargar brechas neste sistema educativo, como maneira de consolidar sua ascensão e posterior domínio (GALLO, 1995, p. 29).

Dessa forma percebe-se que a Escola é utilizado pela burguesia como um espaço eficiente de conformação dos trabalhadores. Sendo assim, para que haja de fato uma mudança na estrutura social, se faz necessário uma mudança radical no sistema educativo, este deve ser construído com base na proposta de sociedade que se quer vivenciar.

A Escola na perspectiva libertária tem como propósito contribuir para a formação de pessoas aptas a atuar e conviver em uma sociedade diferenciada, que possibilite a “abolição da exploração e opressão, da propriedade privada e do Estado, mas também [instaurasse] uma sociedade autogestionária e solidária” (MORYÓN, 1989, p.). A proposta das mesmas é educar para a revolução, seguindo os princípios de Pelloutier “Instruir para Revoltar”, porém nunca perdendo o entendimento que também é necessário atuar concomitantemente na mudança do meio social por outras vias. A mudança do sistema escolar deve ser feita juntamente com a mudança do sistema social.

Moryón diz que

não há uma educação neutra e todo projeto pedagógico que se preze deve ser articulado numa escala de valores que lhe dêem coerência e que se reflitam não só em grandes declarações de princípios, como também na vida cotidiana e na própria organização da escola. Pois bem, a chave dessa escala de valores seria, no caso dos anarquistas, a solidariedade, a partir da qual se poderiam entender melhor outros temas importantes como o antiautoritarismo, a liberdade, ou a integralidade do projeto pedagógico. (MORYÓN, 1989, p.27).

Percebemos assim o caráter revolucionário que a escola cumpre dentro do que se entende enquanto educação segundo a perspectiva dos anarquistas. A escola na perspectiva dos libertários deve servir como aprendizado não somente para as crianças, mas para todos que nelas atuam, pois ela não dissocia a teoria da prática, assim como não podemos falar de ajuda mútua e solidariedade sem agir em sua vida cotidiana seguindo esses preceitos fundamentais para a mudança da estrutura social. Essa escola segue o princípio da educação integral, trabalhando a formação artística, física, moral e intelectual do ser, ou seja, deve formar um sujeito pleno, que siga uma ética libertária.

Ainda hoje, tem-se no âmbito dos movimentos sociais, o debate sobre o papel da escola na sociedade, todos os movimentos de esquerda concordam que a escola tal como está estruturada atualmente visa à segregação entre as classes, tendo em vista a diferenciação que é dada na construção e manutenção das escolas para atender aos filhos das diferentes classes sociais. A escola vem perpetuando uma educação compartimentada e descontextualizada, principalmente para as crianças das classes populares. Nesta escola a realidade, muitas vezes, é apresentada de forma alienada, distanciada da curiosidade e criatividade das crianças, para que dessa forma, possa atender a um programa educacional imposto pelo Estado, além disso, muitas escolas públicas e estatais enfrentam o descaso e estão sucateadas, para que dessa forma se facilite sua privatização. Devemos lembrar que o sistema público estatal de Educação Básica, atualmente, atende as classes populares,

então podemos refletir que tipo de educação este sistema público/privado oferecerá para as classes populares, provavelmente a intenção é formar trabalhadores dóceis e obedientes.

Assim, a educação é uma importante estratégia propulsora da formação de sujeitos revolucionários. É necessário que as classes populares participem da construção de um processo educacional que efetive alguma mudança na estrutura organizativa da sociedade, exemplo disso foi o caso das Escolas Modernas e Racionalistas no Brasil. Porém, é preciso lembrar que a educação vai além dos espaços escolares, por isso se faz mister criar um novo processo educativo.

O movimento Anarquista tem consciência que a escola sozinha não faz a revolução, porém uma revolução não seria possível sem uma mudança profunda na educação das crianças e do operariado, por isso os anarquistas começaram a debater sobre como deveria se constituir uma educação (dentro e fora das escolas) que seguisse os princípios de: autogestão, solidariedade, ajuda mútua e desconstruísse as relações de poder autoritário, para que dessa forma trouxesse uma nova mentalidade para o povo, que passaria compreender sua condição de oprimido e explorado e não mais se submeteria a tal situação.

Até mesmo no senso comum construído pela burguesia há o discurso da importância da educação para o operário, mas na perspectiva burguesa liberal, essa importância se daria somente compreendendo a educação no seu sentido escolar, e tal como um degrau para a ascensão social, desconsiderando o caráter de construção do princípio da igualdade, inclusive fortalecendo a noção de que a sociedade deve ser dividida em classes.

Segundo Gallo,

na perspectiva do proletariado, a educação continua a ser um fator importante, seja para sua libertação da condição de dominado em um sistema social de exploração, através de uma transformação da sociedade – ao que poderíamos chamar de aspecto revolucionário-, seja para a ascensão social de alguns de seus membros (lembramos para isso que o liberalismo burguês coloca como um importante meio de ascensão social)- ao que chamaríamos de aspecto reformista (GALLO, 1995, p. 30).

Há unanimidade entre o pensamento dos movimentos de esquerda que a educação tal como está hoje não serve a um propósito revolucionário, porém, há divergência entre esses movimentos sobre como deveria se efetivar o processo educativo para alcançar tal fim, sobre isso novamente trago o pensamento de Silvio Gallo, que diz:

a perspectiva anarquista [...] diferenciou-se radicalmente das demais teorias educacionais socialistas, que de modo geral ou exigiam do Estado Burguês uma reforma educacional que beneficiasse o proletariado, ou então propunham táticas de trabalho revolucionário dentro do próprio sistema burguês, levando-o a uma gradual transformação. Os projetos anarquistas, coerentes com a idéia de que o

proletário deve conquistar ele próprio a sua liberdade, com o princípio proudhoniano de que a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra deles mesmos, criticou implacavelmente a perspectiva ideológica de reprodução social da educação oferecida pela burguesia na qualidade de classe dominante, rejeitando sumariamente qualquer proposta de educação oferecida pelo governo, ou que devesse, mesmo que em última instância, ser mantida pelo Estado (GALLO, 1995, p.31).

Entre os movimentos que buscam a reflexão e sistematização de novas propostas educacionais há divergências, pois discordam sobre que tipo de estrutura social que deverá ser construída e como se dará esse processo. A disputa entre os diversos movimentos, tanto de direita, quanto de esquerda, em relação a como deve se pensar o processo educacional nos traz a certeza de que a instituição escola cumpre um papel imprescindível e é uma importante estratégia de consolidação e desconstrução do poder instituído.

Na perspectiva dos anarquistas, a escola deve cumprir um papel diferenciado, que não perde o caráter de construção de valores, mas esta construção não se dá de forma impositiva, são valores construídos conjuntamente, os conhecimentos trabalhados e desvendados são construídos como um processo autônomo, respeita-se a criatividade e a curiosidade do educando, o educador tem o papel de mediar e facilitar o acesso do educando as formas de buscar e ampliar seus conhecimentos, não dissociando assim o saber científico da realidade do educando. Busca-se construir um conhecimento crítico, contextualizado e integral. Pensando na construção da liberdade como meio e fim do processo educativo.

Sendo a construção da liberdade o meio e o fim do processo revolucionário, deve-se ter clareza da responsabilidade do que é ser livre. O intuito da educação proposta pelo movimento libertário é justamente preparar o ser para a liberdade. Este ser livre tem responsabilidade para com o coletivo, por isso a solidariedade é um valor imprescindível.

Enquanto que a educação do mundo capitalista frequentemente serve para consolidar valores individualistas, com o intuito de manter um sistema que produza lucro, a educação anarquista busca construir um sistema mais justo e igualitário.

Os anarquistas, desde o final do século XIX fizeram uma discussão bastante rica sobre as práticas educativas e as concepções pedagógicas. Essa discussão chegou ao Brasil, tanto que foram criadas várias Escolas Modernas no Brasil, inspiradas no modelo criado por Ferrer y Guardia, na Espanha. Os anarquistas brasileiros combateram a profunda desigualdade no processo educacional e defenderam um novo tipo de educação, com a finalidade de preparar os estudantes para o trabalho e também incentivar a militância. Respeitavam a liberdade da criança e do adulto, a independência e espírito crítico.

Pode-se perceber que os intelectuais da pedagogia libertária buscavam instaurar uma nova mentalidade no processo educacional, travavam lutas contra a desigualdade e pela emancipação do homem. Defendiam uma educação transformadora. Buscavam enfrentar o processo de dominação e criaram instituições escolares formais e não formais que desenvolveram uma proposta que possibilitou a formação plena do homem, a partir de uma nova mentalidade. Tinham a intenção de começar o processo de combate à visão subalterna de mundo e proporcionar uma visão racional e crítica para desenvolver a sociedade de forma livre.

Os anarquistas pensaram diferentes modalidades de ensino para suprir a demanda educacional da classe operária da época. Nos diferentes espaços educacionais os militantes educavam-se plenamente entre si, contribuía no processo de alfabetização um dos outros e também aproveitava-se para apresentar os valores de uma sociedade anarquista, mostrava a importância da revolução social e política para se alcançar um novo tipo de organização social mais igualitária e justa. Percebemos que os anarquistas estavam preocupados em combater a desigualdade e a questão da dualidade educacional, ou seja, a existência de um tipo de instrução para as classes privilegiadas e outra para o operariado, por isso lutavam por uma educação complexa que preparasse os operários para ler, escrever e contar, como também os preparava para se educarem política e socialmente. São os anarquistas que lutam pioneiramente para uma educação integral. Acreditavam que não deveria existir uma classe social que sobrepujasse outra em termos de conhecimento.

Como analisamos nesta dissertação, os anarquistas, em seu processo educativo, valorizam a solidariedade e a liberdade. A ação humana deve ser permeada de ações solidárias, pois o sistema social libertário visa à autogestão, a coletivização dos meios de produção e a extinção da hierarquia. A educação é tratada como um processo amplo, assim ela pode ser ministrada em diferentes espaços como: Centros de Estudos, Sindicatos e outros espaços educacionais. Principalmente no que tange a questão dos jovens e adultos, estes convivem com a oficina e com as indústrias e esses lugares devem ser transformados em espaços educativos, visto que, a educação deve ter como uma das suas consequências a preparação para que todos estejam aptos a produzir, visto que, com a construção da sociedade igualitária, não haverá mais os que produzem e os que lucram, todos deverão produzir e desfrutar da produção coletiva.

Além de espaços especificamente educativos, há de se ter em mente que o próprio processo de luta revolucionária também se faz um espaço educativo. A atuação das classes populares na transformação social contribui para sua autoformação.

Marc Pierrot coloca que

a ação é, com efeito, o melhor meio de educação do proletariado; ela faz a educação dos sentimentos e a educação das ideias. Exalta a coragem e o sentimento de dignidade individual, desperta as energias. Ela assegura o desenvolvimento moral e intelectual dos indivíduos (PIERROT apud LENOIR, 2007, p. 51).

O processo educativo e revolucionário é dialético, pois que, a ação revolucionária educa, e a educação na perspectiva libertária, constrói a ação revolucionária, sendo assim, tanto os espaços especificamente educativos quanto o dia a dia da luta dos trabalhadores contribuem em mesmo grau de importância para a consolidação da construção do mundo novo, igualitário e libertário.

Assim, segundo Lenoir

Educação e sindicalismo revolucionário estão indefectivelmente ligados em um mesmo projeto, aquele de uma classe operária cultivada, porque emancipada, emancipada porque cultivada. Trata-se, em todas as circunstâncias, de restituir ao operário o acesso a Ciência de sua infelicidade para que dela se apodere, revire-a e faça dela o instrumento da transformação social e de sua felicidade. (LENOIR, 2007, p. 79)

A atuação cotidiana na luta pela transformação social toca o sentimento do trabalhador, tal como no passado, o trabalhador ainda é explorado, as formas de se oprimir as classes operárias se transformam, mas não cessam, e nem cessará, não por meio da vontade da burguesia. O fim da opressão do homem pelo homem será obra do trabalhador organizado, em luta aguerrida contra seus opressores, e em meio a essa luta, na conscientização da condição de oprimido se faz presente o processo educativo, assim como na constante formação e transformação das novas mentes que nascem no seio do operariado sofrendo toda sorte de opressões e que se não forem acolhidos por esse mesmo processo educativo que lhes possam permitir desenvolver-se em toda sua plenitude humana, todas suas curiosidades, todas as suas faculdades e sentimentos, estarão fadados a reproduzir todas as imposições que lhe são colocados pelo capitalismo. Dessa forma, se faz necessário a contínua e árdua luta em todos os espaços, desde as barricadas com pedras e paus até as que se travam com livros, lápis e papel.

4.1 – A EDUCAÇÃO, A CONSCIÊNCIA DE CLASSE E O SUJEITO REVOLUCIONÁRIO.

Percebemos ao longo desse texto, que o pressuposto básico na consolidação do processo de luta da classe operária do Brasil no início da industrialização se deu pela compreensão que os operários tiveram da necessidade de se organizar enquanto classe, para garantir dentro do processo de luta de classes, as condições mínimas necessárias para manterem-se vivos e assim poder lutar

pela transformação social de fato.

Segundo Thompson,

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

A experiência pode ser determinada pela realidade na qual o sujeito está inserido, mas ao mesmo tempo, estar inserido em determinada realidade não garante a consciência de classe, e é nesse contexto que a educação se encontra como imprescindível ao processo revolucionário, visto que, em grande parte a partir dela se tem a possibilidade de se proporcionar experiências que busque a compreensão da realidade de opressão em que se vive e também a partir da educação se reflete sobre tal realidade, contribuindo assim para a construção da consciência de classe e a educação pode ser um instrumento importante para a consolidação do sujeito revolucionário.

O pensar sobre o que se vive é comum na existência humana, o sujeito só se configura como tal a partir do momento que existe enquanto ser pensante, que age conforme pensa sobre sua ação. Dessa forma há um constante dialogo entre a consciência e o ser, um atua diretamente na construção do outro. O que o sujeito vive no contexto do meio de produção em que está inserido e o contexto interfere no que este sujeito reflete sobre sua condição humana, ou seja, se o sujeito se encontra na condição de trabalhador, as relações de trabalho vividas no capitalismo irão agir diretamente no que este sujeito sente e reflete sobre sua existência. Um conjunto de sujeitos vivenciam experiências semelhantes por se encontrarem nas mesmas condições dentro do sistema de produção, e estes sujeitos devem se organizar e se construir enquanto coletivo, ou seja, enquanto conjunto com o intuito de refletir coletivamente sobre suas condições de existência e, assim se constituírem como classe.

Se compreendermos assim como Thompson que a experiência se dá pelo dialogo entre o ser social e a consciência social, tomaremos então a categoria experiência como fundamental para compreendermos o processo de organização das lutas revolucionárias. Mas a experiência vivida por si só é limitada, todo tipo de experiência reflete diretamente na construção do sujeito, porém, é a experiência percebida, ou seja, a que vem com a reflexão sobre o que se é vivido, que garante uma consciência revolucionária, visto que a experiência vivida em grande parte se dá pelas determinações da realidade na qual se encontra o ser. A reflexão sobre essas vivências, e a consciência advinda dessas reflexões sobre a condição na qual o sujeito se encontra, e a vontade de transformar ou não tal condição se dá através da reflexão, e somente quando surge a vontade de

transformação através das reflexões, é que se garante a consolidação do sujeito revolucionário.

Esse contexto que possibilita reflexões que busquem a vontade de transformação precisa da educação de caráter libertário, este tipo de educação propicia valores importantes para o processo de transformação do sujeito, por isso é imprescindível saber que tipo de formação educacional nos conduzirá a uma sociedade libertária.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse escrito se consolida como dissertação num contexto de diversas lutas e revoltas populares. No primeiro ano do mestrado, deflagra-se uma greve das universidades federais que luta por educação pública de qualidade social, no ano seguinte, diversos atos de cunho popular, enfrentamentos contra o Estado e contra a carestia fazem com que o texto tome corpo, a partir de uma contextualização histórica influenciada pelos acontecimentos da primeira década do século XXI. O intuito deste texto é demonstrar a influência do pensamento e da prática anarquista na organização do operariado brasileiro, nas primeiras décadas do século XX. Por conta do tempo e do espaço disponível para uma dissertação de mestrado, fez-se um recorte teórico, no qual foram priorizadas as influências anarquistas exercidas no contexto da COB – Confederação Operária Brasileira, que surge pela necessidade de se organizar o proletariado a nível nacional, nos primórdios do século XX.

Como pode ser constatado nesta dissertação houve uma forte influência do anarquismo na organização e nas lutas do movimento operário no Brasil, que se refletiu sobre a educação operária. Os debates sobre educação foi muito presente no seio do operariado, e tais debates se concretizaram na construção de diversos espaços com fins educativos, a partir de uma concepção de educação integral, concepção diferente do que se tinha nos espaços estatais e confessionais. Nesse escrito fez-se um breve resumo do que seria o anarquismo enquanto ideologia política, social e filosófica, almejando também conceituar mesmo que resumidamente o que seria um sujeito anarquista, o que fundamenta sua prática e quais os princípios que consolidam suas ações. Além de buscar também demonstrar com base nos documentos e nos escritos operários, como os mesmos se organizavam enquanto movimento, e quais as suas bases de atuação, assim pudemos perceber como as propostas organizativas do movimento anarquista estava entranhada no seio da organização operária, e como seus princípios estavam sendo difundidos entre o proletariado. A questão educacional é trabalhada com muito cuidado e atenção, pois nossa intenção era mostrar, mesmo que sinteticamente, como se efetivava o pensamento e a organização educativa do movimento operário no Brasil e a influência dos anarquistas na teoria educacional e nos espaços educativos do movimento operário.

A proposta defendida nesse texto, em consonância com as propostas libertárias, é de uma educação revolucionária, compreendendo que a sociedade dividida em classes num contexto socioeconômico capitalista não contempla os anseios de qualidade de vida dos trabalhadores. Sendo assim se faz necessário refletir o processo revolucionário como um todo. Compreendendo que é a

luta de classes o fator determinante para uma possível revolução social e que a educação sozinha não contempla todos os meandros do processo revolucionário, por isso é necessário saber o papel da educação neste processo revolucionário, mesmo porque a educação pode ser utilizada tanto com um caráter reprodutor tanto quanto com um caráter transformador.

A classe enquanto corpo coletivo, só se dá através da consciência dos que a constrói, ou seja, a classe trabalhadora, só se configura como tal a partir do momento em que os trabalhadores se compreendem enquanto corpo coletivo e se organizam como tal para garantir através do acirramento das lutas econômicas melhores condições de vida para cada indivíduo que compõe o corpo coletivo. O papel da educação sistematizada¹⁷ com o propósito transformador deve ser o de promover experiências aos trabalhadores e/ou a seus filhos que contribua para que estes possam refletir sobre sua condição de oprimidos, compreendendo a realidade em que eles estão inseridos e percebendo por meio de suas próprias vivências a necessidade da revolução social.

Para tal fim, o anarquismo, enquanto movimento organizado constrói toda uma teoria própria sobre a questão educacional. Essa teoria é construída com base na percepção de que a educação deve servir para a fundamentação da construção dos sujeitos que se incumbirão de dar continuidade ao processo revolucionário, refletindo e transformando sempre que necessário ele mesmo e a realidade. A construção desses sujeitos, só se efetiva por uma mudança radical na forma de pensar, de agir e de ser, na apropriação dos valores tais como os de liberdade, solidariedade e igualdade.

O processo educativo é fundamental para a apropriação desses valores, por isso se faz necessário a construção de espaços específicos para se repassar o conhecimento socialmente construído, com o intuito de possibilitar a produção de um novo tipo de conhecimento e de relações sociais. O movimento anarquista de uma maneira geral, foi atento a essa demanda educacional da revolução, como pudemos ver ao longo deste trabalho, e pode nos servir de exemplo e nos possibilitar fazer uma reflexão que oriente transformações profundas em nosso processo educacional.

¹⁷ Como já mencionado ao longo do texto a educação se efetiva no processo de socialização, as relações do homem consigo mesmo, com outros seres humanos e com o ambiente em que vive é educativa, quando falamos em educação sistematizada nos referimos à educação que é refletida em um processo pedagógico e se configura em uma prática específica num espaço construído para tal fim.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

Periódicos operários:

O AMIGO DO POVO, n° 64 de 26/11/1904 – São Paulo.

A LUTA, n° 52, Publicado em 01/06/1910 - Porto Alegre.

O INICIO, n°2, publicado em 04/09/1915 – São Paulo.

A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro. Confederação Operária Brasileira. v. 1-71, 1908-1915. Mensal

Referências Bibliográficas

ADDOR, C. A., DEMINICIS, R. *História do anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

ADDOR, C. A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

ANARQUISTAS NO SINDICATO – UM DEBATE ENTRE NENO VASCO E JOÃO CRISPIM -. São Paulo, Biblioteca Terra Livre; Guarujá, Núcleo de Estudos Libertários Carlos Aldegheri, 2013.

ANTONY, M. *Os Microcosmos: experiências utópicas libertárias sobretudo pedagógicas: “utopedagogias”*. São Paulo: Expressão e Arte Ed. E Imaginário: 2011.

AVELINO, N. *Anarquistas: ética e antologia de existência*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

AZEVEDO, F., N. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BAKUNIN, M. *Os enganadores, A política da Internacional, Aonde ir e o que fazer?*. São Paulo: Imaginário e Faísca, 2008.

_____. *A Instrução integral*. São Paulo: Imaginário, 2003.

_____. (seleção e notas Guérin, Daniel). *Textos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2006

_____. *Conceito de liberdade*. Porto: RES, 1975.

_____. *O princípio do Estado e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2011.

BANDERA NEGRA. *Taller de discusión y formación: anarquismo teoría y práctica*. s/d.

- BERTHIER, R. *Do Federalismo*. São Paulo: Imaginário, 2011.
- BERTUCCI, L.M., FILHO, L. M. F., OLIVEIRA, M. A. T. *Edward P. Thompson: História e formação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- CHAMBAT, G. *Instruir para revoltar: Fernand Pelloutier e a educação rumo a uma pedagogia de ação direta*. São Paulo: Imaginário e Faisca, 2006.
- CODELLO, F. *A Boa Educação: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill*. São Paulo: Ícone Editora e Imaginário, 2007. v.1 : A Teoria
- CORRÊA, F. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*. Disponível em <http://www.anarkismo.net/article/16164>, acessado em maio de 2012.
- _____. *Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo (1868-2012)*. São Paulo: Faisca, 2012.
- DIAZ, B. Francisco Ferrer e a semana trágica de Barcelona. Lisboa: Edição Casa Alfredo David, 1914.
- DULLES, J., W., F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 - 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA: textos de um seminário. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Movimento – Centro de Cultura e Autoformação, 1996.
- GALLO, S. *Pedagogia do Risco: experiências anarquistas em educação*. Campinas: Papyrus, 1995.
- _____. *Anarquismo: uma introdução filosófica e política*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.
- _____. *O paradigma anarquista em educação*. Revista Nuances, local de edição, v. II, set. 1996.
- GHIRALDELLI JR, P. *Educação e Movimento Operário*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.
- KASSICK, N., B., KASSIK, C., N. *A Pedagogia libertária na história da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- KROPOTKIN, P. *O Apoio Mútuo*. Distribuído por Biblinde em <http://biblinde.110mb.com/> acessado em junho de 2012.
- LENOIR, H. *Educar para emancipar*. São Paulo: Imaginário; Manaus: Editora da UFAM, 2007
- LEUENROTH, E. *Anarquismo Roteiro da libertação social: antologia de doutrina crítica- história – informações*. São Paulo: CCS; Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.
- LEVAL, G., BAKUNIN, M. *Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário; A dupla greve de Genebra*. São Paulo: Faisca, Imaginário, 2007.
- LIMA, R., S. *O conceito de cultura em Raymond Williams e Edward P. Thompson: breve*

apresentação das idéias de materialismo cultural e experiência. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao8/artigo02.pdf>, acessado em: 10/05/2012

LUIZETTO, F. O movimento anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna nº 1 (1912-1919). *Revista Educação e Sociedade*, UNICAMP, Campinas: SP, Cortez:CEDES, nº 24, ago 1986.

MALATESTA, E. *A Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 1999.

MARTINS, Angela M. S, e NEVES, Lúcia M. W. Materialismo Histórico, Cultura e Educação: Gramsci, Thompson e Williams. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 51, jun 2013, p. 341-359.

MATTOS, M., B. *E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MORAES, M., C., M., MULLER, R., G. *História e experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 329-349, jul./dez. 2003

MORYON, F.G. (ORG). *Educação Libertária*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

NETTLAU, M. *História da anarquia: Das origens ao anarco-comunismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

NETO, O. F. *Atuação Libertária no Brasil: A federação anarco-sindicalista*. Rio De Janeiro: Achiamé, 2007.

ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA TERRA E LIBERDADE. *Documento de fundação*. 2011

PELLOUTIER, F. *O anarquismo e os sindicatos operários*. São Paulo: IEL, Imaginário, 2013.

PINHEIRO, P. S., HALL, M. M. *A Classe Operária no Brasil 1889- 1930*. São Paulo: Alfa e Omega, 1979. v. 1: O Movimento Operário.

PINHO, A.T. *Pela educação e pelo trabalho e outros escritos*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2013.

PROUDHON, P. J. *Do Princípio Federativo*. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____ (Seleção e Notas Daniel Guérin). *A Propriedade é um roubo e outros escritos anarquista*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

SAFÓN, R. *O racionalismo combatente: Francisco Ferrer y Guardia*. São Paulo: Imaginário, 2003.

SAMIS, A. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.

_____. *Minha Pátria é o mundo inteiro; Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2009.

SAVIANI, D. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Editores Associados, 2011.

SINDISCOP (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II). *Cadernos de Formação*. v.1. Anarquismo e Sindicalismo. 2012

THOMPSON, E., P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. v.1: A árvore da liberdade

_____. *Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TRINDADE, F. *O Essencial Proudhon*. São Paulo: Imaginário, 2011.

VASCO, N. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984.

VIEIRA, C., E., OLIVEIRA, M., A., T. Thompson e Gramsci: história, política e processos de formação. *Educação e Sociedade*. v.31 n.111. Campinas abr./jun. 2010.

WALT, L., V., D. *Negro e Vermelho: anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880-1920*. Revista Mundos do Trabalho, v. 2, n. 4, ago-dez. 2010, p. 174-218.

WOODCOCK, G. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2007. v.1: A Ideia

Acervos Consultados

AMORJ - Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro

Biblioteca Fábio Luz, localizada em Rua Torres homem, n.º 790, Vila Isabel.